



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ALBERTO LUÍS GOMES ARAÚJO

**TERRITORIALIDADES NO ESPAÇO ARQUIVÍSTICO:
O CASO DOS FUNDOS DOCUMENTAIS DA SUPERINTENDÊNCIA DE
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA) DA SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR) DO ESTADO DA BAHIA**

Salvador
2025

ALBERTO LUÍS GOMES ARAÚJO

**TERRITORIALIDADES NO ESPAÇO ARQUIVÍSTICO:
O CASO DOS FUNDOS DOCUMENTAIS DA SUPERINTENDÊNCIA DE
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA) DA SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR) DO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Políticas e tecnologias da informação.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Franklin Ribeiro da Silva.

Salvador
2025

A663t Araújo, Alberto Luís Gomes
Territorialidades no espaço arquivístico: o caso dos fundos documentais da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Estado da Bahia / Alberto Luís Gomes Araújo; orientador, Sérgio Franklin Ribeiro da Silva.– Salvador, BA, 2025.
135 f.: il.

Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, 2025.

1. Arquivologia. 2. Arquivos – Administração. 3. Territorialidade humana. I. Bahia. Secretaria de Desenvolvimento Rural. Superintendência de Desenvolvimento Agrário – Arquivos. II. Silva, Sérgio Franklin Ribeiro da, orient. III. Título.

CDU 930.253:353(813.8)

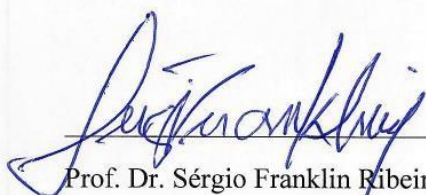
ALBERTO LUÍS GOMES ARAÚJO

**Territorialidades no Espaço Arquivístico: O Caso dos Fundos Documentais da
Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) da Secretaria de Desenvolvimento
Rural (SDR) do Estado da Bahia**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para obtenção de grau de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 24/07/25

Banca Examinadora



Prof. Dr. Sérgio Franklin Ribeiro da Silva - Orientador - UFBA



Prof. Dr. José Carlos Sales dos Santos - Membro Interno Titular - UFBA



Prof.ª Dra. Mabel Meira Mota - Membro Interno Titular - UFBA

Aos meus saudosos, pai Elson Silva Araújo (in memoriam) e irmã Maria Adalgisa Silva Araújo Neta (in memoriam) pelo exemplo de dedicação à família, honestidade, diligência ao trabalho, conciliação e amor ao próximo.

À minha amada mãe, Maria Leonídia Gomes Araújo, guia de amor e vida concedeu-me a oportunidade da existência, ensinando-me a generosidade, a gratidão, o desapego e a ser caprichoso sobretudo em tudo aquilo que me proponha a fazer.

À minha esposa Milena e filhas amadas, Letícia Nunes Araújo e Isabella Melo Araújo, preciosidades hereditárias concedidas pelo Pai Divinal como legado de amor e fé, luzes condutoras do meu caminho espiritual ensinando o perdão e o exercício do amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus por todos os ensinamentos adquiridos nessa existência e pela oportunidade de conhecer a cura e sabedoria das medicinas da floresta e das matas que me auxiliam a cada dia tornando-me um ser humano mais consciente, sábio e harmonioso.

A minha companheira diligente, conselheira, mãe e esposa amorosa, Milena de Jesus Melo Araújo pelo exemplo de resiliência diária, pelo incentivo e colaboração na construção da minha caminhada acadêmica.

Aos meus irmãos, Elsinho, Cassinha, Ana, Paulinho, Carlos e Rosa por toda a nossa convivência. Cada etapa da minha vida, cada experiência ao lado de vocês, contribuiu de forma fundamental para a formação e o aprimoramento do meu caráter. Obrigado por serem parte essencial de quem eu sou.

Ao corpo docente do PPGCI/UFBA, Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia pela formação e construção do meu pensamento científico. Em especial à TAE Marilene Luzia pelo profissionalismo e atenção cuidadosa ao corpo discente.

Ao meu orientador, estimado Prof. Dr. Sérgio Franklin Ribeiro da Silva, pelo encorajamento e paciência infinita.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. José Carlos Sales dos Santos, Profa. Dra. Mabel Meira Mota, gostaria de expressar minha profunda gratidão. Agradeço as valiosas contribuições, o tempo dedicado à leitura e avaliação deste trabalho e as sugestões essenciais que foram cruciais para o aprimoramento desta pesquisa.

*"A memória se enraíza no concreto, no espaço,
no gesto, na imagem, no objeto."*

Pierre Nora (1993, p. 9).

RESUMO

A presente dissertação investiga o fenômeno da territorialidade no espaço arquivístico institucional, tendo como objeto os fundos documentais da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Estado da Bahia. O objetivo central da pesquisa foi averiguar como as territorialidades se manifestam e influenciam a gestão arquivística na referida instituição. Trata-se de uma pesquisa exploratória. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso único, utilizando-se de análise documental, observação direta dos espaços e entrevistas com servidores da instituição. Os dados foram tratados com base em análise de discurso, agrupados em três módulos temáticos que evidenciaram pressões sobre o espaço físico, ausência de identidade institucional e centralização das decisões. Os resultados revelam que as territorialidades impactam diretamente na funcionalidade, reconhecimento e estrutura dos arquivos institucionais, com implicações para a preservação, o acesso e a memória organizacional. A relevância da pesquisa reside na articulação entre Arquivologia, Ciência da Informação e Geografia, evidenciando o papel estratégico dos arquivos na consolidação de políticas públicas e na preservação da memória administrativa e territorial do Estado.

Palavras-chave: arquivologia; territorialidade; gestão arquivística; espaço institucional; fundo documental.

ABSTRACT

This academic dissertation investigates the phenomenon of territoriality within the archival space of a public institution, focusing on the documentary fonds of the Superintendence of Agrarian Development (SDA), part of the Secretariat for Rural Development (SDR) of the State of Bahia, Brazil. The central objective was to understand how territorial dynamics manifest and influence archival management in this context. This is an exploratory study. The research adopts a qualitative, based on a single case study, using data collected through document analysis, direct observation of institutional spaces, and interviews with staff members. The data were analyzed using discourse analysis and organized into three thematic modules, which revealed spatial pressure, lack of institutional identity, and centralized decision-making as core issues. The findings demonstrate that territoriality significantly affects the functionality, recognition, and structure of institutional archives, with direct implications for preservation, access, and organizational memory. This study contributes to the interdisciplinary dialogue between Archival Science, Information Science, and Geography, highlighting the strategic role of archives in public policy and the preservation of administrative and territorial memory.

Keywords: archival science; territoriality; archival management; institutional space; documentary fund.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Informação Arquivística-Informação Orgânica e Não Orgânica	25
Figura 2: Linha do tempo com os principais marcos históricos do Princípio da Territorialidade	30
Figura 3: Fluxograma da interconexão formadora da governança.....	50
Figura 4: Detalhe de um totem no Stanley Park, em Vancouver-Canadá.....	54
Figura 5: Detalhe do Totem de segurança do Governo Estado do Pará.....	54
Figura 6: Detalhe do totem do Diretório Estudantil da UFBA.....	55
Figura 7: Fichas para levantamento dos fundos documentais.....	77
Figura 8: Fluxograma indicando o percurso dos processos nos setores	78
Figura 9: Representação de quantitativo e gênero documental de cada fundo de arquivo dos processos de títulos de terra em determinado período	80
Figura 10: Sistema de Cadastramento Fundiário (SCF) também utilizado recuperação de processos.....	81
Figura 11: Sistema intranet via web para pesquisa e recuperação de documentos.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: As funções arquivísticas	27
Quadro 2: Perfil do Arquivista Pós-Moderno	38
Quadro 3: Publicações sobre a temática	41
Quadro 4: Descritores e Autores selecionados	44
Quadro 5: Esquema genérico de Haesbaert entre funcionalidade e simbolismo	72
Quadro 6: Campos descritivos para o levantamento dos fundos de arquivo e setoriais.....	76
Quadro 7: Resultado da quantidade de processos mensurados em cada setor de arquivo e seus respectivos fundos documentais em determinado período	79
Quadro 8: Comparativo entre os conceitos de Territorialidade humana e princípios da Arquivologia	87

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ARQUIVOLOGIA E TERRITORIALIDADES: CONCEITOS E FENÔMENOS	16
2.1 ARQUIVOLOGIA	16
2.1.1 Territorialidade arquivística	23
2.1.2 Territorialidade como princípio arquivístico	29
2.1.3 Arquivos e desenvolvimento regional	31
2.1.4 Os diferentes tipos de arquivos	33
2.1.5 Tecnologias de informação e comunicação (TIC) em arquivologia	35
2.1.6 Documento e informação na era da ciência da informação	38
2.1.7 Gestão de informação e arquivos	40
2.1.8 Estado do conhecimento	40
2.2 TERRITORIALIDADE NA GEOGRAFIA: CONCEITO ETOLÓGICO E ESPACIAL	44
2.2.1 O espaço, o lugar e o território geográfico	45
2.2.2 Etologia e territorialidade humana	48
2.2.3 As dimensões espaciais simbólicas da territorialidade humana	52
2.2.4 Desterritorialização e reterritorialização	56
2.2.5 O espaço arquivístico	58
2.2.5.1 Características do espaço arquivístico	59
2.2.5.2 A importância do espaço arquivístico	60
2.2.5.3 Desafios do espaço arquivístico	60
3 TERRITORIALIDADE INSTITUCIONAL	62
4 A TERRITORIALIDADE E SUA INFLUÊNCIA NO ÂMBITO DO ESPAÇO FÍSICO ARQUIVÍSTICO — TOMANDO POR BASE NUM LEVANTAMENTO DOS ANTIGOS FUNDOS DE ARQUIVOS	68
4.1 O INSTITUTO	68
4.2 CONTEXTUALIZANDO O CASO	69
4.3 CONSEQUÊNCIAS DA TERRITORIALIDADE NO ESPAÇO ARQUIVÍSTICO DA SDA	70
4.4 DE QUE MANEIRA O FENÔMENO DA TERRITORIALIDADE INFLUENCIA A INSTITUIÇÃO	74
4.5 COMO A TERRITORIALIDADE IMPACTA NA SUA GESTÃO ARQUIVÍSTICA ...	74
4.6 CONTENTIOSO ARQUIVÍSTICO, HERANÇA DE FUNDOS	75
4.7 OS SISTEMAS DE GED INTEGRAM AS ATIVIDADES DE ARQUIVO DA CDA	80
4.8 IDENTIFICANDO OS FUNDOS DE ARQUIVO	83
4.9 QUEM OU O QUÊ DETERMINA O ESPAÇO ARQUIVÍSTICO NA INSTITUIÇÃO	83
5 METODOLOGIA	89
5.1 TIPO DE PESQUISA E ABORDAGEM METODOLÓGICA	89
5.2 TÉCNICA DE ANÁLISE: DE CONTEÚDO E DO DISCURSO	89
6 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	91

6.1 O ORGANOGRAMA COMO INSTRUMENTO INDICADOR DE TERRITORIALIDADES.....	91
6.1.1 Análise Comparativa dos Organogramas.....	93
6.2 TERRITORIALIDADE E DESTERRITORIALIDADE NO ESPAÇO ARQUIVÍSTICO.....	95
6.2.1 Perfil do Entrevistado e Contexto Institucional.....	96
6.2.2 Módulo I: Ocupação-Desocupação – Um Espaço Sob Pressão.....	96
6.2.3 Módulo II: Identidade – Um Espaço Sem Reconhecimento.....	97
6.2.4 Módulo III: Relações de Poder – Um Espaço de Centralização e Restrição.....	98
6.3 PONTOS FORTES, FRACOS E SUGESTÕES DE MELHORIA.....	99
6.3.1 Sugestões de melhorias apresentadas pelo servidor são um roteiro claro para a ação.....	100
6.4 CONSIDERAÇÕES DOS ENTREVISTADOS.....	100
6.4.1 Aspectos Adicionais Destacados (Conclusões dos entrevistados).....	100
6.5 IMPLICAÇÕES DA TERRITORIALIDADE.....	101
6.5.1 Considerações Finais e Implicações da Territorialidade.....	101
6.5.2 As Consequências da Desterritorialização.....	102
6.6 LOCAÇÃO E DESLOCAÇÃO.....	102
6.6.1 Análise da Locação e Deslocação no Espaço Arquivístico da SDA.....	102
6.6.2 Locação: Um Cenário de Desorganização e Precariedade.....	103
6.6.3 Deslocação: O Impacto da Diminuição do Quadro.....	104
6.6.3.1 Implicações da Má Locação e Deslocação.....	105
6.7 A DESTERRITORIALIZAÇÃO NO ESPAÇO ARQUIVÍSTICO DA SDA: PERDA DE VÍNCULO E FUNCIONALIDADE.....	106
6.7.1 Manifestações da Desterritorialização no Espaço Arquivístico da SDA.....	106
6.7.2 A Restrição de Acesso e Falta de Controle sobre o Espaço.....	107
6.7.3 As Consequências da Desterritorialização.....	108
6.7.4 Reverter a Desterritorialização: Reter e Reterritorializar.....	109
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICE A – Questionário semiestruturado.....	125
APÊNDICE B – Organograma da CAF/CDA 2011.....	130
APÊNDICE C – Organograma da CAF/SDA 2025.....	131
APÊNDICE D – Diagnóstico Situacional da Sala de Arquivos da CAF/SDA 2025 ...	132
APÊNDICE E – Ofício de solicitação de pesquisa.....	133
APÊNDICE F – Atestado de comparecimento.....	134
APÊNDICE G – Comunicação Interna de Chefia do Núcleo de Arquivo 2011.....	135

1 INTRODUÇÃO

A sociedade da informação está, desde sempre, direta e intrinsecamente relacionada ao mecanismo de constante transformação das ações do homem, sempre com base no conhecimento e na informação.

Por conseguinte, esta dissertação traz como objetivo geral averiguar a atuação do fenômeno da territorialidade no espaço arquivístico do território institucional da Superintendência de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia (SDA).

Os objetivos específicos são:

- a. Compreender através das referências teóricas conceituais a natureza fenomênica da territorialidade e os seus desdobramentos;
- b. Identificar padrões indicadores da atuação de fatores fenomênicos das territorialidades no espaço arquivístico da instituição;
- c. Analisar os impactos das territorialidades na gestão arquivística dos fundos de arquivo da CDA.

O tema abordado nesta discussão é: de que maneira a territorialidade influenciou a gestão arquivística neste órgão do Estado da Bahia? A importância desse assunto se fundamenta na necessidade de abordar as “políticas de informação” e a sua relevância nas instituições que lidam diretamente com dados e documentos.

No que diz respeito à justificativa contínua, esta dissertação explora a significância desse setor nas esferas científica e social, estabelecendo um paralelo com o desenvolvimento tecnológico na sociedade global. A pesquisa em questão é um estudo exploratório que utiliza um estudo de caso singular como a unidade de análise. A relação científica se delinea da seguinte maneira: Arquivologia e, por extensão, Ciência da Informação (CI); a interdisciplinaridade entre Arquivologia e CI; conexões com a Biologia (etologia) e a Geografia enfatizando o fenômeno da territorialidade.

A estrutura dessa pesquisa consiste em cinco capítulos: territorialidades conceito e fenômenos, compondo o primeiro capítulo; territorialidade como princípio arquivístico será abordado no segundo capítulo, no terceiro capítulo trataremos da territorialidade no ambiente organizacional, no quarto capítulo apresentaremos os fundos de arquivo da Coordenação de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia

e no quinto capítulo os fundos de arquivo da coordenação de desenvolvimento agrário do Estado da Bahia

Com a expansão da produção de informação, conseqüentemente, cresceu vertiginosamente o armazenamento de documentos comprobatórios, registros históricos, levando à necessidade de gestão institucional relacionada a estes estoques documentais.

A linha de pesquisa aqui seguida trata-se do estudo da Gestão dos Fundos de Arquivo da Superintendência de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia.

A Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA), anteriormente conhecida como Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), é um órgão da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Estado da Bahia. A Superintendência de Desenvolvimento Agrário é responsável por promover, coordenar, supervisionar, acompanhar, executar e avaliar as políticas de regularização fundiária e reforma agrária no estado. De acordo com dados levantados junto à SDA, em 18/01/2025, a estrutura administrativa da SDA/SDR inclui quatro coordenações principais:

- **Coordenação Executiva (CE):** Supervisiona planos, programas, projetos e atividades desenvolvidas pelo órgão, além de articular parcerias voltadas ao ordenamento fundiário.
- **Coordenação de Ação Fundiária (CAF):** Orienta e sistematiza o ordenamento da estrutura fundiária do estado.
- **Coordenação de Reforma Agrária (CRA):** Acompanha processos de aquisição de terras para a reforma agrária e o desenvolvimento de assentamentos rurais.
- **Coordenação Administrativa e Financeira (COAF):** Executa instrumentos de gestão com eficiência e transparência.

Quanto as atividades da SDA/SDR incluem:

- Coordenar o ordenamento agrário, a regularização de posses e a conciliação administrativa de conflitos fundiários.
- Promover e coordenar a discriminação administrativa das terras devolutas.
- Regularizar a posse de terras nas modalidades individual e coletiva.
- Regularizar atividades de discriminação de área urbana e suburbana.

- Regularizar terras públicas, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombolas e de Fundos e Fechos de Pasto.
- Realizar ações complementares à Reforma Agrária e promover o desenvolvimento de Projetos de Assentamentos.

Os fundos documentais são de extrema importância no contexto da organização e da memória institucional. Eles desempenham um papel vital em várias áreas e são diversos os motivos pelos quais os fundos documentais são fundamentais para qualquer organização. “Eles contribuem para a preservação da história e a memória institucional, garantindo que informações valiosas sobre a evolução e as atividades da organização sejam mantidas para futuras gerações” (Pazin Vitoriano, 2019, p. 89).

A manutenção e organização dos registros permite que a instituição demonstre transparência nas suas operações e facilite a prestação de contas a *stakeholders*, incluindo o público, órgãos reguladores e parceiros. É através do acesso a documentos históricos e registros anteriores que se obtém *insights* valiosos que auxiliam na tomada de decisões estratégicas e operacionais, baseadas em dados e experiências passadas.

Manter registros precisos e completos pode ser essencial para a proteção legal da instituição, fornecendo evidências documentais em caso de disputas ou auditorias. A organização adequada dos fundos documentais facilita o acesso rápido e eficiente às informações necessárias para as operações diárias, reduzindo o tempo gasto na busca de documentos e melhorando a produtividade. Assim, “os documentos arquivados contribuem para a construção e manutenção da identidade e cultura organizacional, refletindo os valores, missões e realizações da instituição ao longo do tempo” (Pazin Vitoriano, 2019, p. 89).

2 ARQUIVOLOGIA E TERRITORIALIDADES: CONCEITOS E FENÔMENOS

Neste capítulo a proposta deste referencial teórico e conceitual tem por objetivo elucidar e fundamentar ao tema objeto da pesquisa, que visa uma reflexão sobre a territorialidade no espaço arquivístico, mais especificamente, o caso dos fundos documentais da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) da Secretária de Desenvolvimento Rural (SDR) do Estado da Bahia.

A relevância deste referencial teórico se encontra no fornecimento de subsídios e elementos que fundamentam os aspectos conceituais e teóricos do estudo em questão, contribuindo para a eficiência das análises a serem realizadas e possibilitar resultados construídos com a consistência do conhecimento científico realizando a fenomenologia do objeto da pesquisa, isto é, realizar o acompanhamento dos seus fenômenos, ou seja, nas suas mais s apresentações.

A Arquivologia se revela fundamental no ambiente organizacional contemporâneo, abrangendo não apenas a gestão de documentos físicos, mas também a adaptação a ambientes digitais. A crescente digitalização dos arquivos trouxe à tona novos desafios, incluindo a necessidade de assegurar a autenticidade, preservação e acessibilidade das informações armazenadas. Além disso, a territorialidade arquivística está intrinsecamente ligada ao princípio da proveniência, o que garante que os documentos sejam mantidos no contexto em que foram gerados. Esse princípio ressalta a relevância da conservação dos documentos no local onde foram criados, assegurando a sua integridade histórica e administrativa.

Nos últimos tempos, inovações tecnológicas, como a inteligência artificial e a tecnologia blockchain, são consideradas soluções potenciais para melhorar a segurança e a rastreabilidade dos documentos arquivísticos, garantindo sua preservação e acessibilidade a longo prazo.

2.1 ARQUIVOLOGIA

A Arquivologia exerce um papel relevante para os ambientes empresariais, enquanto obter as informações geradas no interior das organizações são necessárias e fundamentais, tanto para a execução das tarefas quanto para as tomadas de decisões. A gestão documental se torna essencial para as instituições ou

organizações empresariais, atuando na produção, manutenção e/ou eliminação do documento.

O arquivo, com base no pensamento de Foucault (2008), representa o conjunto dos discursos efetivamente pronunciados em uma determinada época, e continuam a existir através da história. Autores acreditam que o arquivo surge da necessidade que o homem tem de manter o registro das suas ações. Ao longo do tempo, a humanidade foi desenvolvendo vários suportes para registrar os momentos importantes. Para isso, utilizavam “tábuas de madeira, placas de argila, papiro até o advento do papel e, nos tempos modernos, o suporte dos suportes digitais” (Davanzo; Vitiano; Moreira, 2021, p. 75).

A Arquivologia sempre acompanhou todas as mudanças ocorridas nos “suportes, formatos e tipos documentais” e, conseqüentemente, promoveu atualizações “no tratamento técnico de documentos e informações” (Revel, 2005). O autor prossegue argumentando que para se “fazer a arqueologia da construção do saber arquivístico é preciso entender as suas regras, suas práticas, suas condições e seu funcionamento”. É uma reconstituição do conjunto de regras, normas que retratam a época escolhida para a recuperação. “Definem, ao mesmo tempo, os limites e as formas do dizer, da conservação, da memória, da reativação e da apropriação desta área do saber” (Revel, 2005).

A tecnologia digital vem se caracterizando como um dos grandes desafios da área que afetam diretamente o fluxo informacional, desde a produção até o posterior uso da informação. Além dessas mudanças, que impactaram os suportes e formatos há as mudanças relacionadas ao modo de acesso às informações.

Atualmente, os usuários têm necessidade de recuperar informações de forma rápida, e não precisam estar no mesmo espaço físico de armazenamento, as pessoas estão habituadas a ter tudo na palma da mão. Com um “click” adquire conhecimento. Com esse contexto, a Arquivologia deve adotar instrumentos que colaborem para a recuperação de documentos de forma dinâmica e efetiva.

Se analisarmos, a arquivologia sob a ótica da territorialidade, pode-se buscar a definição de Rousseau e Couture (1998, p. 52), que abordam o Princípio da Territorialidade, princípio científico da Arquivologia e definem como o “[...] princípio segundo o qual os arquivos públicos, próprios de um território, seguem o destino deste último.” Esse princípio foi concebido no século XIV (Marques, 2011). Ao longo do tempo esse princípio foi se consolidando em diversos acordos que envolveram a

partilha e devolução de documentos, denominados “contenciosos arquivísticos” (Marques, 2011).

Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 86), a transferência de documentos entre os distintos territórios advém de tempos bem antigos, constando que a primeira transferência oficial ocorreu em: “[...] 1286, conhecida como arquivos relativos a territórios entregues ao rei da Inglaterra [...]”

“No século XII, há um certo renascimento das provas documentais escritas, surgindo títulos e registros como armas jurídicas”, sobretudo relativamente aos “direitos sobre as propriedades de terras, dando origem aos arquivos de autoridades feudais” (Bellotto, 2002, p. 14).

No Brasil, a história da “Arquivologia inicia-se na primeira metade do século XIX com a chegada da Corte Portuguesa”. Foi em 1808, “em função das questões políticas vivenciadas na Europa que passou a exercer os seus plenos poderes até 1822, desencadeando providências para a organização e o armazenamento dos documentos oficiais a serem preservados” (Maia, 2006; Silva; Orrico, 2012). Os autores registram ainda que “A criação do Arquivo Público do Império teria implicado o desenvolvimento de técnicas de conservação do vasto acervo documental até então produzido e a se constituir” (Silva; Orrico, 2012, p. 103).

Bellotto cita Bautier (1970 *apud* Bellotto, 2006, p. 168) ao definir o Princípio da Territorialidade: “os arquivos públicos, elementos de domínio público, seguem, pois, a sorte do território: é o princípio dito da territorialidade dos arquivos”. Sobre os rastros históricos do referido princípio, a autora aponta que no século XII, “há um certo renascimento das provas documentais escritas, surgindo títulos e registros como armas jurídicas, sobretudo relativamente aos direitos sobre as propriedades de terras, dando origem aos arquivos de autoridades feudais” (Bellotto, 2002, p. 14).

O século XIV é apontado por Marques (2011, p. 141) como sendo o do surgimento do Princípio da Territorialidade e sua consolidação durante o século XVIII:

A partir da síntese de alguns autores sobre os movimentos da trajetória dos arquivos e da Arquivologia, podemos traçar os marcos da trajetória das práticas e do pensamento arquivístico internacional e da sua configuração contemporânea [...], que, perpassados por tendências decorrentes das demandas por organização e acesso aos documentos, acabaram por delinear concepções teóricas diversas da Arquivologia, de acordo com diferentes aspectos práticos e teóricos considerados e mais ou menos homogêneas, conforme a sua

circulação e apropriação pelos diversos países, conforme apresentado por alguns autores da área (Marques, 2011, p. 140).

Schellenberg (2008, p. 40) diz que a classificação em arquivos pode assumir três meios, a saber: “funcional, organizacional ou estrutural e por assunto”. No primeiro, a classificação toma por base “as funcionalidades do órgão produtor do documento, refletindo as funções”. O segundo segue “a estrutura do órgão”, considerando as divisões administrativas e setoriais. O terceiro pede “uma análise do assunto dos documentos com vistas a identificar o conteúdo que refletirá na classificação”.

A partir da classificação arquivística, tem-se o plano de classificação como um produto norteador para o entendimento dos documentos. A classificação faz a mediação na atividade de gestão, de acesso e de preservação dos documentos, realçando todo o planejamento para os arquivos. De acordo com Freitas e Albuquerque (2017, p. 18), a classificação pode ser considerada uma atividade intelectual, é por intermédio dela que se estuda “os documentos produzidos, para elaboração de um plano de classificação, o qual retratará a estrutura, as funções e as atividades da instituição”.

O Princípio da Proveniência é fundamental para o estabelecimento da Arquivologia como disciplina científica. Ele possui estreita relação com o Princípio da Territorialidade e suas aplicações perante os contenciosos arquivísticos. Ambos buscam manter os arquivos ligados às suas origens e, conseqüentemente, à manutenção da organicidade, elemento singular na definição de documento de arquivo.

A história da Arquivologia no Brasil inicia-se na primeira metade do século XIX com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, em função das questões políticas vivenciadas na Europa e passou a exercer seus plenos poderes até 1822, desencadeando providências para a organização e o armazenamento dos documentos oficiais a serem preservados (Maia, 2006; Silva; Orrico, 2012). “A criação do Arquivo Público do Império teria implicado o desenvolvimento de técnicas de conservação do vasto acervo documental até então produzido e a se constituir” (Silva; Orrico, 2012, p. 103).

A arquivologia também vem atraindo muito a atenção de teóricos e pesquisadores dessa área, de acordo com Bateko (2022) com o propósito de

evidenciar a sua ciência e epistêmicas dos arquivos, posto que, a maioria dos estudos sobre arquivologia tem se dedicado mais aos conhecimentos que envolvem a sua práxis do que a sua natureza científica.

Thomassen (2006, p. 13-14) faz um detalhamento como sendo uma Primeira Introdução à Arquivologia, e descreve que:

A Arquivologia difere de outras ciências por seus objetos, seus objetivos e suas metodologias. Seus objetos são: informação relacionada a processos, os processos através dos quais esta informação é gerada e estruturada e as circunstâncias sob as quais estes processos são moldados e executados. Seus objetivos são a análise de documentos como produtos e produtores de atividades sociais e, a um nível pragmático, o estabelecimento, desenvolvimento e conservação da qualidade de documentos e arquivos (disponibilidade, legibilidade, integridade, relevância, representatividade, temática, autenticidade e confiabilidade). Sua metodologia é usar processos de trabalho como estruturas representativas para análise de documentos e, no nível solicitado, estabelecendo, desenvolvendo e mantendo os vínculos entre informação e documentos, documentos e outros documentos, documentos e processos de trabalho e processos de trabalho e seu ambiente social. A Arquivologia melhora nosso entendimento dos aspectos documentais da interação humana, ajuda os documentos a desempenharem seu papel nesta interação, traz, avalia e ajuda a manter a ligação entre documentos e processos de trabalho, fornecendo as bases para o estabelecimento dos requisitos funcionais para sistemas de conservação, manutenção e uso de arquivos e documentos, além da fundamentação para uma política de avaliação, controle e recuperação de documentos eficiente e efetiva.

Thomassen (2006, p. 14) parte do conceito de “informação registrada, decorrente e relacionada aos processos de trabalho” para demarcar “o conceito de Arquivologia, cujo status científico é alavancado através da discriminação de seus objetos, objetivos e metodologias peculiares, o que se alinha à própria concepção de Ciência”. Outrossim, os estudos e pesquisas de Bateko (2022) há vários anos registram que a Arquivologia vem sendo o “arcabouço epistemológico” sobre a “cientificidade da arquivística”. Igualmente, Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019, p. 71) em suas discussões buscam por um “conceito baseado na teoria de Dahlberg, para definição de conhecimento arquivístico”. Considerando a equação de sentido apresentada por Dahlberg, os autores abalizaram as estruturas conceituais do conhecimento arquivístico, como sendo: “o conceito de fundo, o conhecimento formal documental e, por último, o conhecimento do contexto de produção de documento, destacam:

[...] o conhecimento arquivístico pode ser concebido a partir do conceito de fundo (sobre o qual incidirão todos os processos de organização), caracterizado a partir da reunião e análise de documentos produzidos por uma mesma pessoa ou instituição, com base no método diplomático enquanto suporte para a metodologia da identificação arquivística (Tognoli; Rodrigues; Guimarães, 2019, p. 71).

Sobre as funções do arquivo, Thomassen (2006) estabelece que, em princípio, ele serve para “apoiar o gerenciamento operacional e administrativo”, assim como “as ações e as transações, os processos de trabalho e a tomada de decisão”, considerado valor primário. Na sequência, as funções adquirem um caráter “testemunhal, servindo à construção da memória, à pesquisa histórica e à herança cultural (valor secundário)” (Cavalheiro; Santos, 2021, p. 145).

Na identificação arquivística, Rodrigues (2008) aponta a capacidade de entender o documento no seu contexto de produção, identificando o conteúdo para se entender a tipologia documental. Dessa forma se estabelecem as séries documentais e as relações orgânicas entre os documentos a partir do seu vínculo.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a Arquivologia é a “Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e métodos a serem observados na produção, organização, guarda e utilização dos arquivos” (Arquivo Nacional, 2005, p. 37).

Arquivologia e gestão documental são áreas inter-relacionadas que lidam com a organização, preservação e acesso a documentos. A gestão documental é uma prática que envolve o planejamento, organização e controle de documentos ao longo de seu ciclo de vida, desde a criação até a destinação final (descarte ou preservação permanente).

A ideia aqui é explorar os princípios fundamentais da Arquivologia, incluindo a importância da proveniência na organização de documentos. Será abordado também as teorias e práticas de gestão documental, para destacar como a territorialidade se incorpora nesse contexto.

Na sua obra “*Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*” (2002), Heloísa Bellotto discorre que arquivologia pode ser entendida como a ciência que trata da produção, classificação, avaliação, organização, preservação e acesso a documentos arquivísticos. O principal propósito da arquivologia é garantir a autenticidade, confiabilidade e acessibilidade dos

documentos ao longo do tempo. Ela se concentra em princípios e práticas que asseguram a administração eficaz dos arquivos.

Na Arquivologia, como desdobramento da Ciência da Informação e disciplina científica adotou a ideia de Territorialidade como um *princípio* para referir-se a jurisdição da custódia do “contencioso do arquivístico” onde orienta sobre a legitimidade da sua guarda estabelecendo que se deve estar preferencialmente circunscrita à área em que foi gerado e produzido. portando um desdobramento jurídico do entendimento sobre territorialidade (Bellotto, 2014, p. 14).

A partir da criação dos *Archives Nationales de France*, no contexto da Revolução Francesa, os documentos que representavam algum interesse para o Estado foram reunidos em um só lugar, confirmando a ideia de pertinência territorial:

O início da idade contemporânea, em 1789, com a Revolução Francesa, é uma baliza na história dos arquivos. Isto porque ocorre uma certa abertura dos arquivos públicos aos cidadãos e se procede à reunião da documentação oficial dispersa, em Paris, criando-se um Arquivo Nacional (Bellotto, 2002, p. 14).

Os documentos são provas da constituição e organização quer seja de um cidadão e/ou o Estado: “[...] os valores dos arquivos como símbolos do patrimônio e fontes de inteligência são aparentes no tratamento de documentos em toda a história de guerras da (des)colonização e sucessão de estados” (Lowry, 2017, p. 11).

A arquivologia e gestão documental são áreas complementares que visam garantir a eficácia na criação, organização e preservação de documentos, tanto em formatos físicos quanto digitais, contribuindo para a transparência e eficiência nas organizações.

Os arquivos desempenham um papel importante na preservação do patrimônio cultural de uma região. Isso inclui documentos, fotografias, mapas e outros artefatos que ajudam a manter a identidade cultural e histórica.

O arquivo é memória, a qual tem capacidade de “informar e alterar a realidade presente”. No entanto, a memória só é compreendida como arquivo, enquanto se o determina enquanto “monumentalidade. Trata-se de um termo possuidor de definições polissêmicas e polêmicas, muitas vezes associadas aos conceitos de documento e memória” (Duarte, 2006-2007, p. 142).

Sobre essa complexidade do mundo dos arquivos, os estudiosos das diversas áreas do conhecimento humano passaram a se dedicarem a abordar a relevância

deles nos seus ambientes de pesquisa. Melot (1986, p.18) diz que “a mania do arquivo tem a ver com a procura de legitimação de uma forma de sociedade que destrói crescentemente os seus objetos”. Posto que, o fenômeno “arquivo” vai além de qualquer conceito. Configura-se como “uma experiência. Uma categoria. Nesse campo, desempenhar o papel de revisor e intérprete de documentos pessoais revela fenômenos ilimitados”. Derrida (1995, p. 98) observa que:

[...] o arquivo sempre reserva um problema de tradução. Singularidade insubstituível de um documento que deve ser interpretado, repetido, reproduzido, cada vez mais em sua singularidade original; um arquivo deve ser idiomático e, portanto, oferecido e roubado da tradução, aberto e roubado.

Cabe dizer que não se pode estabelecer um único conceito para o arquivo. Conforme os apontamentos dos teóricos e pesquisadores da Arquivística, ou Arquivologia, denominação mais utilizada aqui no Brasil, exige que se considere, primeiro, sobre o termo e segundo, sobre o seu significado, no caso, o conceito (Duarte, 2006-2007, p. 144).

Na dinâmica do mundo moderno, os fatos são transmitidos em cadeia simultânea e através dos recursos disponíveis pela tecnologia da informação. “Quando se fala de arquivo, associam-se aos conceitos de documentos e de informação conceito” (Duarte, 2006-2007, p. 144). Esse é o entendimento que se faz, independentemente do tipo de informação, sempre resultará em um documento de arquivo, o qual deve receber “o tratamento a partir dos mecanismos que lhe facilitem o acesso e a recuperação da informação guardada e por ele contextualizada” conceito (Duarte, 2006-2007, p. 144). Seguindo essa linha de raciocínio, encontra-se em algumas proposições epistemológicas abordadas por Silva e Ribeiro (1998), nas quais “apontam para que o objeto da Arquivologia não é apenas o arquivo”, e nem tão pouco “os documentos”, na verdade, “a informação social estruturada e dinamizada de forma sistêmica” também se faz relevante.

2.1.1 Territorialidade arquivística

No contexto da gestão arquivística, a territorialidade pode ter vários impactos significativos e influenciar a gestão arquivística de várias maneiras, dentre as quais se pode citar. Legislação e normas locais; cultura organizacional e regional; infraestrutura

física e digital; preservação patrimonial e cultural. As leis e regulamentos relacionados à gestão de documentos e arquivos podem variar conforme o local. A territorialidade significa que as organizações precisam cumprir as leis específicas do local em que estão localizadas. Isso inclui requisitos para retenção de documentos, privacidade, acesso público aos registros, entre outros (Corrêa; Marques, 2002).

A cultura organizacional e regional também desempenha um papel na gestão arquivística. Para Jardim (2003) “diferentes regiões podem ter abordagens culturais distintas relativamente à documentação, preservação de registros e acesso à informação”. A gestão arquivística deve considerar essas diferenças culturais para garantir a adesão e a eficácia. Quanto à infraestrutura disponível em determinada região, pode influenciar a escolha entre métodos de armazenamento físico e digital de documentos. Em algumas áreas, pode ser mais desafiador implementar sistemas digitais devido à falta de infraestrutura de tecnologia da informação (Jardim, 2003, p. 38-39).

Em locais com um significativo patrimônio cultural, a gestão arquivística pode ter um papel vital na preservação e acesso a documentos históricos. Isso pode envolver práticas específicas de preservação, digitalização de documentos antigos, e a promoção do acesso público a registros históricos (Miranda, 2008).

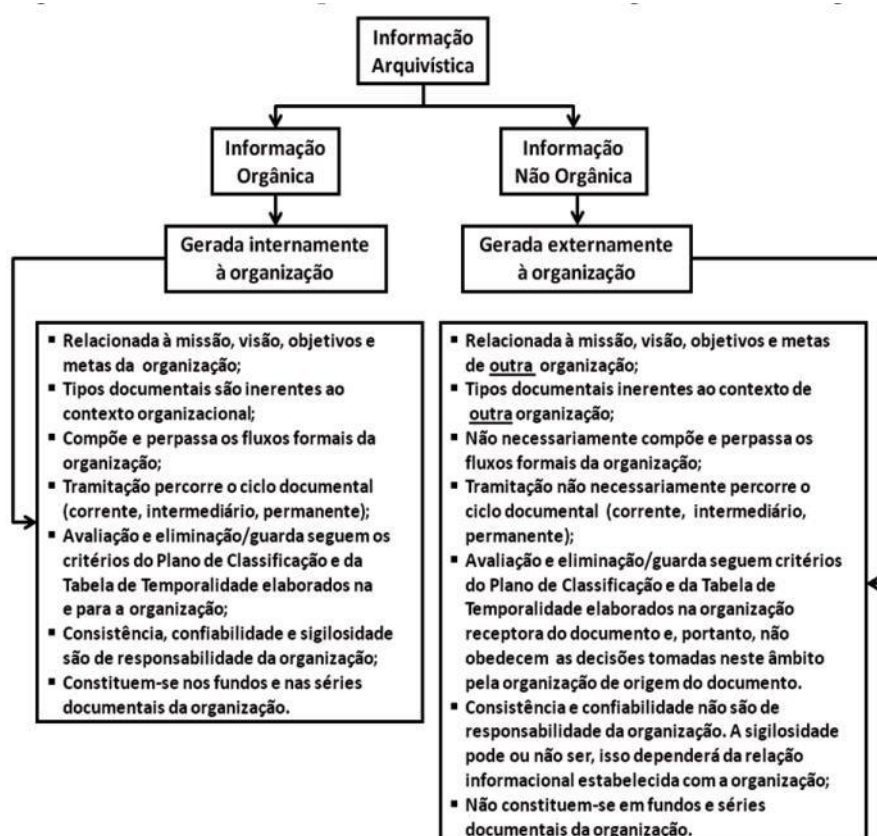
De acordo com Lajeunesse, citado por Lopes (1997-1998, p. 45), a arquivística internacional se refere “à ideia do internacionalismo arquivístico, é um paradigma para o exercício das profissões documentárias”. O autor defende ainda que “o campo da informação, bibliotecas e arquivos é, em essência, um campo de natureza internacional. A informação não se restringe às fronteiras dos Estados nacionais”.

Neste cenário, é essencial ressaltar que a administração de informações arquivísticas vai além dos aspectos técnicos de categorização e conservação, englobando igualmente fatores sociais, culturais e territoriais que influenciam a forma como os arquivos são estruturados e interpretados. Ao considerar a territorialidade como um componente fundamental da atividade arquivística, é viável entender de que maneira os documentos espelham as práticas das instituições, os arranjos administrativos e as relações de poder que moldam o ambiente arquivístico Lajeunesse (Lopes, 1997-1998).

Assim, a noção de territorialidade nos arquivos deve ser compreendida como um princípio que vai além do aspecto físico dos acervos, englobando também suas funções simbólicas e identitárias. Essa abordagem enriquece o debate sobre o papel

dos arquivos, pois demonstra que eles não apenas garantem a preservação da memória institucional e histórica, mas também atuam como ferramentas de afirmação territorial e validação das entidades que os geram. Em seguida, serão analisados os impactos tangíveis da territorialidade na gestão arquivística, com destaque para suas influências na legislação, na cultura organizacional, na infraestrutura e na preservação do patrimônio.

Figura 1: Informação Arquivística-Informação Orgânica e Não Orgânica



Fonte: Valentim (2012, p. 14).

Em 1978, a profissão de arquivista é criada no Brasil pela Lei 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo e regulamentada por meio do Decreto 82.590, de 6 de novembro de 1978.

Para Silva e Orrico (2012) a institucionalização do campo arquivístico no Brasil se deu a partir do movimento associativo que ocorreu na década de 1970 e observável:

[...] no discurso materializado na revista *Arquivo & Administração*, publicada desde 1972 pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, construindo memórias (lembranças e esquecimentos) sobre a criação do curso de Arquivologia e a regulamentação da profissão de arquivista no país” (Silva; Orrico, 2012, p. 99).

Os autores elencam ainda, os principais marcos da institucionalização do saber arquivístico no Brasil, os seguintes acontecimentos:

1) criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (1971); 2) autorização do curso de Arquivologia pelo Conselho Federal de Educação (1972); 3) mandato Universitário concedido pela UFRJ ao curso do Arquivo Nacional (1973); 4) incorporação do curso do Arquivo Nacional pela atual UNIRIO (1977); 5) regulamentação da profissão de arquivista no país (1978). A lei 6.546, de 4 de julho de 1978 (Silva; Orrico, 2012, p. 99).

Para uma efetiva atuação do profissional arquivista, Rousseau e Couture (1998) determinam as sete principais funções arquivísticas: “aquisição, avaliação, classificação, conservação/preservação, criação/produção, descrição e difusão dos arquivos”. As funções arquivísticas são compreendidas, conforme descreve Lima (2018, p. 63), como sendo “o conjunto dos princípios, métodos e operações aplicadas à organização e ao tratamento dos arquivos, independentemente da fase documental. O quadro abaixo exhibe as definições e instrumentos arquivísticos associados a cada uma destas funções:

Quadro 1: As funções arquivísticas

Funções Arquivísticas	Definição	Instrumentos arquivísticos associados
Aquisição/ Recolhimento	Refere-se à entrada de documentos nos arquivos corrente, intermediário e permanente; ao arquivamento corrente; e aos procedimentos de transferência e recolhimento dos documentos de arquivo.	- Listas de Transferência de Documentos - Listas de Recolhimento de documento
Avaliação	Busca estabelecer critérios para a definição de prazos de guarda e destinação final (eliminação ou guarda permanente) para os documentos de arquivo.	- Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos
Classificação	Refere-se à criação e utilização de planos de classificação que busquem refletir as funções, atividades e/ou ações relacionadas ao organismo produtor dos documentos.	- Plano de Classificação dos Documentos - Quadro de arranjo dos documentos
Conservação/ Preservação	Diz respeito à manutenção da integridade física e/ou lógica dos documentos, bem como às tecnologias que permitem seu processamento e recuperação.	- Planos de Preservação dos Documentos
Criação/ Produção	Contempla as políticas e procedimentos relacionados à produção dos documentos de arquivo.	- Normas e processos sobre a produção dos documentos - Modelos dos documentos - Formato dos documentos - Trâmite dos documentos
Descrição	Conjunto de procedimentos que buscam descrever os elementos formais e de conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa.	- Normas de descrição de documentos
Difusão/ Disseminação	Destina-se a tornar acessíveis os documentos e a promover a sua utilização.	- Catálogos - Inventários - Guias

Fonte: Lima (2018, p. 63).

As funções arquivísticas são fundamentais para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao fazer arquivístico no contexto das organizações.

Nesta pesquisa, seguindo as concepções dos estudos de Vitoriano (2017), ao qual entendem as informações presentes nos documentos relativas às atividades institucionais como uma “informação orgânica”, posteriormente, vindo a “informação arquivística”, posto que seria uma informação advinda do trabalho arquivístico presente nos instrumentos de gestão, tais como: “plano de classificação, tabela de temporalidade e, aqui, também incluímos os instrumentos de pesquisa resultantes da atividade de descrição” (Silva; Albuquerque, 2020, p. 70).

Segundo a Ciência da Informação e, em consonância com a Arquivologia é possível transcendermos os conceitos centrais abordados nesta pesquisa para “documento” e a “informação, do conceito de interdisciplinaridade que a academia os caracteriza para o conceito de multidisciplinaridade, uma vez que “[...] os interesses próprios de cada disciplina são preservados, conservando-se sua autonomia e seus objetos particulares” (Machado, 1995 *apud* Kobashi; Tálamo, 2003, p. 13). Portanto,

ainda que haja uma relação do ponto de vista da “configuração, à materialidade, aos objetivos e aos processos”, o “documento” e a “informação”, na Arquivologia, não são, necessariamente, os mesmos, na Biblioteconomia, na Museologia e muito menos na Ciência da Informação. “Trata-se, portanto, de um processo dialógico que requer interpenetração metodológica e uma (meta) linguagem compartilhada. O conhecimento produzido distingue-se, nessa medida, daquele existente nas disciplinas de origem” (Kobashi; Tálamo, 2003, p. 13).

Segundo os estudiosos e pesquisadores do tema em questão, a mensagem do “documento arquivístico” é entendida como “informação arquivística” e a caracterizam “por sua natureza orgânica, sua unicidade e sua capacidade de ser avaliada em termos de idade” (Calderón, 2004), referindo-se a possibilidade de se utilizar a informação de forma recorrente e permanente. Portanto, qualificá-la como “arquivística” faz sentido e se justifica pela perspectiva dos princípios da proveniência, da organicidade, da unicidade e do ciclo vital. Corroborando com esse pensamento, Thomassen (2006, p. 7) argumenta que a “informação arquivística” é denominada em sinonímia à “informação orgânica”, sendo justamente “A informação gerada por processo de trabalho, e estruturada de acordo com estes processos, de modo a possibilitar a recuperação e a interpretação contextual, mesmo em outro momento ou lugar”.

Cabe ressaltar que Cavalheiro e Santos (2021, p. 152) avaliam que:

[...] enquanto vigora o valor primário do documento de arquivo, sua informação é consultada como insumo ao processo decisório; caso esse documento atinja o valor secundário, recorre-se à sua informação para fins de memória e referência às ações e decisões decorridas.

A partir dessa colocação, o Conselho Internacional de Arquivos sinaliza a “dupla função” da “informação arquivística”:

[...] no interesse da eficácia administrativa, ela será produzida, organizada, conservada, utilizada e, em parte, eliminada”; no interesse da pesquisa, será preservada e consultada por sua notoriedade “seja relativa à evolução das organizações acumuladoras, seja à história da sociedade que a produziu e conservou (Moreno, 2007, p. 80).

Cabe ressaltar a Representação do Conhecimento na Arquivologia por meio das discussões de Barros e Sousa (2019), quando “aproximam o campo da

Organização do Conhecimento e evidenciam abordagens metodológicas para contribuir para construção de Sistemas de Organização do Conhecimento, das ontologias, das taxonomias, dos tesouros”, além da busca por definição do conhecimento arquivístico por meio de Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019) enfatizando o conceito de fundo, “o conhecimento da forma documental e o conhecimento do contexto de produção documental como parte da estrutura conceitual de conhecimento arquivístico” (Silva; Albuquerque, 2020, p. 188).

2.1.2 Territorialidade como princípio arquivístico

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005) não apresenta uma definição do *Princípio da Territorialidade* com esse nome, no entanto, define *Pertinência Territorial* e *Proveniência Territorial*, ao que tudo indica, ancorados em Lodolini (1993) e em Rousseau e Couture (1998):

Pertinência Territorial: Conceito oposto ao de princípio da proveniência e segundo o qual documentos ou arquivos deveriam ser transferidos para a custódia de arquivos com jurisdição arquivística sobre o território ao qual se reporta o seu conteúdo, sem considerar o lugar em que foram produzidos. **Proveniência Territorial:** Conceito derivado do Princípio da Proveniência e segundo o qual os arquivos deveriam ser conservados em serviços de arquivo do território no qual foram produzidos, excetuados os documentos elaborados pelas representações diplomáticas ou resultantes de operações militares (Arquivo Nacional, 2005, p. 131).

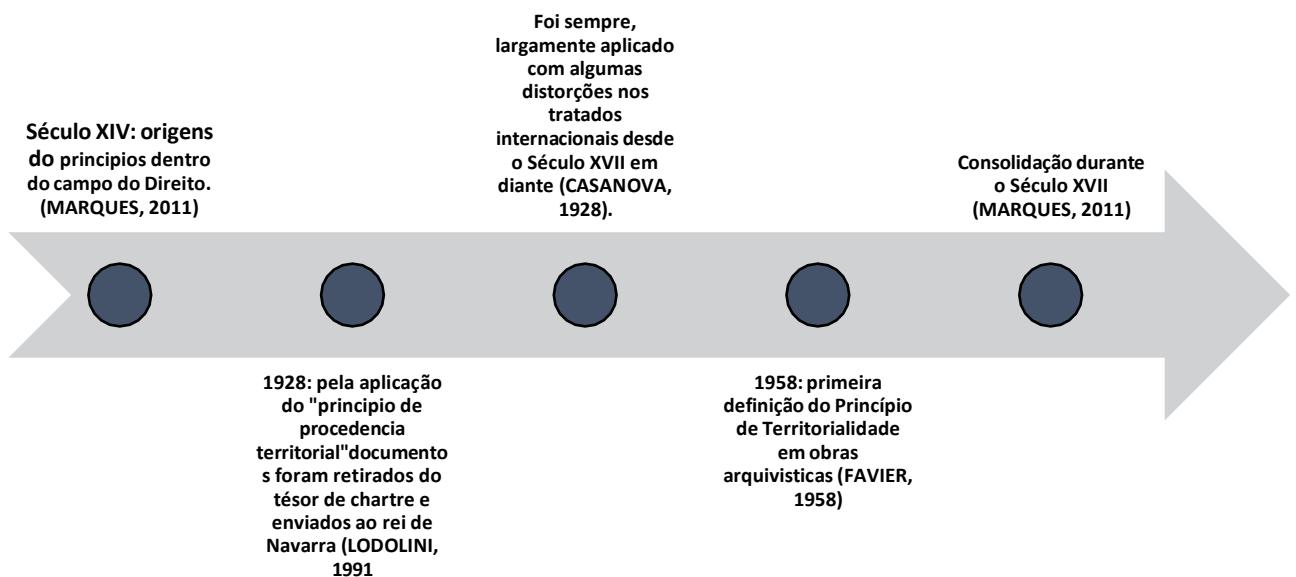
Segundo Rousseau e Couture (1998), o princípio de Territorialidade tem sua origem atrelada ao direito de propriedade e é objeto de tratados e acordos desde o século XIV. Marques aponta que “[...] a noção do Princípio da Territorialidade.” foi um marco das práticas e do pensamento arquivístico na Idade Média em um contexto internacional de “[...] preocupações com a exaustividade nos diversos campos do conhecimento” (Marques, 2011, p. 141).

Com essa classificação, percebe-se que a *Pertinência Territorial* trata das questões jurídicas que envolvem a criação do Princípio da Territorialidade. Porém, deixa nítido que o Princípio da *Pertinência Territorial* é oposto ao do Princípio da *Proveniência*, tal qual apontado por Rousseau e Couture (1998).

O levantamento de dados junto às pesquisas nos aponta que “o Princípio da Territorialidade foi mencionado indiretamente pelos holandeses Muller, Feith e Fruin (1898) em seu manual e, também, por Jenkinson (1922)”. Contudo, ele só vai aparecer diretamente, “pela primeira vez, em Casanova (1928)”. Já Lodolini (1993) argumenta que, o que se entende hoje por “Princípio da Territorialidade”, surge na literatura, mais especificamente com duas abordagens: uma definida como “pertinência territorial” e outra como “procedência territorial”. Esta última, ainda segundo o autor, é chamada, por Bautier (1963 *apud* Lodolini, 1993, p. 322), de “territorialidade”. Essas duas abordagens “foram utilizadas em diversos acordos nos séculos XVII e XVIII” (Corrêa; Marques, 2021, p. 6).

Ainda conforme Lodolini (1993, p. 322), alguns autores dizem que a “territorialidade” “significa o oposto de ‘pertinência territorial’, quer dizer, que os documentos seguem a sorte dos territórios a que se referem, ou seja, que tem o significado de ‘procedência territorial’”.

Figura 2: Linha do tempo com os principais marcos históricos do Princípio da Territorialidade



Fonte: Elaboração própria com base em Casanova (1928), Lodolini (1993), Rousseau e Couture (1998), Favier (2001)¹ e Marques (2011).

¹ Ano da edição da obra analisada.

Assim, Lodolini (1993) esclarece, que o “Princípio da Territorialidade” como se conhece hoje, surge a partir de duas abordagens: uma definida como “pertinência territorial” e outra como “procedência territorial”. Todo esse conjunto de princípios refere-se a jurisdição da custódia dos acervos e fundos documentais que por sua vez devem estar preferencialmente circunscritos a área em que foram produzidos.

2.1.3 Arquivos e desenvolvimento regional

A Arquivologia exerce uma função vital no avanço regional ao manter registros administrativos vitais para a criação de políticas públicas. Os arquivos governamentais armazenam dados sobre procedimentos legislativos, projetos de urbanismo, informações ambientais e históricos que fundamentam decisões estratégicas. No Brasil, por exemplo, iniciativas de regularização de terras necessitam de documentos arquivísticos para a validação de títulos de propriedade, garantindo assim segurança jurídica aos cidadãos. Schein (2010) estabelece que arquivos ao nível municipal e estadual são essenciais para a continuidade de projetos de assistência social e infraestrutura. Além disso, a preservação arquivística influencia a manutenção do patrimônio cultural e da identidade regional. A conservação de documentos históricos nos locais onde foram gerados possibilita que pesquisadores e gestores acessem informações relevantes para investigações socioeconômicas e ambientais (Schein, 2010).

O desenvolvimento regional refere-se ao processo de promoção do crescimento econômico, social e ambiental em uma determinada região geográfica. Os arquivos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento regional, por serem ferramentas essenciais para coletar, armazenar e gerir informações relevantes para planejamento e tomada de decisões (Silveira; Deponti, 2020).

A investigação aqui pretende expor como os arquivos, especialmente aqueles relacionados ao desenvolvimento regional, são destinados à preservação da memória e para a formulação de políticas.

Além de analisar como a territorialidade nos arquivos pode servir como um recurso relevante para pesquisadores e profissionais envolvidos no desenvolvimento agrário.

Rousseau e Couture (1998) destacam que o Princípio da Territorialidade é aplicado em três níveis: “nacional, regional e institucional”, embora a literatura da

Arquivologia dê ênfase para a sua aplicação apenas nos níveis nacional e regional. O plano institucional amplia a definição do Princípio da Territorialidade dos arquivos: “[...] este princípio advoga que os arquivos sejam conservados o mais perto possível do lugar da sua criação e a sua aplicação significa que eles devem ser guardados pela instituição que os criou [...]” (Rousseau; Couture, 1998, p. 89). Portanto, os arquivos devem ficar onde foram produzidos, inclusive nas instituições, o que pode ser entendido como uma grande vantagem da aplicação do Princípio da Territorialidade no plano institucional.

Os arquivos mantêm registros de políticas governamentais, programas de desenvolvimento e projetos implementados em uma região. Silveira e Deponti (2020) demonstram em seus estudos que os registros dos arquivos ajudam a avaliar a eficácia dessas iniciativas e a planejar futuras ações. Contêm informações demográficas, sociais e econômicas, as quais são essenciais para entender a composição da população, suas necessidades e desafios. Esses dados são fundamentais para o planejamento de políticas públicas. Além disso, os arquivos armazenam resultados de pesquisas e estudos realizados na região. Essas informações são valiosas para identificar oportunidades de crescimento, setores-chave e desafios que precisam ser abordados (Silveira; Deponti, 2020).

Assim, o Princípio da Territorialidade é fundamental para as instituições e por isso, sempre devem “[...] tomar medidas necessárias à organização dos seus próprios arquivos [...]” (Rousseau; Couture, 1998, p. 89) influenciando as políticas de preservação, acesso e uso dos arquivos, assim como a maneira como as instituições lidam com questões éticas e legais relacionadas à gestão documental. Cabe ressaltar que os documentos que permanecem em uma instituição são complementados pelas publicações e fontes orais, que também se encontram ali. Eles complementam que o valor contextual dos documentos que permanecem em uma instituição é complementado por publicações e fontes orais que ali se encontram

Na mesma linha conceitual, Lowry (2017, p. 10) também afirma a importância de não se afastar os documentos do seu contexto, com risco de haver um grande prejuízo de (organicidade) e entendimento “[...] o deslocamento dos arquivos pode ser concebido como a desfiguração de um inteiro orgânico”, ou seja, “[...] os arquivos desmembrados podem contar histórias sobre o processo de desmembramento, com os mesmos conceitos de contexto em jogo [...]” (Lowry, 2017, p. 10).

Manter arquivos acessíveis e transparentes promovem a participação cidadã no processo de desenvolvimento regional. A transparência na documentação facilita a compreensão das ações do governo e permite a participação dos cidadãos.

Cabe ressaltar que em projetos de desenvolvimento regional, é essencial documentar e avaliar o impacto ambiental. Os arquivos armazenam dados relevantes para avaliações ambientais e garantem a conformidade com regulamentações ambientais.

A eficácia do uso de arquivos no desenvolvimento regional depende da organização, preservação e acessibilidade desses documentos. A tecnologia, como sistemas de gerenciamento de documentos digitais, pode facilitar a coleta, preservação e recuperação eficientes dessas informações.

2.1.4 Os diferentes tipos de arquivos

Os arquivos contêm registros históricos que podem fornecer *insights* sobre o desenvolvimento passado de uma região. Esses registros ajudam a compreender as mudanças sociais, econômicas e políticas que ocorreram ao longo do tempo (Silveira; Deponti, 2020).

Considerando algumas particularidades que envolvem os documentos arquivísticos, além de algumas características e aspectos que se devem observar para que se realize a sua devida classificação e descrição, as demais atividades seguem os costumes da instituição que produziu os documentos. Salvaguardando-se a manutenção de elementos essenciais. Já era assim nas primeiras práticas realizadas na sociedade.

De acordo com Soares, Pinto e Silva (2015), a Arquivologia observou-se na expectativa de repensar a atividade de descrição documental.

O paradigma pós-custodial, emergente no final do século XX, possui uma perspectiva que coloca a Arquivística no campo da Ciência da Informação, por entender que o objeto científico da mesma não pode mais ser o documento de arquivo, mas sim a informação. Por esse motivo, esse paradigma contrapõe-se ao paradigma custodial voltado para a valorização do documento de arquivo de valor permanente (Soares; Pinto; Silva, 2015, p. 22).

Essa colocação é corroborada por Llanes Padrón (2016), que sinaliza a presença de aspectos descritivos físicos dos documentos no paradigma custodial, com uma visão histórica e patrimonialista.

Dentre os diversos tipos e formas de arquivos, pode-se citar o arquivo público, cuja procedência refira-se a uma “[...] entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país” (Arquivo Nacional, 2005, p. 35). Dessa forma, entende-se que:

[...] os arquivos municipais, estaduais e nacionais dedicam-se à custódia, ao tratamento e à preservação de documentos cuja procedência e/ou trâmite ocorram (ou tenham ocorrido) em instâncias públicas, visando democratizar o acesso à informação que, posto que em termos funcionais ou estruturais, se refiram à ação e aos interesses do Estado, bem como aos direitos e deveres dos cidadãos (Cavalheiro; Santos, 2021, p. 154).

Quanto ao arquivo privado, Bellotto (2004) afirma que o mesmo se refere aos “documentos produzidos e recebidos por entidades ou pessoas físicas de direitos privados”. Nesse caso, o arquivo institucional pode ser entendido como uma fonte de “informação orgânica, gerencial, probatória e testemunhal de suas decisões e ações” o arquivo pessoal, por sua vez, reflete, por meio de seus documentos, a informação tocante à vida pública, privada, acadêmica e profissional de uma personalidade” (Cavalheiro; Santos, 2021, p. 154).

No caso dos arquivos empresariais, “os mesmos são mantidos nos departamentos e seções da entidade, devido aos recorrentes usos da informação de valor primário”. Já os arquivos pessoais, de modo geral, “são recolhidos por centros de documentação, cultura e ciência”, em função de sua utilização para questões informacionais, “são alavancados em valor secundário” (Cavalheiro; Santos, 2021, p. 154).

Aproximando o foco dessa pesquisa sobre os tipos de arquivos da CAF/SDA/SEAGRI nos processos de títulos de terra devem ser acompanhados os tipos de arquivos que abrigam esses documentos, os quais são detidos entre os setores conforme a situação que o seu percurso exige, sendo classificados quanto à sua temporalidade: arquivo corrente, arquivo intermediário e permanente.

- a. **Arquivo Corrente:** Neste caso, é o conjunto de Processos em tramitação que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pelos setores que o produzem e a quem compete a sua administração-em nosso caso são os Processos sob a guarda da análise técnica e que também podem se encontrar sob avaliação jurídica pela Procuradoria Jurídica do Estado-PROJUR armazenados em salas sob supervisão de setores subordinados a Coordenação Fundiária.
- b. **Arquivo Intermediário:** Conjunto de processos originários de arquivos correntes com uso pouco frequente, isto é, aqueles processos já foram técnica e juridicamente avaliados, se encontram em fase final de tramitação para serem entregues para os seus requerentes de diversos municípios do Estado. Recebem a situação de TP-títulos prontos. Caso haja algum protesto de algum confrontante por motivo de discordância ou rejeição do requerente, o processo retorna a este arquivo para avaliação jurídica e correções conforme a sua situação.
- c. **Arquivo Permanente:** Conjunto de Processos preservados em caráter definitivo em função do seu valor histórico, probatório e de valor jurídico-são Processos que uma vez entregues os Títulos os mesmos são encaminhados ao arquivo de TE-títulos entregues, localizado numa sala junto ao almoxarifado do CDA aguardando o processo final de microfilmagem e/ou digitalização.

2.1.5 Tecnologias de informação e comunicação (TIC) em arquivologia

É nítido que o avanço das TICs e sua inserção nas mais diversas áreas do conhecimento e ambientes de trabalho, tornando crescente, a utilização e a busca da informação. Essa realidade também se faz presente na área de arquivologia e, mais especificamente, nos arquivos das instituições públicas e/ou privadas. Para esse setor, as TICs têm propiciado promovido várias mudanças nestes ambientes, tais como: “produção de documentação em formato digital, um melhor acompanhamento dos processos, um maior controle de entrada e saída de documentos, maior agilidade na tramitação de documentos, automatização de processos, comunicação mais eficiente” (Ferreira; Brito, 2018, p. 268).

Abordar conceitualmente a tecnologia e informação consiste em um processo difuso que envolve as áreas da tecnologia, comunicação, que extrapolam as fronteiras

da sua cientifização, posto que são conceitos que decorrem diariamente em nossas vidas. A informação dos noticiários, não são as mesmas que se busca nos livros ou em documentos, os quais não são os mesmos para um arquivista, para um bibliotecário ou para um cientista da computação. No entanto, todos eles dependem da informação, organizam os documentos para facilitar a sua difusão e acesso.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) desempenham um papel significativo na modernização e aprimoramento das práticas em diversas áreas, incluindo a Arquivologia, proporcionando benefícios em termos de eficiência, acesso, preservação e gestão de documentos (Jardim, 1995).

A adesão das tecnologias no ambiente de arquivo é uma decisão necessária e assertiva, posto que “a existência do documento digital e a desmaterialização do suporte do documento de arquivo-ocasiona mudanças na natureza dos registros e na produção documental, causando alterações no uso e nas funções dos arquivos” (Schmidt; Smith, 2014, p. 185) trazendo uma nova perspectiva ao profissional que atua no setor de Arquivo.

De acordo com o estudo de Jardim (1995) o progresso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tem promovido mudanças significativas na administração de documentos. A adoção em larga escala da digitalização de arquivos diminuiu a necessidade de materiais físicos e facilitou o acesso rápido às informações. Ferramentas de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) estão sendo amplamente utilizadas para otimizar a indexação e a busca de arquivos digitais. Contudo, a confiança nas tecnologias também apresenta desafios, como a obsolescência de formatos digitais e a imprescindibilidade de assegurar a segurança cibernética. Para manter a integridade dos documentos digitais, é fundamental implementar táticas como migrações regulares de formatos, sistemas de armazenamento redundantes e uso de certificações digitais (Jardim, 1995).

Outro aspecto importante das TICs é a ampliação do acesso à informação arquivística. Websites e plataformas digitais possibilitam que o público consulte documentos históricos e administrativos sem precisar se deslocar, promovendo maior transparência e engajamento da sociedade na administração pública dos arquivos.

Avaliar como as TICs impactam a gestão territorial de documentos, especialmente em contextos regionais e se constituem em um ferramental essencial para facilitar o acesso e a preservação dos documentos. Da mesma forma que as

TICs desempenham um papel significativo e impactam na arquivologia, principalmente em relação à digitalização de documentos (Silveira; Deponti, 2020).

Para Rondinelli (2013), partindo do princípio de que o documento arquivístico digital é uma unidade indivisível, apresenta algumas características, como “[...] forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e cinco pessoas: autor, redator, destinatário, originador e produtor” (Rondinelli, 2013, p. 253).

Na era da informação e do conhecimento, em que imperam os discursos sobre o “acesso à informação” e da “gestão do conhecimento” torna-se fundamental dar um direcionamento de seu domínio na Ciência da Informação e de seus processos, com suas fronteiras bem definidas, em relação ao referido “documento” portador da tal “informação” que nos conduz à construção de um dado “conhecimento” (Cavalheiro; Santos, 2021, p. 139).

Considerando-se que na Ciência da Informação, a Arquivologia conta com relações através dos seus vínculos acadêmicos institucionais, Marques (2011) afirma que “existem dimensões sobre o organizar e sobre o representar a informação ou o conhecimento”. Na concepção de Brascher e Café (2008, p. 6) a informação pode ser “[...] compreendida como o conjunto de atributos que representa determinado objeto informacional obtido pelos processos de descrição física e de conteúdo”, ao contrário da organização e da representação do conhecimento, os quais estão atrelados às “estruturas conceituais, hierárquicas, relacionais, como as ontologias, das taxonomias, dos tesouros, entre outros (Silva; Albuquerque, 2020, p. 69).

Couture (1996, p. 8) discute que “[...] diante do progresso tecnológico na Era da Informação, o arquivista, como os demais profissionais que atuam com a informação, precisa atravessar o muro do formato (o documento) em direção ao conteúdo, à informação”. Portanto, ao se definir o objeto da Arquivologia na contemporaneidade, bem como aos seus processos, cabe nos apoiarmos em Heredia Herrera (1993, p. 121) que reitera a questão de uma “tríplice dimensão”: o “documento de arquivo”, o “arquivo em si” e a “informação”, quiçá arquivística. A autora é categórica ao afirmar que “arquivo”, “documento” e “informação” são conceitos inseparáveis, enquanto “[...] os arquivos estão formados por documentos e estes são portadores de informação” que é orgânica, probatória e testemunhal. Na mesma linha de raciocínio, Kobashi e Tálamo (2003, p. 9) reitera que a informação é, de fato, “[...] um dos elementos básicos para a inteligibilidade dos processos, sejam eles naturais

ou culturais. Por isso mesmo, enfrenta-se dificuldade crescente para abordá-la nacionalmente”.

No entanto, esse contexto, exige outro perfil de profissional arquivista que atua no desenvolvimento de práticas arquivísticas e que precisa estar em constante progresso, enquanto, ele fará todo o tratamento documental, e a responsabilidade de preservar/conservar de forma eficaz os documentos, sejam eles físicos ou digitais.

Quadro 2: Perfil do Arquivista Pós-Moderno

Quanto às habilidades cognitivas e profissionais, eles devem ter	Renovação profissional
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento intermediário em TI; • Diálogo com outras áreas; • Relacionamento interpessoal; • Interesse de uma educação continuada; • Percepção do funcionamento organizacional; • Conhecimento científico e técnico arquivístico; • Capacidade de análise e síntese; • Capacidade de liderança e persuasão; • Adaptação à realidade. 	<p>Habilidade de criar e desenvolver ideias;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aptidão de tomar decisões; <p>Quanto às qualidades, devem ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proativos • Éticos • Autoconfiantes

Fonte: Santos da Silva (2019, p. 14).

2.1.6 Documento e informação na era da ciência da informação

A Ciência da Informação não é fruto da modernidade ou das redes, de acordo com Pinheiro (2002) ela surge da “explosão da informação”, no período pós-Segunda Guerra Mundial, e da necessidade de registro e controle bibliográficos e transmissão de informação e conhecimento. Além do advindo das novas tecnologias, em especial o computador e a internet, que, a partir da década de 1960, passou a ser utilizado no processamento da informação bibliográfica (Pinheiro, 2002).

Em função da origem da Documentação, a Ciência da Informação precisou elaborar um conceito científico de “informação” para validar a informação e, para tanto, tomou por base um conceito físico da *Teoria Matemática da Comunicação*² que

² Proposta pelos engenheiros-matemáticos Claude Shannon e Warren Waever, em 1949, visando a síntese do conhecimento necessário ao entendimento da eficiência em sistemas de comunicação (Khinchin, 1957). Também conhecida como “Teoria da Informação”, tida como um “prenúncio ou mesmo inauguradora do campo” de CI (Araújo, 2010).

privilegia os aspectos materiais da informação em relação aos semânticos, ou seja, “o registro (documento) para além da mensagem (informação)”. Conforme observado por Araújo (2010), a consequência desse modelo é a prioridade conferida aos processos de transferência da informação, que se refere a “[...] efetiva comunicação do conhecimento e seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação” (Saracevic, 1996, p. 47). Nesse sentido, a Ciência da Informação não se ocupa de outra “informação”, apenas a “documentada” posto que, só dessa forma, é possível garantir a sua “observação, processamento e preservação”.

Na concepção de Borko (1968, p. 3), a Ciência da Informação “[...] investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seus fluxos e usos, e as técnicas para seu processamento e otimização de sua armazenagem, recuperação e disseminação”. Em contrapartida, a “Documentação é uma das diversas vertentes aplicadas da ciência da informação [...] direcionada à aquisição, custódia, recuperação e divulgação da informação registrada” (Borko, 1968, p. 3). Assim, é possível entender a área de Documentação como uma das quais estão contempladas no escopo da Ciência da Informação, manifestando-se, em termos pragmáticos, “na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. Portanto, a CI se ocupa, de fato, da ‘informação’, mas afora o ‘documento’, pois nele se encontra: documento é registro de informação” (Cavalheiro; Santos, 2021, p. 141).

Foucault e Frohmann ao refletirem sobre a materialidade dos enunciados afirma que, de igual modo, a informação pode ser analisada pelo grau de sua imersão institucional, e que “[...] as rotinas institucionalizadas estabelecem e mantêm as relações entre os enunciados, e lhes conferem peso, massa, inércia e resistência” (Frohmann, 2006, p. 23).

Observadas as características que diferem o “documento” na Ciência da Informação e na Arquivologia, pelas vias da materialidade e institucionalização da informação, Duranti (2015, p. 7), resume que o “documento de arquivo” é, “[...] qualquer documento criado (produzido ou recebido, e retido para ação ou referência) por uma pessoa física ou jurídica ao longo de uma atividade prática como instrumento e subproduto dessa atividade”.

Documentação adequada nos arquivos são necessárias para acessar recursos financeiros, subsídios e financiamento para projetos de desenvolvimento regional.

Isso inclui a preparação de relatórios e documentos que demonstrem a viabilidade e a necessidade dos projetos.

2.1.7 Gestão de informação e arquivos

Como gestores da informação, os arquivistas e bibliotecários possuem características específicas para o tratamento da informação e aplicação de técnicas para atender às necessidades dos processos de preservação documental.

Quando se pensa em sistemas interligados, referimo-nos à integração dos sistemas de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED). A utilização dessa tecnologia visa gerenciar o fluxo de trabalho baseando-se em documentos eletrônicos que pretendem agilizar o atendimento das demandas no que diz respeito à maneira de como criar, armazenar, distribuir os processos de Títulos de Terra, ou as informações neles contidas. Bem como, gerenciar um fluxo de trabalho baseando-se em um formato eletrônico, onde segundo Baldam (2002, p. 172) “a ideia é poder ter o GED não só como uma ferramenta separada de qualquer outra, o que também é muito comum, mas poder também usá-la como suporte documental a outras ferramentas que possam precisar de documentos.” Da mesma forma, um passo importante é utilizarmos do GED para disponibilização dos Processos em formato digital, o que pode ser realizado via Sistemas de Gerenciamento de Conteúdo (SGC) – ferramenta que permite integrar e automatizar todos os processos relacionados à criação, catalogação, indexação, personalização, controle de acesso e disponibilização de conteúdos em portais web. Este é o momento onde usuário final tem contato com o GED e por isso, deve fazer parte de uma ampla análise a fim de garantir que todo o trabalho de digitalização dos documentos seja muito bem utilizado, fazendo com que os Processos originais sejam preservados pela manipulação demasiada pelos usuário (Baldam, 2002).

2.1.8 Estado do conhecimento

A projeção de um estudo bibliográfico se deu no interesse de compreender o que as pesquisas discutem a respeito da proposta da temática: territorialidade no espaço arquivístico. Assim, apoiando-nos em Morosini e Fernandes (2015, p. 155),

esse t3pico se dedica a apresentar o Estado de Conhecimento que consiste na: “identifica33o, registro, categoriza33o que levem 33 reflex33o e s3ntese sobre a produ33o cient3fica de uma determinada 3rea, um determinado espa3o de tempo, congregando peri3dicos, teses, disserta33es e livros sobre uma t3cnica espec3fica”.

Com base neste procedimento, estabeleceram-se em um primeiro momento os crit3rios de inclus3o de estudos da amostra de disserta33es e teses para an3lise. O segundo passo foi a sele33o das melhores fontes e, por 3ltimo, foi feita uma an3lise do todo o material selecionado.

Os crit3rios de inclus3o foram dentro do campo delineado, com a sele33o de teses e disserta33es, cujo objeto se constitui nos seguintes descritores: “espa3o+territorialidade”; “arquivologia+territorialidade”; “arquiv3stica+documenta33o”.

O segundo passo foi selecionar o material com base nos t3tulos, resumos e metodologias, com foco em: territorialidade, arquivologia e arquiv3stica, para a exposi33o dos resumos e explora33o dos temas pelos autores. Os temas como a Tecnologia e a Arquivologia, o espa3o e outros que se fizeram pertinentes na abordagem, ser3o fundamentados pelos respectivos autores ao longo da pesquisa.

Quadro 3: Publica33es sobre a tem3tica

AUTOR/DATA	T3TULO
CORREA/MARQUES/2020	O PRINC3PIO DA TERRITORIALIDADE NAS FRONTEIRAS DA ARQUIVOLOGIA E DA HIST3RIA
RESUMO: Este artigo trata das rela33es entre a Arquivologia e a Hist3ria, a partir do Princ3pio da Territorialidade. A import3ncia desse estudo est3 na possibilidade de uma melhor compreens3o dos di3logos te3ricos e pr3ticos entre essas duas disciplinas, j3 que o documento de arquivo 3 um objeto que une esses dois campos do saber. O objetivo 3 entender como ocorrem as interlocu33es entre a Arquivologia e a Hist3ria por meio do Princ3pio Arquiv3stico da Territorialidade. Metodologicamente, o artigo possui uma abordagem qualitativa, explorat3ria, descritiva e explicativa. Com base em uma pesquisa bibliogr3fica na literatura dessas disciplinas, retoma-se o desenvolvimento hist3rico da Arquivologia como disciplina cient3fica e os seus di3logos com a Hist3ria. Os resultados apontam as contribui33es do Princ3pio da Territorialidade para a Arquivologia, a fun33o do documento de arquivo como prova e testemunho, os instrumentos de pesquisa como meios para a identifica33o e recupera33o de documentos e, ainda, o documento de arquivo como um elo entre as duas disciplinas.	
SILVA/CARDOSO/2022	AS RELA33ES ENTRE ARQUIVOLOGIA E A LEI GERAL DE PROTE33O DE DADOS: uma an3lise dos cursos da Enap sobre LGPD
RESUMO: Este artigo analisou as rela33es entre a arquivologia e a Lei Geral de Prote33o de Dados (Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018) atrav3s dos conte3dos de cursos de LGPD oferecido pelo Enap (Escola Nacional de Administra33o P3blica) aos cidad3os brasileiros; em especial aos servidores da administra33o p3blica. Elegemos o curso do Enap como objeto	

principal deste trabalho, pois reconhecemos a abrangência e importância dos cursos oferecidos aos servidores públicos em âmbito nacional. O objetivo principal é identificar se os cursos de LGPD do Enap apresentam em seu conteúdo programático as atribuições pertinentes à arquivística na LGPD. Nesse sentido, o recorte temporal foi o período compreendido desde a publicação da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), 14 de agosto de 2018, até a atualidade; o recorte espacial foi circunscrito ao território nacional, entretanto, utilizamos o contexto internacional do surgimento das Leis de proteção de dados na Europa e Américas para compreensão da evolução dos debates nacionais sobre a LGPD. Nesse sentido, observamos a grande importância dos cursos da Enap, tanto na formação dos servidores públicos quanto na formação do cidadão brasileiro no que se refere a conhecimentos relacionados à administração pública. Em relação ao curso referente à LGPD, observamos, nos conteúdos dos cursos, poucas referências a conceitos arquivísticos e algumas imprecisões conceituais.

BATEKO/2022	ARQUIVÍSTICA E ARQUIVOLOGIA: ESCLARECIMENTO EPISTEMOLÓGICO
<p>RESUMO: Muitos teóricos do campo dos arquivos exploram cada vez mais a arquivologia para pôr em evidência as considerações científicas e até epistemológicas da ciência dos arquivos. A epistemologia é o ramo da filosofia que tem como objeto o estudo da ciência. Seu papel é validar e criticar os conhecimentos científicos e, sobretudo, os campos científicos. Além disso, ela se interessa, entre outras coisas, pelos métodos, teorias, pelo objeto de estudo e pesquisa de uma disciplina científica, pela elevação do pensamento, pelo questionamento de um discurso científico, pela construção da ciência, pela realização de estudos sobre a natureza científica de uma ciência, etc. Demonstra-se que os pesquisadores da área de arquivos raramente se preocupam com o alcance da epistemologia em seu campo disciplinar. De fato, autores da área arquivística destacam principalmente a construção e exploração de práticas gerenciais no sentido de associar conhecimentos relativos à práxis arquivística.</p>	
LIMA/SILVA/2020	A UFRRJ COMO IDENTIDADE TERRITORIAL: A ESPACIALIDADE E A TERRITORIALIDADE AFETIVA DA INSTITUIÇÃO
<p>RESUMO: O objetivo desta pesquisa é apresentar a UFRRJ como parte integrante do território de Seropédica, município do Estado do Rio de Janeiro, sob a ótica de um agente de mudanças e a personificação do que é urbano em um espaço considerado rural. Para além do desenvolvimento urbano da região, busca-se compreender o sentimento de pertença ao espaço imaginário da Rural, quando são indicadas as relações criadas em torno de uma dimensão territorial que se conecta aos sujeitos que por ela percorrem, as quais ajudam a evidenciar uma identidade construída pela reciprocidade nas relações de afetividade, confiança e reconhecimento. Esta investigação se conduzirá qualitativamente, com o emprego de alguns recursos da pesquisa quantitativa, no que diz respeito à quantificação de alguns de seus dados. Os territórios da UFRRJ criados pelo Plano Expansão/REUNI possuem identidades, das quais inferimos que sejam diversas daquela que conhecemos por intermédio da eloquência de quem cursou a sua graduação ou pós-graduação no campus Seropédica. O projeto de reestruturação e expansão da UFRRJ reforçou aquilo que já percebíamos, tal como o discurso de um egresso do Campi ou mesmo de um ex-servidor ressaltando o quanto o espaço ocupado outrora foi importante para a sua formação acadêmica, ou a sua formação profissional, seja por um corpo de docentes cativantes, por um ambiente propício a grandes desafios profissionais, ou por simplesmente usufruir de uma atmosfera exuberante da natureza, construída e pensada para acolher aqueles que buscam o saber acadêmico, mesmo que este não fosse o seu objetivo inicial</p>	
DAVANZO/VITORIANO/MOREIRA/ 2021	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA E REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA NA ARQUIVOLOGIA: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA
<p>RESUMO: Diante de um cenário de ampliação da produção e da circulação da informação, em virtude das transformações ocasionadas pelas tecnologias digitais, o artigo discute como os processos de representação da informação podem auxiliar a Arquivologia a melhorar a</p>	

organização e a recuperação da informação. Sendo assim, a problemática da pesquisa pode ser formulada na seguinte questão: como a padronização terminológica tem afetado os processos de representação da informação na Arquivologia? Acredita-se que, a partir do uso de um instrumento que colabore com questões relacionadas ao controle e à padronização terminológica, a Arquivologia pode melhorar de maneira significativa o tratamento da informação produzida e acumulada pelas organizações. O objetivo geral da pesquisa consiste em identificar quais pesquisas foram desenvolvidas de forma que abordassem os usos dos vocabulários controlados na Arquivologia, para que a partir de tais estudos, seja possível compreender como [e se] a Arquivologia tem feito uso desse instrumento com vistas a melhorar o processo de organização, representação e recuperação da informação orgânica presente nos arquivos. Como procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória, na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), com vistas a identificar trabalhos que tratem sobre uso dos vocabulários controlados na Arquivologia. Para a composição do corpus documental, foram utilizados os seguintes termos, como estratégia de busca: “Arquivologia”, “Representação Descritiva”, “Representação Temática” e “Vocabulário Controlado”. Como resultados, a pesquisa demonstra que, embora os vocabulários controlados contribuam com o tratamento da informação, principalmente porque atuam no controle e padronização terminológica, ainda existe certo distanciamento do tema na literatura arquivística, sendo poucos os trabalhos recuperados.

SILVA/ALBUQUERQUE/2020

A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA: o fio de Ariadne dos arquivos

RESUMO: A organização e a representação na Arquivologia consideram bases dos elementos e dos contextos presentes nos documentos, assim a projeção desses documentos é permeada por características ligadas à sua criação. Objetiva-se apresentar pontos da organização e da representação na Arquivologia, por meio das atividades de classificação e de descrição norteadoras no processo de acesso à informação nos arquivos, destacando-se a prospecção e o aprofundamento a respeito da temática. Valemo-nos de revisão teórica, com abordagem qualitativa e com direcionamentos descritivos. Observa-se que os documentos possuem particularidades que devem ser consideradas pelas atividades de classificação e de descrição. Em discussões contemporâneas, o arquivista aparece como um agente mais envolvido com os usuários, com a construção de sistemas complexos, como agente de organização e de significação nos arquivos. Alguns estudos no Brasil vêm aprofundando e estabelecendo conexões entre a organização e a representação do conhecimento nos arquivos e as dimensões da representação temática, seja por meio da indexação, seja acerca de bases do assunto envolvidas com a classificação e com a descrição arquivística, em consonância ao documento arquivístico e dos seus entornos.

CAVALHEIRO/SANTOS/2021

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA: (RE)APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

RESUMO Introdução: Neste texto, propusemos uma análise crítica dos conceitos de “documento” e “informação” no domínio da Ciência da Informação e, mais precisamente, de sua disciplina arquivística, tendo em vista o fato de se aproximarem por seus objetivos e processos afins, concernentes às questões de organização, representação e acesso à informação registrada. Objetivo: Vislumbramos apresentar e discutir os referidos conceitos, (re)aproximando-os, sobretudo no que tange à noção documental e informacional transmitida via princípios arquivísticos e seus desdobramentos. Metodologia: Esse segmento investigativo, de cunho bibliográfico, documental e restritivo, demonstra-se pertinente, pois a Ciência opera com a delimitação para fins de esclarecimento quanto ao seu objeto; à Ciência da Informação e à Arquivologia, essa reflexão faz-se, pois, relevante, ao passo que os ditos conceitos são polissêmicos, presentes em áreas do conhecimento diversas. Resultados: Demarcamos elementos históricos e teóricos quanto ao “documento” e à “informação” na perspectiva da Ciência da Informação e de seus processos, interpretando-os sob o discurso foucaultiano da materialidade dos enunciados (e dos documentos). Posteriormente, direcionamos essa discussão à lógica da Arquivologia e de seus princípios basilares, visando compreender (e questionar), por fim, as características que fazem jus ao documento e à

informação de arquivo. Conclusões: Concluímos que a materialidade (conscriptio) é o elo entre a informação da Ciência da Informação e a informação da Arquivologia, justificando a completude de esforços de ambas as áreas no processamento documental. Por sua vez, em Arquivologia, aliadas ao documento e seu teor informacional, estão as características trazidas pelos princípios que a regem, marcas essas que, não por norma, estão contempladas na Ciência da Informação.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Após essa seleção, os trabalhos foram agrupados por assuntos relacionados com os descritores estabelecidos para a devida seleção, conforme demonstra o Quadro 4, no qual se pode observar que os autores não se limitam exclusivamente a um único tema, posto que as pesquisas desenvolvidas abrangem mais de um descritor. Contudo, os descritores são pertinentes e/ou complementares, para manter a coerência com o recorte da pesquisa e seus objetivos.

Quadro 4: Descritores e Autores selecionados

DESCRITORES	AUTORES
ARQUIVOLOGIA	Correa/Marques; Silva/Cardoso; Bateko; Davanzo/Vitoriano/Moreira; Silva/Albuquerque; Cavalheiro/Santos
TERRITORIALIDADE	Correa/Marques; Silva/Cardoso; Silva/Lima
ARQUIVÍSTICA	Correa/Marques; Silva/Cardoso; Bateko; Silva/Lima; Cavalheiro/Santos
ESPAÇO	Silva/Lima

Fonte: elaborado pelo autor com base em modelo do Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES (2022).

2.2 TERRITORIALIDADE NA GEOGRAFIA: CONCEITO ETOLÓGICO E ESPACIAL

Compreender a complexa teia de relações entre os seres vivos e o ambiente que os cerca é um desafio fascinante. A etologia, ciência que estuda o comportamento animal em seu habitat natural, nos fornece uma lente valiosa para desvendar os padrões de interação entre os organismos e o espaço que habitam, onde também “surgiram as primeiras teorizações mais consistentes sobre territorialidade” Haesbaert (2009, p. 37). Do mesmo modo, o conceito de espaço surge como o palco onde a vida se desenrola. Nele, os seres vivos se movem, interagem e buscam recursos para sua sobrevivência. No entanto, o espaço não é meramente um cenário inerte, mas sim um conjunto de lugares dotados de significado e valor para cada indivíduo ou grupo seja animal ou humano. Um lugar pode ser um ninho, um local de alimentação, um ponto de referência ou um refúgio seguro. O território, por sua vez, emerge como uma

porção do espaço delimitada e defendida por um organismo ou grupo (Haesbaert, 2009, p. 37). Ele representa uma área de exclusividade, onde o acesso a recursos e a reprodução são controlados. A territorialidade, por sua vez, manifesta-se como o conjunto de comportamentos e estratégias utilizadas para demarcar, defender e manter o controle sobre o território (Haesbaert, 2009, p. 37). A etologia nos revela que a territorialidade é um fenômeno complexo e multifacetado, influenciado por fatores como a disponibilidade de recursos, a densidade populacional, as características da espécie e as relações sociais (Haesbaert, 2009, p. 37). Ela pode se manifestar de diversas formas, desde a vocalização e marcação com odores até a agressão física. Ao explorar os conceitos de etologia, espaço, lugar, território e territorialidade, podemos aprofundar a nossa compreensão sobre o comportamento animal e humano, suas dinâmicas ecológicas e suas relações com o ambiente que os cerca.

2.2.1 O espaço, o lugar e o território geográfico

O espaço refere-se à extensão tridimensional na qual os eventos ocorrem e os objetos existem. Pode ser físico (geográfico) ou social (cultural, político, econômico). O espaço nos permite investigar como as pessoas se apropriam dele e de seu entorno e de que forma a territorialidade afeta o comportamento humano. Conforme nos apresenta Monte-Mór (2007, p. 110):

O local tem uma territorialidade específica, uma delimitação, ao mesmo tempo, em que tem a predominância das questões ligadas ao cotidiano, mesmo que fortemente influenciadas por questões distantes ligadas aos processos do espaço econômico abstrato. O local é então, de fato, uma escala que tem uma espacialidade marcada e uma sociabilidade específica ditada pelo cotidiano.

Por se tratar de um estudo multidisciplinar, a pesquisa começará estudar esses conceitos pela geografia de Santos (2017, p. 63) onde “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. O Lugar como experiência afetiva e da memória e a sua relação com o espaço de Tuan (1983, p. 65), as quais se refere às medidas espaciais como não sendo as únicas abordagens importantes, mas que se complementam com dados

experiências que se remetem as questões de estados de espírito, pensamentos e sentimentos.

Pazzini e Jerônimo (2009) afirmam que os lugares fazem despontar a emoção e a afetividade na vida das pessoas, traduzindo as suas subjetividades. O “lugar e subjetividade entrelaçam-se pelas vivências, pelo simbolismo, pela dimensão identitária que faz parte tanto da singularidade de cada sujeito, quanto da manifestação das aprendizagens sociais que se voltam ao coletivo” (Jerônimo; Souza, 2015, p. 82). Corroborando com essa linha conceitual da subjetividade, Moser (2001) entende que “a subjetividade está relacionada aos espaços cotidianos”, enquanto estes são “balizadores de processos de significação e de identificação das pessoas”.

Ampliando a discussão para além do espaço-território e aproximando dessa pesquisa, é possível trazer a noção territorialidade, por ser através dela que o espaço se diferencia. Como apropriação do espaço, a territorialidade pode ser “múltipla, ou seja, muitas vezes são as formas de poder e os sujeitos que os exercem na construção de territórios: indivíduos, grupos sociais, o Estado, as empresas, instituições como a Igreja, etc” (Haesbaert, 2005).

O espaço também pode ser entendido como o *habitat* no qual vive uma espécie e pode ser tanto um lago ou um bosque, como “um nicho ecológico que reúne um conjunto de condições abióticas (temperatura e humidade) ou fatores bióticos (recursos alimentares)”, os quais permite que a espécie viva e se reproduza (Caramaschi; Scarano; Monteiro, 2010, p. 18).

Para Bourdieu (2004, p. 35), o campo científico se constitui em espaço de duas formas de poder que correspondem a duas espécies de capital científico: o capital “temporal” e o capital “científico”. No primeiro, o poder é institucional e ocorre sobre “os meios de produção e reprodução”, e esse capital político se liga “a ocupação de cargos importantes nas diversas instituições científicas”, tais como a “chefia de laboratórios ou departamentos”. Quanto ao segundo, ele “está vinculado ao reconhecimento dos pares, é pouco institucionalizado e mais exposto à contestação”. Portanto, o capital “científico” possui um caráter mais pessoal e independente do “temporal”, ele se volta para o reconhecimento pessoal (Bourdieu, 2004, p. 35).

Assim, se considerarmos que o poder está em toda a relação e se o espaço é anterior ao território, é possível pensar-se, como Raffestin (1993, p. 144), que “o espaço é a”prisão original” e o território é a prisão que os homens constroem para si”. Contudo, para o autor a territorialidade se constitui em um contexto de troca e de

consumo, portanto, não deve ser concebido apenas como uma ligação com o espaço. Afinal, “a relação território/espaço envolve energia e informação”, capaz de produzir “vizinhanças, acessos e convergências ou disjunções, rupturas e distanciamentos”, a depender das relações que se manifestam em todos os níveis, não só sociais, mas dando acesso a “face vibrante do poder” (Raffestini, 1993, p. 144).

Dessa forma, o território pode ser entendido como a espacialização das relações sociais. Neste sentido, Bourdieu (2004) é um autor de referência para analisar os campos de disputas territoriais, a partir das categorias “estratégia, disputas simbólicas e violência simbólica”. Nesse sentido, o poder e a violência simbólica “são afirmados e exercidos através do espaço e das diferenciações territoriais” (Gomes, 2019, p. 56).

[...] Os agentes são vistos positiva ou negativamente em razão de seus microterritórios possuírem, ou não, determinados capitais. As hierarquias sociais são reproduzidas no espaço e, por sua vez, as diferenças atribuídas aos territórios constroem, afirmam ou ressignificam as distinções sociais (Gomes, 2019, p. 56).

O entendimento da organização dos objetos geográficos permite uma análise mais ampla dos “fenômenos e epifenômenos sociais organizados” (Rezende; Fraxe; Witkoski, 2018, p. 74). Os autores esclarecem ainda que “as unidades de conservação apresentam um ordenamento territorial específico, pautado, em sua maioria, nas ações do Plano de Gestão, o qual é um documento técnico que estabelece normas de uso e ocupação do território delimitado” (Rezende; Fraxe; Witkoski, 2018, p. 74).

Contudo, a fronteira enquanto “espaço vivido” pode ser entendida também como um “espaço de ir e vir”, conforme definição de Sturza (2011), onde os sujeitos que o habitam “circulam e se movimentam em função de vínculos e conexões que estabelecem em ambos os lados da linha imaginária”. Além de que os sujeitos do “ir e vir”, compartilham constantemente hábitos culturais e práticas sociais ainda que inconscientemente e não, necessariamente, organizados e legitimados pelo Estado-nação, estabelece uma nova configuração territorial colocando-os enquanto fronteiriços no espaço (Sturza, 2011). Podendo-se dizer que o território é o espaço autodeclarado e legitimado pela convenção de agentes sociais e com relação a forças que defendem objetivos e interesses comuns.

De outro modo, Saquet (2010, p. 77) considera que “o espaço não é apenas palco, receptor de ações, substrato [...] ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, por serem indissociáveis”.

Portanto, a territorialidade envolve além da dimensão política, estabelecendo-se também nas relações econômicas, culturais. Assim, a territorialidade abarca não só uma dimensão exclusivamente política, mas se refere também às relações econômicas, culturais e linguísticas, enquanto estas se ligam ao modo como as pessoas utilizam o espaço e organizam-se em torno dele, atribuindo sentido ao local (Mota, 2014, p. 7).

Voltando a Haesbaert e colaboradores (2005), na territorialização do espaço, ocorre um processo que se re-arranja ao longo do tempo dependendo das diferentes condições sócio-históricas e conforme a atuação de sujeitos que acabam por demarcar territórios dado o modo pelo qual se apropriam, não se limitando a determinação jurídico-administrativa. No entanto, o termo “territorialidade” possui uma significação mais ampla, contemplando os modos de apreensão do território, mais fluídos, não necessariamente formais, restritos a limites físicos. O território pode ser simbólico, como já se discute há muito tempo pelas Ciências Humanas (Gomes, 2019, p. 56).

Para Viana, Barreto e Corrêa (2020, p. 276): “quanto mais tempo uma pessoa permanece em um lugar, maior a possibilidade de o lugar incorporar-se à estrutura de identidade”.

2.2.2 Etologia e territorialidade humana

Sob a ótica da Etologia, a Territorialidade é a denominação referida ao comportamento entre animais e um determinado território. O qual corresponde a uma área que o animal tende a defender regularmente contra a entrada de outros indivíduos da sua espécie ou de espécies diferentes. Esse comportamento da territorialidade ocorre em algumas espécies, os predadores compõem a maioria, posto que caçam nos mesmos locais. Cabe ressaltar que “a maioria das espécies se utiliza do território para sua sobrevivência, prática comum da maioria das espécies cujo objetivo é sobreviver e reproduzir-se gerando descendência” (Almeida, 2017). Contudo, não defendem o seu território. Salvo alguns “casos raros, em que o indivíduo desenvolve técnicas de distanciamento de rivais que visam utilizar os seus recursos” (Almeida, 2017), tal qual a espécie humana que consegue impedir que outros indivíduos utilizem os recursos de que necessitam para sua própria sobrevivência. De

modo geral, esses comportamentos são pacíficos, ocorrem mediante sinais já codificados, “visuais ou auditivos, onde a situação se resolve sem promover confrontos”. No entanto, “quando isso não afugenta os invasores, pode ocorrer uma verdadeira luta entre o invasor e o indivíduo territorial” (Almeida, 2017).

A autora descreve ainda, que se pode entender como estratégias defensivas do território, os visuais que se estabelecem por meio de “padrões de cor”, exposição de “tamanho e força, marcas” deixadas no território que identifique o dono, ou demonstrações “rituais”. Quanto às estratégias auditivas, podem ocorrer mediante “gritos”, gemidos, cacarejos ou “uivos”. As estratégias olfativas dão-se através do “uso de urina que demarca o território para alertar ao invasor” ou impregnar o local com “o seu próprio cheiro” (Almeida, 2017).

Os territórios são estabelecidos e defendidos por várias razões, como a busca por recursos alimentares, acasalamento, abrigo ou proteção de filhotes. Ao manter um território, um organismo pode garantir o acesso a recursos essenciais e reduzir a competição com outros membros da mesma espécie (Haesbaert, 2010).

A territorialidade se configura em um aspecto específico do comportamento animal relacionado à ocupação e defesa de áreas geográficas, enquanto a etologia é o estudo mais amplo do comportamento animal em seu contexto natural, contribuindo para a compreensão dos padrões comportamentais e suas adaptações evolutivas (Haesbaert, 2009).

O comportamento instintivo e aprendido tem o seu comportamento constituindo por um “conjunto complexo de respostas a condições ou estimulação do meio” de acordo com Russell (1986, p. 178), em seus estudos apresenta “o comportamento e ecologia estão ligados e o desenvolvimento do comportamento instintivo ou aprendido ocorre em função de uma norma ecológica e em um nicho ecológico”.

Em termos fenomênicos da etologia, pode-se dizer que a territorialidade é a manifestação do comportamento motivado pela necessidade de manutenção de um determinado corpo biológico ou de seu grupo, a fim de garantir o funcionamento de suas funções vitais, ou seja, sua sobrevivência. Este comportamento distingue-se pelo seu impulso natural, cujas ações variam segundo a sua espécie, com tendência a se moverem em direção a um determinado espaço e conseqüentemente ocupá-lo. Neste caso, o que caracterizaria esses seres animais, seria a maneira como eles tomam posse e a sua habilidade em poder mover-se e alterar pela ocupação (territorialização) ou desocupação (desterritorialização) de um determinado espaço no qual os recursos

oferecem as possibilidades e as condições satisfatórias para proverem sua escassez ou necessidades.

No caso da territorialidade humana pode ser vista como uma forma de organizar e controlar o espaço. Estados estabelecem fronteiras para definir sua soberania, e comunidades locais demarcam territórios para suas atividades cotidianas.

No âmbito da territorialidade propriamente dita, temos Sack (1986, p. 6) “A Territorialidade para os humanos é uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas por meio de um controle de área”. Raffestin (1993) que discursa sobre os territórios e suas relações de poder e Haesbaert (2009) aprofundando o conceito polifilético da territorialidade.

Uma vez estabelecida as relações de poder por meio das relações humanas, resultam em uma governança via sistema simbólico. “A interação entre os sistemas simbólicos e os sistemas sociopolíticos geram as diversas formas de organização social, criadoras da governança” (Rezende; Fraxe; Witkoski, 2018, p. 83). É preciso haver um entendimento sobre todas as influências sofridas ao longo dos anos, para que se entenda a governança em todas as suas esferas.

Figura 3: Fluxograma da interconexão formadora da governança



Fonte: Rezende e Dalmácio (2015).

Assim, o território renasce de forma renovada e sistemática, contemplando a noção de dinamismo, contradições, relações de poder, identidades, redes de circulação e comunicação. Essa “redescoberta” – para usar a expressão de Saquet (2010) – do conceito de território se funda agora em re-leituras, encontrando-se desde territórios como “abrigo” até “territórios vinculados ao ciberespaço, em que o controle é feito pelos meios informacionais os mais sofisticados” (Haesbaert *et al.*, 2005).

Na concepção de Raffestin (1993), o território é produzido por uma constelação de relações que o indivíduo e os agentes sociais mantêm entre si, bem como com a natureza. São eles que produzem o território, partindo do espaço que é da realidade inicial. Para o indivíduo ou, agente, o território se forma a partir do espaço. “Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço” (Raffestin, 1993, p. 143). A apropriação a qual Raffestin (1993, p. 143) se refere, “é marcada por relações de poder, enquanto aspecto fundamental para a compreensão do território, sendo exercido por pessoas ou grupos, sem o qual não se define o território”. Portanto, o poder é relacional, posto que está intrínseco em todas as relações sociais (Raffestin, 1993, p. 143).

A relação territorial pode ser associada tanto à noção de pertencimento quanto ao sentimento de apropriação de determinado grupo por certa localidade (Gomes, 2019, p. 52). Para Haesbaert e colaboradores (2005), há uma distinção entre o que denomina “território unifuncional” e o território enquanto espaço-tempo-vivido. O primeiro está relacionado à lógica capitalista hegemônica, “especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão [...] que não admite multiplicidade/sobreposições de jurisdições e/ou territorialidades (Haesbaert, 2007, p. 21). Isso, além dos quatro, vertentes básicas as quais Haesbaert e colaboradores (2005) se refere ao longo dos seus estudos: território natural; território político; território econômico e território cultural ou simbólico cultural.

Na mesma linha conceitual, Boligian e Almeida (2003) definem como uma característica de perspectiva mais funcional e o território representa:

[...] a base espacial onde estão dispostos objetos, formas e ações construídas pelos atores sociais e historicamente determinadas segundo as regras do modo de produção vigente em cada época, ou seja, pelas relações sociais de produção (Boligian; Almeida, 2003, p. 241).

A segunda tem característica mais simbólico-afetivo:

[...] território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (Bolígian; Almeida, 2003, p. 241).

Em Brown (2005), o seu estudo verifica a atuação da territorialidade no ambiente organizacional, onde buscaremos validar a nossa pesquisa. Brown (2005) define territorialidade como a expressão comportamental de um indivíduo, assim como dos seus sentimentos de posse relativamente a um objeto físico ou social. O autor se diferencia de estudos tradicionais sobre a territorialidade que limitam a análise desse fenômeno ao espaço, ou objetos físicos e coloca a territorialidade como potencial para envolver além dos espaços físicos e bens tangíveis, abrangendo os aspectos intangíveis e entidades sociais (Brown, 2005). Essa definição inclui comportamentos para a construção, comunicação, manutenção e restauração de territórios em torno desses objetos na organização para a qual existe um sentimento de propriedade e por consequências criando identidade social e desse modo o seu significado simbólico.

2.2.3 As dimensões espaciais simbólicas da territorialidade humana

Entender a territorialidade simbólica é essencial para investigar a maneira como pessoas e grupos interagem com os ambientes, bem como ambientes afetam suas identidades e ações. De acordo com Henri Lefebvre, em seu livro “Produção do espaço” (2000) o espaço simbólico é uma das facetas que integram o espaço social. Esse conceito vai além da simples área geográfica, pois envolve os significados, valores e representações que os grupos sociais conferem aos diferentes locais. Para Lefebvre (2000), o espaço social se apresenta por meio de três dimensões interconectadas:

- **Espaço percebido (prática espacial):** Refere-se às práticas e uso cotidianos do espaço, como deslocamento, as atividades e as relações sociais que nele se desenvolvem.
- **Espaço concebido (representações do espaço):** Diz respeito às representações mentais e aos planejamentos do espaço, como mapas, os projetos arquitetônicos e as normas urbanísticas.

- **Espaço vivido (espaços de representação):** Envolve os significados simbólicos, afetivos e imaginários que os grupos sociais atribuem aos lugares, como as memórias, as tradições, os rituais e os símbolos.

No território simbólico, ainda é possível ressaltar o espaço vivido, por meio das representações sociais elaboradas em grupos, dentre os quais destacam-se:

- **Identidade e pertencimento:** Os territórios simbólicos onde podem fortalecer o senso de identidade e pertencimento de um grupo, criando laços emocionais e sociais.
- **Expressão cultural:** O território simbólico pode se manifestar por meio de expressões culturais, através da arte, da música, da linguagem e dos costumes.
- **Poder e controle:** O território simbólico também pode ser usado como forma de poder e controle, através da demarcação de fronteiras sociais e culturais.

Assim, podemos afirmar que, conforme as concepções de Lefebvre (2000), o território simbólico constitui uma parte essencial do espaço social independente da sua escala geográfica, expressando-se através dos significados, valores e representações que os grupos sociais conferem aos locais como fatores influentes e determinantes para compreender processos específicos da territorialidade.

Observemos os exemplos de Totens das figuras abaixo que corroboram e materializam as ideias de Lefebvre.

Figura 4: Detalhe de um totem no Stanley Park, em Vancouver-Canadá



Fonte: Shutterstock (2025).

Figura 5: Detalhe do totem de segurança do Governo Estado do Pará



Fonte: Polícia Militar do Pará (2024).

Figura 6: Detalhe do totem do Diretório Estudantil da UFBA



Fonte: Perfil do SUMAI UFBA no Instagram (2024).

Neste sentido, a identidade de que tratam as territorialidades e seus territórios possuem diversidades que podem ser impactadas pelas ações da temporalidade provocadas pelas modificações sociais, culturais e pelo sucesso ou fracasso da sua produtividade ao longo do espaço-tempo e adquirindo desse modo novos formatos e significações, onde segundo Haesbaert (1997, p. 42) afirma:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Para Rogério Haesbaert, o território vai além do espaço físico, sendo uma construção complexa com duas dimensões inseparáveis: uma simbólica e cultural, que se refere ao significado, identidade e apropriação afetiva que os grupos sociais

atribuem a um lugar, transformando-o em "seu"; e uma política e concreta, que envolve o controle, a organização e a disciplina do espaço e dos indivíduos por meio de regras e poder. Ambas as dimensões se entrelaçam, mostrando que o território é tanto um lugar de sentido quanto de domínio.

2.2.4 Desterritorialização e reterritorialização

A ideia de territorialidade apresentada até aqui demonstra sua tendência polifacética quando revela a maneira como interagimos com lugares em constante transformação. Essa dinâmica nas suas apresentações, indica que os territórios estão incessantemente em transfiguração muitas das vezes, devido ao enfraquecimento das suas ligações com seus territórios (desterritorialização), exemplificado seja por um processo de globalização dos territórios, ou o pelo surgimento de novas conexões e identidades, inclusive até mesmo por em ambientes virtuais. Entretanto, a desterritorialização no contexto geográfico, filosófico e psicanalítico, remete ao processo de rompimento ou enfraquecimento das relações entre um grupo ou indivíduo e seu território, seja ele físico ou simbólico. Esse conceito, está associado aos estudos de Guattari e Rolnik (1996), que descreve a perda ou alteração das relações estabelecidas com um determinado espaço, podendo ocorrer por diversos fatores como migração, globalização, mudanças tecnológicas e outras transformações sociais onde:

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios "originais" se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (Guattari; Rolnik, 1996, p. 323).

Basicamente, essa linha de pensamento nos dá uma forma de ver como nossos contatos com a sociedade, a cultura e a tecnologia influenciam quem somos e o que vivemos, e de que maneira conseguimos lutar contra o domínio, escapando e abrindo novos caminhos através do rompimento com essas linhas de controle, abrindo-se para novas possibilidades de existência e subjetivação. Por outro lado, Haesbaert (2009,

p. 53) destaca os fenômenos naturais como protagonista do processo de desterritorialização da sociedade por meio das atividades vulcânicas e abalos sísmicos são frequentemente os grandes responsáveis pela transformação significativa da estrutura de diversos territórios. Ou seja, a desterritorialização implica na quebra da conexão entre um grupo e seu território, seja causado por fenômenos naturais, pela perda de identidade cultural, da mudança de hábitos ou da própria deslocamento física e por consequência pode levar à dificuldade de adaptação a novos ambientes e à necessidade de redefinir laços e pertencimento em novos contextos. Portanto, a desterritorialização não se limita a ser um acontecimento único; ao invés disso, ela se manifesta como um percurso que pode gerar novas territorializações, estabelecendo um ciclo incessante de transformações e ajustes. A compreensão desse processo cíclico é crucial para decifrar as tendências contemporâneas, já que a territorialidade influencia as dinâmicas sociais, as estruturas de poder e a formação de identidades no mundo interligado e, simultaneamente, fragmentado em que vivemos podendo realocar-se territorialmente não necessariamente em seu território original, ou seja, “uma reapropriação dos espaços como uma efetiva reterritorialização na medida em que não há mais dicotomia em domínio e apropriação do espaço, ou melhor, em que a apropriação prevalece sobre a dominação” (Haesbaert, 2009, p. 369).

Em síntese, a desterritorialização aborda o enfraquecimento ou o rompimento dos laços que ligam alguém ou um grupo ao seu local de origem, enquanto a reterritorialização pode simbolizar a criação de novas ligações e áreas de experiência. Esses processos não surgem como fenômenos opostos, mas como etapas que evoluem num determinado contexto conectando-se entre si, onde por exemplo a desterritorialização pode significar um processo de territorialização de um novo grupo ou a reterritorialização (reintegração) de um grupo anterior. Por outro aspecto, reterritorialização não se limita ao significado de relocação ou reocupação, mas implica “um movimento de resistência – à desterritorialização imposta pelos movimentos de territorialização comandado por outros. Ou seja, eu posso “delimitar” meu território simplesmente através do território do outro” (Haesbaert, 2009, p. 262).

2.2.5 O espaço arquivístico

Tendo como fundamento os estudos anteriores sobre espaço de Santos (2017) e Rasfestin (1993), de lugar Tuan (1983) e território de Almeida (2017) entre outros podemos considerar que o Espaço arquivístico é o lugar fisicamente ocupado onde são desenvolvidas e executadas as atividades administrativas pertinentes as competências do profissionais de arquivo, marcado, simbolizado e fisicamente representado pelo aparelhamento (estantes fixas e deslizantes, mapotecas, aparelho de microfilmagem, digitalização, equipamentos e preservação e conservação de documentos, etc.). Outrossim, se caracteriza também por elementos intangíveis, como a organização lógica-espacial da produção de documentos e a aplicação de normas técnicas e legais para o desempenho e execução de suas funções dando-lhe simbolismo e identidade que caracterizam as ações de suas atividades. É também o local de memória onde é preservada e disseminada a produção intelectual das instituições e organizações.

Neste estudo de caso, o espaço arquivístico da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) da Secretária de Desenvolvimento Rural (SDR) do Estado da Bahia é o objeto desta investigação cujo fenômeno é a sua territorialidade, ou seja, os seus deslocamentos (locação/deslocação) e das suas estruturas operacionais no ambiente organizacional, ou seja, é onde elementos fixos que permitem ações que modificam o próprio lugar e fluxos como resultado direto ou indireto das ações e o seu impacto na gestão arquivística considerando sua escala geográfica institucional num determinado tempo de sua existência Santos (2017). Nesse sentido, essa escala departamentalizada transcende a sua definição como mera razão de proporção cartográfica, sendo agora considerada um componente crucial na análise das disparidades territoriais e na interpretação dos processos de produção e organização do espaço em diversas dimensões, onde “passa a ser um conceito integrado a uma teoria (a do desenvolvimento desigual) que procura dar coerência à produção do espaço em diferentes níveis, entendendo-o sempre como espaço organizado e hierarquizado.” (Melazzo; Castro, 2007, p. 139).

O espaço arquivístico se enquadra perfeitamente as ideias de Santos (2017) onde, o espaço é um reflexo das relações entre o homem e o ambiente, sendo moldado pelas necessidades e práticas das instituições. Ele não é estático, mas

dinâmico, adaptando-se às mudanças tecnológicas, organizacionais e legais que impactam a gestão documental.

Nesse caso, o espaço arquivístico é organizado para atender às demandas específicas da instituição, incluindo a preservação de documentos relacionados ao desenvolvimento agrário e rural. A disposição dos equipamentos e a organização dos documentos refletem a dinâmica das atividades desenvolvidas, além de contribuir para a construção da memória institucional.

2.2.5.1 Características do espaço arquivístico

O espaço arquivístico possui características específicas que o diferenciam de outros tipos de ambientes, como bibliotecas ou museus. Entre essas características, Tognoli (2012) destaca:

Organização Funcional: O espaço arquivístico deve ser organizado conforme as funções arquivísticas, como classificação, avaliação, descrição, preservação e acesso. Isso implica em uma disposição lógica dos documentos e equipamentos, facilitando o fluxo de trabalho e a recuperação da informação.

Preservação e Conservação: Um dos principais objetivos do espaço arquivístico é garantir a preservação dos documentos produzidos e recebidos pela instituição ao longo do tempo. Para isso, são necessários controles de temperatura, umidade, iluminação e segurança, além de práticas de conservação preventiva.

Acessibilidade: O espaço arquivístico deve ser projetado para permitir o acesso seguro e eficiente aos documentos, tanto por parte dos profissionais de arquivo quanto pelos usuários externos. Isso inclui a adoção de sistemas de consulta e ferramentas tecnológicas que facilitem a localização e o uso dos documentos.

Simbolismo e Memória: Além da sua função prática, o espaço arquivístico carrega um valor simbólico, representando a memória institucional e social. Ele é o local onde a história e as atividades de uma organização são preservadas e transmitidas para as gerações futuras.

2.2.5.2 A importância do espaço arquivístico

O espaço arquivístico desempenha um papel crucial na gestão documental e na preservação da memória. Segundo Tognoli (2012) a sua importância pode ser analisada sob diferentes perspectivas:

Institucional: Para as organizações, o espaço arquivístico é essencial para a eficiência administrativa e a tomada de decisões. Ele garante que os documentos estejam organizados, preservados e disponíveis quando necessário, contribuindo para a transparência e a accountability.

Social e Cultural: Do ponto de vista social, o espaço arquivístico é um repositório de memória coletiva, preservando documentos que refletem a história, a cultura e as conquistas de uma sociedade. Ele é fundamental para a pesquisa histórica, a educação e a construção da identidade cultural.

Legal e Normativo: O espaço arquivístico também está relacionado ao cumprimento de normas e legislações que regulamentam a gestão documental. A organização e a preservação dos documentos são essenciais para atender a requisitos legais, como a Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/1991) no Brasil.

2.2.5.3 Desafios do espaço arquivístico

A gestão do espaço arquivístico enfrenta diversos desafios, especialmente em um contexto de rápidas transformações tecnológicas e organizacionais. Entre esses desafios, Tognoli (2012) destaca:

Espaço Físico Limitado: O crescimento contínuo dos acervos e a escassez de espaço físico são problemas comuns em muitas instituições. A adoção de soluções como compactadores de estantes e a digitalização de documentos são estratégias para otimizar o uso do espaço.

Preservação de Documentos Digitais: Com o aumento da produção de documentos digitais, o espaço arquivístico precisa se adaptar para incluir infraestruturas tecnológicas, como servidores e sistemas de backup, garantindo a preservação e o acesso a esses documentos.

Mudanças Organizacionais: Reestruturações institucionais, como fusões ou mudanças de sede, podem impactar o espaço arquivístico, exigindo realocações e adaptações que preservem a integridade dos acervos.

O espaço arquivístico é, portanto, um elemento central para o exercício da arquivologia, integrando aspectos físicos, simbólicos e funcionais. Sua gestão eficiente é essencial para a preservação da memória institucional e social, além de contribuir para a transparência e a eficiência das organizações. A compreensão desse conceito e a aplicação de boas práticas são fundamentais para enfrentar os desafios contemporâneos e garantir a sustentabilidade dos acervos arquivísticos.

3 TERRITORIALIDADE INSTITUCIONAL

O conceito de territorialidade institucional refere-se à influência, domínio ou presença de uma instituição em uma determinada área geográfica, ou social. Esse termo é frequentemente utilizado para descrever como organizações – sejam empresas, agências governamentais, ONGs ou outras entidades – estabelecem e exercem a sua atuação em um território específico. A territorialidade institucional pode se manifestar em diversos aspectos, como o domínio político, onde instituições exercem influência em níveis locais, regionais ou nacionais por meio de lobby, participação em órgãos consultivos ou contribuições para campanhas políticas.

A territorialidade institucional diz respeito à maneira como as instituições criam, sustentam e exercem sua influência em um espaço físico ou simbólico. Essa territorialidade é influenciada por diversos fatores, como os políticos, sociais, econômicos e tecnológicos, sendo visível nas ações de órgãos públicos, empresas privadas e ONGs. No ambiente organizacional, a territorialidade institucional se revela de várias maneiras, incluindo a divisão geográfica das áreas de atuação, a criação de sedes e filiais em locais estratégicos e o desenvolvimento de protocolos para o gerenciamento de informações nos arquivos institucionais. Além disso, existe uma forte ligação entre a territorialidade e como as decisões administrativas são centralizadas ou descentralizadas.

O conceito de territorialidade institucional é também fundamental para a governança documental, por estar diretamente relacionado ao acesso, à preservação e à disseminação de informações (Oliveira, 2017). Nos arquivos institucionais, essa territorialidade se evidencia na implementação de políticas de gestão documental que asseguram a organização e a conservação dos registros no local onde foram gerados, reforçando assim o princípio da proveniência.

A territorialidade no espaço organizacional atua de maneira sutil e quase imperceptível, subterrânea, mas nem por isso é menos influente e decisiva do que outros fatores envolvidos na manutenção da estrutura funcional e patrimonial (Corrêa; Marques, 2002). No entanto, seu papel, especialmente no momento da tomada de decisões, muitas vezes revela-se como a própria motivação, o meio e o fim que atendem a uma cadeia de interesses individuais ou coletivos. Um exemplo disso é a extinção de setores para realocar funções, frequentemente impulsionada por favorecimentos políticos. Nesse contexto, o poder hierarquizado exerce a sua

operabilidade sobre os indivíduos, definindo os seus espaços de atuação em um território institucionalizado. A esse respeito, Foucault, na sua metodologia da *Microfísica do Poder*, corrobora textualmente o seguinte:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos do poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é um centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (Foucault, 2017, p. 284-285).

Foucault (2017) sugere uma abordagem do poder como algo disseminado e presente em todas as interações sociais. No âmbito das instituições, esse poder se revela na hierarquia das decisões e na disposição dos espaços físicos e simbólicos dentro de sua estrutura. Assim, a noção de territorialidade abrange não apenas um local geográfico, mas também o controle que uma instituição exerce sobre suas atividades e narrativas. Um exemplo dessa dinâmica pode ser identificado nas universidades públicas, que frequentemente implementam campi em diversas regiões, facilitando o acesso ao ensino superior e ampliando a sua presença territorial. Contudo, a centralização das decisões em órgãos administrativos localizados na sede principal pode restringir a autonomia dessas unidades descentralizadas, ressaltando a conexão entre territorialidade e poder. De maneira similar, instituições de arquivos enfrentam dificuldades ao administrar sua territorialidade, especialmente quando lidam com documentos dispersos em vários locais. A formação de redes de arquivos interligados tem se mostrado uma abordagem eficaz para assegurar a conservação e o acesso à informação, sem prejudicar os princípios essenciais da arquivística (Jardim, 1995).

Nos últimos vinte anos, o capitalismo global tem sido acompanhado por transformações nos valores culturais e éticos. Observam-se movimentos

contraditórios: de um lado, a homogeneização de certos elementos; de outro, o aprofundamento das diferenças, especialmente nas dinâmicas das periferias sociais, tanto urbanas quanto rurais. Os ciclos do capitalismo, principalmente aqueles ligados a espaços subnacionais, geram movimentos sociais *sui generis*, marcados por grande diversidade e envolvendo passado e memória. Esses elementos são frequentemente utilizados como mecanismos de defesa contra ameaças ou crises enfrentadas por indivíduos, ou grupos.

A identidade de uma instituição é profundamente afetada pela sua inserção territorial. Organizações que possuem uma presença estabelecida em uma região específica costumam criar uma identidade mais robusta, fundamentada na memória coletiva e nas interações estabelecidas com a comunidade ao seu redor (Silveira; Deponti, 2020). Essa conexão se manifesta, por exemplo, na conservação da história institucional através da manutenção de arquivos e documentos que detalham seu percurso. Assim, a territorialidade pode ser vista como um elemento que facilita o fortalecimento da identidade institucional. Gomes (2019) enfatiza que a memória institucional é crucial para reforçar o senso de pertencimento e continuidade, tanto entre os colaboradores quanto para o público que a instituição atende. Por conseguinte, os arquivos são fundamentais para a preservação da identidade territorial de uma organização. Ademais, a digitalização de documentos e a adoção de sistemas eletrônicos de gerenciamento documental possibilitam a expansão da territorialidade institucional para o meio virtual. Isso permite que as instituições atinjam um público maior e solidifiquem sua presença além do espaço físico, mantendo a autenticidade e a segurança dos registros arquivísticos.

Gomes (2019, p. 48) afirma que o passado e a memória “fortalecem a noção de identidade, possibilitando que sujeitos e coletividades se enxerguem mais fortes, coerentes e dotados de mecanismos para sobreviver aos problemas e à suposta crise”. Como destaca Hewinson:

O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte de significação, como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de sequência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência (Hewinson *apud* Harvey, 2005, p. 85).

Pollak (1992, p. 204) reforça a ligação fenomenológica entre memória e identidade, destacando que “o sentimento de identidade é o sentido da imagem de si, para si, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que constrói e apresenta aos outros e a si”. Assim, a memória garante o sentimento de continuidade, essencial para a construção da identidade. Essa necessidade de continuidade está relacionada ao receio do desaparecimento, característico das sociedades contemporâneas, que desenvolvem uma ânsia memorialista, conforme discutem Pierre Nora (1993) e Jöel Candau:

O fluxo do tempo ameaça os indivíduos e os grupos em suas existências. Como parar esse tempo devastador, essa ‘corrida desabalada’? [...] A memória nos dará essa ilusão: o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança. Pela retrospectiva, o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi numa nova imagem que poderá talvez o ajudar a encarar sua vida presente (Candau, 2012, p. 15).

Dessa forma, a memória atua como uma âncora da identidade, compondo indivíduos e grupos e servindo como instrumento de equilíbrio e continuidade.

Para compreender melhor como a memória é vivenciada pelos funcionários da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Estado da Bahia, especialmente no que diz respeito à relação entre lembranças socialmente compartilhadas, território e identidade, é necessário explorar esses conceitos. Candau (2012) questiona a existência de uma “memória coletiva”, sugerindo que o termo mais adequado seria “memória compartilhada pelo grupo”, uma vez que não se pode presumir que determinada memória seja homogênea.

A noção de identidade adotada aqui difere de abordagens que a veem como algo mutável e dinâmico. Neste texto, a identidade é entendida como uma “estrutura estruturante” (Bourdieu, 1989), ou seja, um eixo central na construção de significados e relações sociais. Isso não implica inflexibilidade, mas sim a importância dessa noção como base para a organização das práticas sociais (Gomes, 2019, p. 48).

A expressão “estrutura estruturante” (Bourdieu, 1989) refere-se a elementos fundamentais da sociedade que exercem influência profunda e duradoura sobre comportamentos e práticas. Essas estruturas moldam o *habitus* – conjunto de disposições internalizadas que orientam as ações dos indivíduos – e influenciam sua

participação nos diferentes campos sociais. O *habitus*, conforme Bourdieu (2011, p. 21-22), é “a tradição acumulada em um campo científico, um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, bens e práticas”.

O campo científico, por sua vez, é definido por Bourdieu (2001, p. 69) como um espaço social onde se difundem práticas e teorias de uma determinada área do conhecimento. É um local de interações e lutas, tanto para conservar quanto para transformar as estruturas de poder. Como destaca o autor:

De fato mundo da ciência, como o mundo econômico, conhece relações de força, fenômenos de concentração do capital e do poder ou mesmo de monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos meios de produção e de reprodução, e também lutas que, em parte, têm por móvel o controle dos meios de produção específicos, próprios do sub-universo considerado (Bourdieu, 2004, p. 34).

As instituições frequentemente estabelecem relações com as comunidades locais por meio de parcerias, programas sociais e iniciativas de desenvolvimento, fortalecendo os laços entre si e o território. Em um contexto globalizado, muitas expandem sua territorialidade além das fronteiras nacionais, impactando dinâmicas locais e globais.

A territorialidade institucional é, portanto, um conceito abrangente que aborda como as organizações ocupam, influenciam e interagem com os territórios em que estão inseridas, afetando aspectos sociais, econômicos e culturais. As organizações possuem aspectos estruturais formais e simbólicos, sendo que estes últimos, embora subjetivos, oferecem amplo potencial para a gestão instrumentalizada e a compreensão de fenômenos socio-simbólicos complexos (Coimbra; Saraiva, 2013).

No campo da arquivologia, a territorialidade institucional refere-se ao modo como instituições delimitam, ocupam e organizam seus espaços de atuação finalísticas da sua gestão. Esses territórios podem ser físicos, como os locais de armazenamento de arquivos, ou simbólicos, envolvendo a autoridade sobre certos tipos de documentos, práticas arquivísticas ou áreas temáticas. A territorialidade também se manifesta na competição ou cooperação entre diferentes instituições arquivísticas, como arquivos nacionais, estaduais, municipais, privados e comunitários. No contexto da arquivologia, ela influencia na delimitação de espaço físico e no direcionamento do contencioso arquivístico, através da adoção de normas

e procedimentos, e a interação dos usuários quanto ao uso e à recuperação as informações da produção intelectual institucional (Corrêa; Marques, 2002).

No âmbito da Arquivologia, a territorialidade das instituições tem um impacto direto na forma como os documentos são tratados, guardados e acessados. É essencial implementar políticas de preservação documental que considerem essa territorialidade para assegurar a integridade e a autenticidade dos arquivos. Contudo, um dos desafios que as instituições enfrentam é a administração de documentos em um contexto de crescente digitalização. A necessidade de preservar a territorialidade institucional enquanto se expande o acesso digital aos arquivos demanda a criação de estratégias híbridas, que unam a conservação física dos documentos com a aplicação de tecnologias que permitam acesso remoto. Além disso, a territorialidade institucional se reflete na formulação de normas e regulamentos arquivísticos que orientam a gestão documental nas organizações (Jardim, 1995). Nesse sentido, a territorialidade não apenas define o âmbito de atuação dos arquivos, mas também estabelece diretrizes para a custódia, proteção e compartilhamento de informações.

A territorialidade institucional é uma noção importante para se entender as dinâmicas de poder, identidade e memória nas organizações. No âmbito dos arquivos, esse conceito é vital para a administração dos documentos, assegurando que os acervos sejam mantidos conforme os fundamentos da origem e da veracidade (Corrêa; Marques, 2002).

4 A TERRITORIALIDADE E SUA INFLUÊNCIA NO ÂMBITO DO ESPAÇO FÍSICO ARQUIVÍSTICO — TOMANDO POR BASE NUM LEVANTAMENTO DOS ANTIGOS FUNDOS DE ARQUIVOS

Este capítulo vai trabalhar em torno da fenomenologia da Territorialidade em um espaço institucional analisando seus aspectos teóricos e conceituais para identificar nela as possibilidades de desdobramentos no âmbito dos princípios da teoria arquivística e da ciência da informação voltada para o contexto das atividades e práticas de gestão de arquivo nos espaços organizacionais.

Conforme já mencionado, essa análise será efetuada com base no estudo de caso da territorialidade no espaço arquivístico dos fundos documentais da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) antigo Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) e hoje atual Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Estado da Bahia.

4.1 O INSTITUTO

Ao longo de suas três décadas de existência, o Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) acumulou documentos importantes referentes à regularização e mapeamento de terras, culminando em dossiês de processos de titulação de terras de todas as regiões do Estado da Bahia. Em seu fundo documental o órgão produziu uma variedade de tipologias vinculadas ao exercício de suas atividades voltadas para o cadastro de requerentes, medição de terras, mapeamento de áreas por meio de aerofotogrametria e documentos de regulação de terras, perfazendo um total de centenas de metros lineares de documentos textuais e microfilmados.

Iniciada uma nova política de gerenciamento nas ações agrárias do Estado da Bahia a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão vinculado à Secretaria da Agricultura, a partir de 1999 acabou por tender ao fortalecimento da agricultura familiar e a regularização da posse das terras, democratizando o seu acesso ao pequeno produtor além de supervisionar as ações das comunidades rurais auxiliando em seus conflitos. Durante suas atividades, o órgão produz uma abundância de dossiês que culminam na geração de processos de títulos que legalizam e legitimam a posse de terra pelo agricultor. Em seu acervo documental de processo

de títulos de terra, a CDA produziu entre 1999-2012 mais de trezentos metros lineares de documentos e duas centenas de cartuchos de microfilmes.

4.2 CONTEXTUALIZANDO O CASO

Em 15 de maio de 1974, é criado o Instituto de Terra do Estado da Bahia pelo então governador Antônio Carlos Magalhães, que sancionou através da Lei n.º 3.255/74 como órgão subordinado à Secretária de Agricultura. Sua função tinha como prioridade executar a política estadual de disposição de terras públicas para promover e coordenar discriminação administrativa e judicial das terras devolutas, assim como sua disposição; coordenar a restauração agrária, a regularização de ocupações e a conciliação administrativa de conflitos fundiários; elaborar cadastramento rural de terras do estado e o seu levantamento cartográfico correspondente; processar e decidir, com exclusividade, os pedidos de regulariza fundiária previstos em legislação específica.

Em 26 de maio de 1999 através do decreto 7578/99 do governador César Borges, decreta a extinção do INTERBA, que na época já era uma autarquia vinculada à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Contudo, durante a desconstrução do INTERBA, o próprio governador César Borges haveria de decretar, antes mesmo da sua extinção, o Decreto n.º 7.547, de 24 de março de 1999, que aprova a organização estrutural e funcional da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA). Como órgão em regime especial de administração direta e, integrante da estrutura órgão vinculado a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura, a CDA absorveu as mesmas funções da anterior, ampliando suas funções referentes à regulação de terras e incluindo atividades de reforma agrária e crédito fundiário.

Atualmente, a Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) exerce atividades em dois campos: regularização de terras e reforma agrária. Visando garantir ao trabalhador rural, o acesso à terra e a inserção nas políticas públicas dos governos estadual e federal através da distribuição de Títulos de propriedades de terras, uma vez reconhecidas pelo Estado transferindo do patrimônio público para o particular quando ocupadas e beneficiada por agricultores. A SDA, também possui um programa cujo objetivo é executar as ações conjuntas do Plano Nacional de Reforma

Agrária (PNRA), do Governo Federal, que visa à realização de vistoria de imóveis rurais passíveis de desapropriação por interesse social, o apoio a projetos de reforma agrária estaduais para reconhecimento pelo INCRA. No projeto de Reforma Agrária, o órgão executa ações que contribuem com o processo de inserção social das famílias de trabalhadores rurais acampadas e beneficiárias do programa.

Uma vez estabelecida a contextualização do caso, o próximo passo é analisarmos as principais questões relativas ao problema do caso da SDA, sob a ótica dos conceitos levantados em nossa revisão bibliográfica sobre o tema.

4.3 CONSEQUÊNCIAS DA TERRITORIALIDADE NO ESPAÇO ARQUIVÍSTICO DA SDA

A territorialidade na Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) refere-se à abordagem que considera as características e particularidades de diferentes territórios no planejamento e execução de políticas e programas voltados para o desenvolvimento agrário. Essa abordagem reconhece que as realidades locais variam significativamente em termos de recursos naturais, condições socioeconômicas, culturais e históricas.

A dinâmica nas organizações é fundamentalmente territorial. Percebe-se a presença desse fenômeno a partir de indicações dos próprios funcionários, seja por meio de placas de identificação nas portas, fotos de familiares nas mesas de trabalho, ou ainda pelo comportamento resistente em delegar para que outros participem de um projeto-chave (Brown, 2005).

Com base nos levantamentos de dados, observações e diálogos com funcionários da SDA, identificaram-se casos omissos, falhas e lacunas nos procedimentos de entrada/saída e guarda de documentos e suas causas prováveis, bem como as estruturas físicas que abrigam os Processos de Títulos de Terra.

Partindo do princípio de que, quando se trata de gerência de documentos, é preciso ir além dos aspectos físicos e documentais, entende-se que é preciso transpor as fronteiras do território e considerar a territorialidade constituída no conjunto de sistemas eletrônicos de informação.

Compreendida como espaço vivido, a territorialidade vai sendo construída pela apropriação do espaço, relacionando-se à identidade e à afetividade, a partir dos aspectos subjetivos e simbólicos que a constituem (Silva; Hernandez, 2019, p. 1).

Conforme Saquet (2013, p. 24), “Cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidades(s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos, e mitos, com suas atividades cotidianas”. Assim, o autor defende uma perspectiva diversa e polissêmica do território:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de descontinuidades, de desigualdades, diferenças e trações comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais (Saquet, 2013, p. 24).

Os homens ‘vivem’, paralelamente, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de suas atividades diárias. Quer seja por meio “de um sistema de relações de existência e/ou produtivas, todas são relações de poder”, enquanto estabelecem ações de “domínio e subordinação, seja de forma tácita ou explícita, visto que há interações entre os atores em suas relações cotidianas” (Eduardo, 2006, p. 196).

Através do texto dos autores e pesquisadores da temática surgem questões como sentimento de pertença, disputas e mudanças sociais. “Esse debate se insere nas discussões acerca da propriedade, distribuição e acesso à terra, que, especialmente no Brasil, tencionam conflitos decorrentes de um histórico de alta concentração fundiária, desde as origens do país” (Silva; Hernandez, 2019, p. 2).

A implementação de políticas de desenvolvimento agrário com uma perspectiva territorial considera a diversidade de contextos rurais e a necessidade de adaptar estratégias para atender às demandas específicas de cada região.

Portanto, como atual gestor do setor de Arquivo e Microfilmagem, compreendeu-se a necessidade de investigar as deficiências nos procedimentos já enraizados na cultura deste órgão que vem sendo corroído por sucessivas gestões, refletindo no estado do seu acervo arquivístico.

Todos os conceitos e dados levantados nessa pesquisa reforçam o cruzamento entre as concepções de territórios e territorialidades e, até mesmo, se confundem. A

perspectiva aqui busca trazer, além dos conceitos, um entendimento das dinâmicas que as relacionam. De acordo com Haesbaert (2007), embora a territorialidade possa ser vista sob uma dimensão simbólica, ela não está atrelada a uma dimensão material-concreta, condição que se verifica no caso do território. “O território surge, desde sua origem, com uma dupla conotação, material e simbólica”, conforme Haesbaert (2007, p. 20-21). Ainda em Haesbaert, o autor realiza uma revisão teórica sobre as diversas abordagens de autores que se dedicam ao tema e faz a alega que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica” (Haesbaert, 2004, p. 95-96) conforme quadro abaixo:

Quadro 5: Esquema genérico de Haesbaert entre funcionalidade e simbolismo

TERRITÓRIO FUNCIONAL	TERRITÓRIO DE DOMINÂNCIA SIMBÓLICA
Processos de dominação e “território da desigualdade”	“Território da diferença”
Território “sem territorialidade” (empiricamente impossível)	Territorialidade “sem território” Ex. (“Terra prometida dos Judeus”
Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)	Princípio da multiplicidade (?) (no seu extremo: múltiplas identidades
Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção)	Território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva)

Fonte: Haesbaert (2007, p. 23).

Portanto, na concepção de Haesbaert (2007, p. 23), “[...] todo território é, ao mesmo tempo, e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico”.

Com essa base e apoiando-nos em Santos (2000, p. 108) para a análise dessa pesquisa pode-se entender que a SD abriga distintos atores, com diferentes “poderes de comando”, gerando uma “multiplicidade de ações”, decorrentes do convívio entre “atores hegemônicos com os hegemonzados” em que se percebe que o território (como campo de análise) “revela a estrutura global” e as lacunas em sua utilização. Para o autor, “na perspectiva de dominação dos atores hegemônicos, o território usado se constitui em um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares, enquanto os atores hegemonzados têm um abrigo no território” (Santos, 2000, p. 108). Essa identificação, também corresponde as visões de Haerbaert (2004,

p. 4), em que entende se tratar de “duas formas distintas de produção do território enquanto recurso”, para “os dominantes o privilégio do seu caráter funcional e mercantil”, enquanto para os “dominados a valorização” é no sentido de “garantir a sua sobrevivência cotidiana”.

“A territorialidade, entendida como a qualidade que o território adquire conforme a sua utilização ou apreensão pelo ser humano, é tratada sob uma perspectiva relacional e dinâmica por parte de vários teóricos” (Silva; Hernandez, 2019, p. 6). Buscando apoio em Raffestin (2009, p. 267) entende-se que “as históricas relações entre o ser humano e o meio podem demonstrar ser a territorialidade do ser humano responsável pela crise do ambiente” o que em nossa análise sobre caso da SDA como espaço da territorialidade em que ocorrem os conflitos ou negligências de gestão no ambiente da SDA.

A análise aqui desenvolvida sobre a territorialidade, território, pode ser sintetizada conforme a síntese de Haesbaert (2007, p. 25) sobre a sua revisão teórica com foco em três principais abordagens:

- a. Como materialidade (ex. controle físico do acesso através do espaço material, como indica Robert Sack).
- b. Como imaterialidade (ex. controle simbólico, por meio de uma identidade territorial ou ‘comunidade territorial imaginada’).
- c. Como ‘espaço vivido’ (frente aos espaços-neste caso, territórios formais-institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade (Haesbaert, 2007, p. 25).

Outro componente do apego ao lugar é a dependência. Shumaker e Taylor (1983) afirmam que o atendimento às necessidades de um indivíduo promove uma avaliação positiva do lugar por permitirem alcançar seus objetivos. Conceito esse complementado por Vaske e Kobrin (2001) que consideram que a dependência do lugar, normalmente, precede a identidade de lugar, posto que “o lugar atende às necessidades de cada pessoa para torná-la dependente para optar em permanecer ali”.

4.4 DE QUE MANEIRA O FENÔMENO DA TERRITORIALIDADE INFLUENCIA A INSTITUIÇÃO

A territorialidade refere-se à forma como os seres humanos organizam e controlam o espaço ao seu redor, estabelecendo limites e reivindicando áreas específicas como suas. Isso pode ter várias implicações para as instituições, sendo organizações ou estruturas criadas para o desempenho de funções específicas na sociedade. Isso pode envolver: a localização geográfica, a identidade institucional, a concorrência territorial, as relações com a comunidade, além de legislação e governança.

Com a proposta de analisar a territorialidade em uma instituição, observou-se que forma tal fenômeno influencia a dinâmica espacial da SDR e sua gestão na SDA:

- a. **identidade Institucional:** A identidade territorial pode contribuir para a institucional. As instituições muitas vezes constroem uma identidade associada à sua localização geográfica. Isso pode afetar a percepção pública da instituição e moldar sua cultura organizacional.
- b. **Concorrência Territorial:** Em setores altamente competitivos, as instituições podem competir territorialmente por clientes, recursos ou talentos.
- c. **Relações com a comunidade:** A territorialidade também está relacionada às interações com a comunidade local. As instituições podem buscar estabelecer uma presença positiva em suas comunidades, contribuindo para o desenvolvimento local e fortalecendo laços com os residentes.

Essas algumas das influências que podem incidir sobre a territorialidade pode influenciar a SDR e conseqüentemente sua subordinada a SDA.

4.5 COMO A TERRITORIALIDADE IMPACTA NA SUA GESTÃO ARQUIVÍSTICA

Bellotto (2008, p. 18), assim como Schellenberg (2006), destacam a importância da integridade para os documentos de arquivo, caracterizando-os: “Integridade arquivística é característica que deriva do princípio da proveniência, segundo a qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido” (Schellenberg, 2006, p. 41). Dessa

forma, demonstra que o documento, fora de seu lugar de origem, tem seu contexto de criação perdido ou, pelo menos, comprometido”. Cabe lembrar que o lugar é intelectualmente simbólico, e não físico.

A literatura arquivística considera o Princípio da Territorialidade uma forma fácil de promover a reintegração de fundos dispersos em consequência de eventos como: “guerras, roubos, (des)anexações territoriais”, colaborando para resolver qualquer tipo de litígios em relação à propriedade de documentos, “os contenciosos arquivísticos” (Corrêa, 2020, p. 43).

Mediante essa investigação, pode-se afirmar que a governança ambiental da SDA está enraizada no cerne dos fatores aqui analisados. As organizações sociais são presenças fundamentais na linha de governança, enquanto, por intermédio das relações de poder, materializam os sistemas sociopolíticos e as territorialidades que definem seus espaços.

4.6 CONTENCIOSO ARQUIVÍSTICO, HERANÇA DE FUNDOS

Para entender um pouco sobre a produção de documentos acumulada pela SDA, se faz necessário uma revisão conceitual sobre fundos de arquivo, onde Segundo Rousseau e Couture (1998) afirma que é “conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automática e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou jurídica ou por uma família no exercício das suas actividades ou das suas funções” (Rousseau; Couture, 1998, p. 91). O fundo segundo Rousseau e Couture (1998) ainda podem ser aberto ou fechado, ou seja, aberto quando um conjunto de arquivos ainda se mantém e continuam a juntar documentos, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e, fechado, quando um conjunto de documentos não irão mais juntar documentos, como é caso de pessoas falecidas, por exemplo, a Casa Fundação Rui Barbosa e Casa Jorge Amado.

Ao longo de suas três décadas de existência, o Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) acumulou documentos importantes referentes à regularização e mapeamentos de terras culminando em dossiês de processos de titulação de terras de todos os 417 (quatrocentos e dezessete) municípios do Estado da Bahia

Em seu fundo documental o órgão produziu uma variedade de tipologias vinculadas ao exercício de suas atividades voltadas para o cadastro de requerentes, medição de terras, mapeamento de áreas por meio de aerofotogrametria e

documentos de regulação de terras, perfazendo um total de centenas de metros lineares de documentos textuais e microfilmados.

Atualmente existem três fundos de arquivo na instituição: Fundo CDA e Fundo INTERBA e recentemente o Fundo SDA ainda não levantado. Esses estão classificados no conceito arquivístico como fundo aberto e fundo fechado respectivamente. Classifica-se como fundo aberto aquele no qual podem ser acrescentados novos documentos em função e pelo fato da entidade produtora continuar em atividade. Fundo fechado é aquele em que não se recebe acréscimos de documentos, em função da entidade produtora não se encontrar mais em atividade ou, em nosso caso, foi extinta e substituída por outra com mesma atividade-fim.

O Quadro de Levantamento dos Fundos de Arquivo e Setoriais foi elaborado e desenvolvido como um instrumento de investigação com propósito de avaliar de forma dinâmica e texto-visual as condições dos processos de títulos de terra, contendo elementos informacionais básicos para que possibilitasse analisar suas condições físicas-estruturais e os agentes envolvidos.

Este quadro foi composto de oito campos descritivos e códigos de classificação das letras “A-H”, compreendidos como itens principais para preenchimento dos dados qualitativos e quantitativo do levantamento, definido de acordo como demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 6: Campos descritivos para o levantamento dos fundos de arquivo e setoriais





Cod.	Itens	Descrição
A	Entrevistado	funcionário responsável pelo arquivo ou que trabalha nele.
B	Localização	lugar onde se encontra atualmente os documentos fisicamente.
C	Quantidade	números em caixas e metros lineares do total correspondente da massa de documental existente em cada setor.
D	Gênero documental	tipologia do documento em que estão registradas as informações (textual ou micrográfico).
E	Situação do documento	referência à fase de tramitação dos processos e se já foram despachados ou com pendências técnicas (PT), pendência jurídica (PJ), processo com títulos a serem entregues (TA) e Processo com Títulos entregues (TE)
F	Condições físicas	aparência física do local e dos documentos: a sua legibilidade, manuseabilidade e higiene.

G	Sistema de recuperação	instrumentos de pesquisas existentes que realizam a busca e a recuperação das informações por meio eletrônicas ou analógicos utilizados no setor.
H	Ruído do sistema	indica as falhas de funcionamento do sistema de busca existente no setor e suas desconexões com outros sistemas de gerenciamento eletrônico.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em decorrência da elaboração deste quadro de levantamento, surgiu a necessidade de registrar possibilitando a visualização e a localização dos processos de títulos de terra, bem como suas condições físicas, fornecendo o testemunho físico e visual com as descrições dos itens representado de cada setor num único documento. Denominada “Ficha de Levantamento”, vide Figura abaixo, além de fornecer dados quantitativos e qualitativos teve como o objetivo, impactar os setores hierárquicos do órgão para a necessidade de investir mudança da realidade de seu acervo.

Figura 7: Fichas para levantamento dos fundos documentais

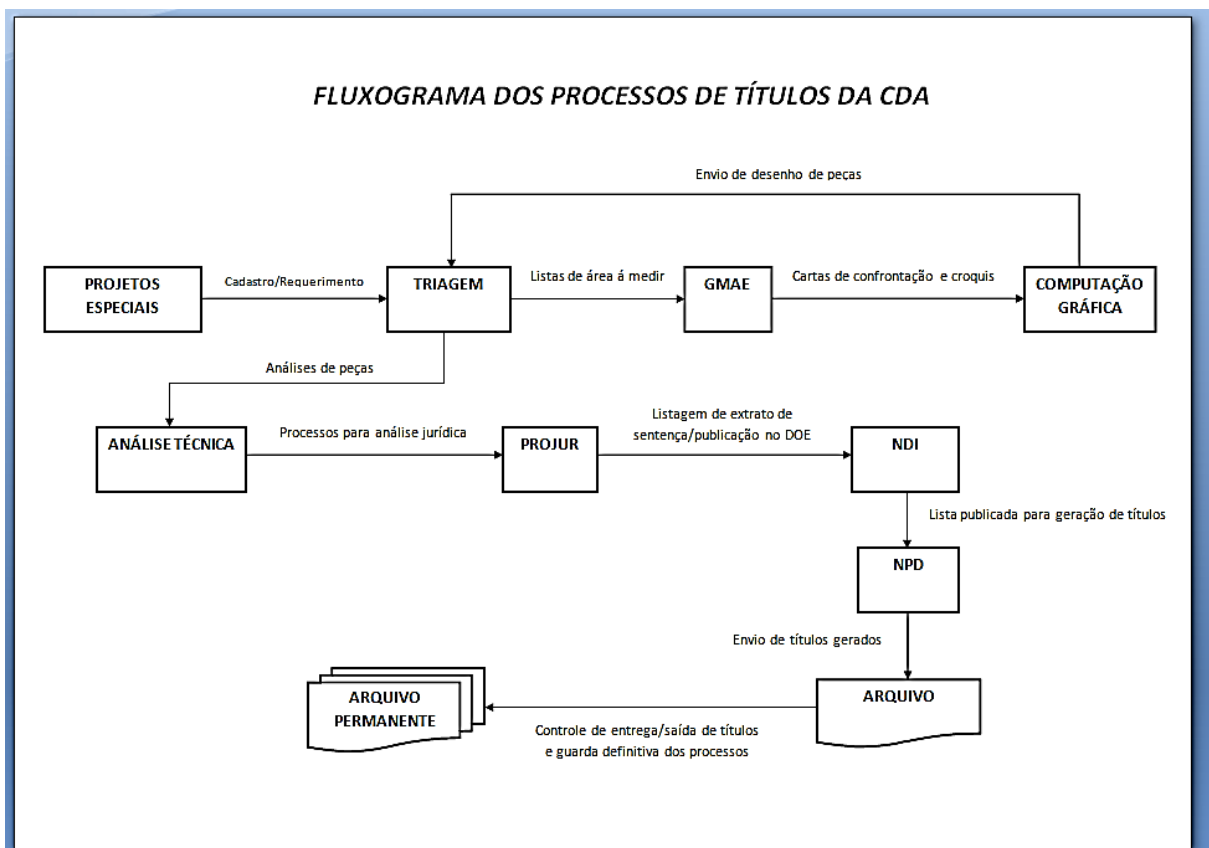
GOVERNO DA Bahia SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESQUISA AGROPECUÁRIA – SEAPIC COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - CDA		GOVERNO DA Bahia SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESQUISA AGROPECUÁRIA – SEAPIC COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - CDA	
FICHA DE LEVANTAMENTO – Nº 02			
			
Fig. 2a		Fig. 2b	
A Entrevistado (a)	Nivaldo, Lig e Emília		
B Localização	Contêiner 02 (Fundo INTERBA)		
C Quantidade (unjd)	Estimativamente 17.424 processos (112,20 mts lineares)		
D Gênero documental	Textual: Pasta de processos (formato ofício)		
E Situação do documento	Idem ao levantamento nº 01		
F Condições físicas	Idem ao levantamento nº 01		
G Sistemas de recuperação	Idem ao levantamento nº 01		
H Ruído do sistema	Idem ao levantamento nº 01		
Comentários			
- Cálculo de quantitativo de processos:			
01 caixa = média aprox. 22 processos			
01 estante = 06 prateleiras = 36 caixas			
22 estantes x 22 x 36 = 792 x 22 = aprox. 17.424 processos			
- Em metros lineares:			
01 prateleira = 85 cm			
22 estantes x 06 = 132 prateleiras x 85 cm = 11.220 cm = 112,20 mts lineares de documentos			
Levantado por: Salvador, BA 12/julho/2011			
FICHA DE LEVANTAMENTO – Nº 03			
			
Fig. 3a		Fig. 3b	
A Entrevistado (a)	Nivaldo, Lig e Emília		
B Localização	Contêiner 03 (Fundo INTERBA)		
C Quantidade (unjd)	Estimativamente 9.086 processos e 22.200 títulos (62,05 mts lineares)		
D Gênero documental	Textual: Pasta de processos (formato ofício)		
E Situação do documento	Processos e cópias de Títulos entregues para serem arquivados.		
F Condições físicas	Idem ao levantamento nº 01		
G Sistemas de recuperação	Idem ao levantamento nº 01		
H Ruído do sistema	Idem ao levantamento nº 01		
Comentários			
- Cálculo de quantitativo de processos:			
01 caixa = média aprox. 22 processos			
01 estante = 06 prateleiras = 36 caixas			
11 estantes x 17 caixas = 11 x 36 = 396 + 17 = 413 x 22 = aprox. 9.086 processos			
37 caixas contendo em média 600 títulos/Cx = 37 x 600 = 22.200 títulos			
- Em metros lineares:			
01 prateleira = 85 cm			
11 estantes x 06 prateleiras = 66 prateleiras + 07 prateleiras = 73 x 85 cm = 6205 cm = 62,05 mts lineares de documentos			
- Observação:			
Neste contêiner também se encontra caixas com outras tipologias documentais:			
01 caixa de "Folhas de processos para serem anexadas"			
02 caixas de "Relatório de processos registrados"			
01 caixa de "Rescisão de contrato de trabalho das funcionárias da INTERBA"			
Levantado por: Salvador, BA 12/julho/2011			

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Neste trabalho, também foi elaborado um fluxograma baseado nos depoimentos dos funcionários de cada setor envolvidos nos procedimentos das tipologias de documentos que circulam por cada um deles e que formam o dossiê dos Processos de Títulos de Terra, de modo que este poderá ser utilizado para verificar, se for o caso, a existência de excesso de protocolos durante o seu percurso, isto é, identificar a documentação que está sendo produzida desnecessariamente e estudar um modelo integrado de rede que permita acompanhar todo o seu andamento.

Por meio do fluxograma, poderemos identificar, com o analista de sistemas e equipes de organização e métodos, a representação de vários fatores e as variáveis que ocorrem no sistema ou circuitos de informações. O fluxograma auxilia na descoberta de pontos fracos do sistema, demonstrando as falhas ou ruídos de natureza diversificada durante o processo de operação. Através dele, podemos entender todo o percurso dos documentos que geram o Título de Terra entre as unidades envolvidas com esse procedimento.

Figura 8: Fluxograma indicando o percurso dos processos nos setores



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Através do fluxograma, é possível o acompanhamento de toda a trajetória percorrida pelos processos de títulos de terra, através dos vários setores da coordenação, bem como o tratamento que vem sendo dado a eles. Este roteiro de procedimento tornou-se de fundamental importância para identificar e permitir a compreensão do ciclo de existência dos processos desenvolvidos em cada setor da coordenação.

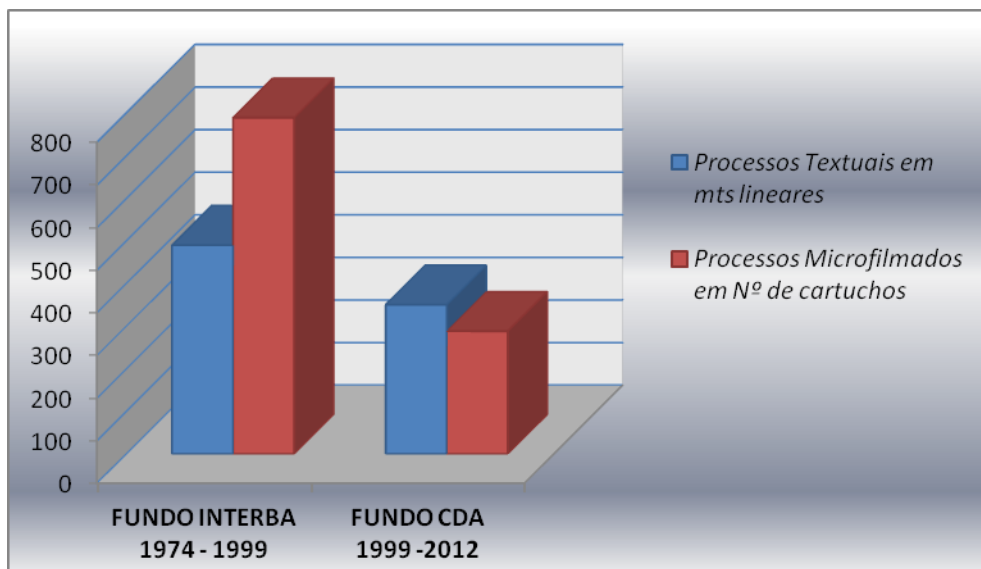
Este fluxograma serviu de elemento norteador permitindo a orientação dos locais e a quantidade de processos existentes no órgão a serem mensuradas. Com este mapeamento setorial baseado no seu fluxo documental, foi possível percorrer todos os setores envolvidos em seus procedimentos identificando a situação dos processos e de quais fundos de arquivo eles pertencem. Chegando a um resultado numérico em cada período, como demonstrado no quadro abaixo que gerou o gráfico que nos ajuda a visibilizar melhor a situação.

Quadro 7: Resultado da quantidade de processos mensurados em cada setor de arquivo e seus respectivos fundos documentais em determinado período

GÊNERO DE DOCUMENTO	FUNDO DOCUMENTAL	
	INTERBA 1974-1999	CDA 1999-2012
Processos Textuais em metros lineares	490	350
Processos Microfilmados em nº de cartuchos	789	288

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Figura 9: Representação de quantitativo e gênero documental de cada fundo de arquivo dos processos de títulos de terra em determinado período



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

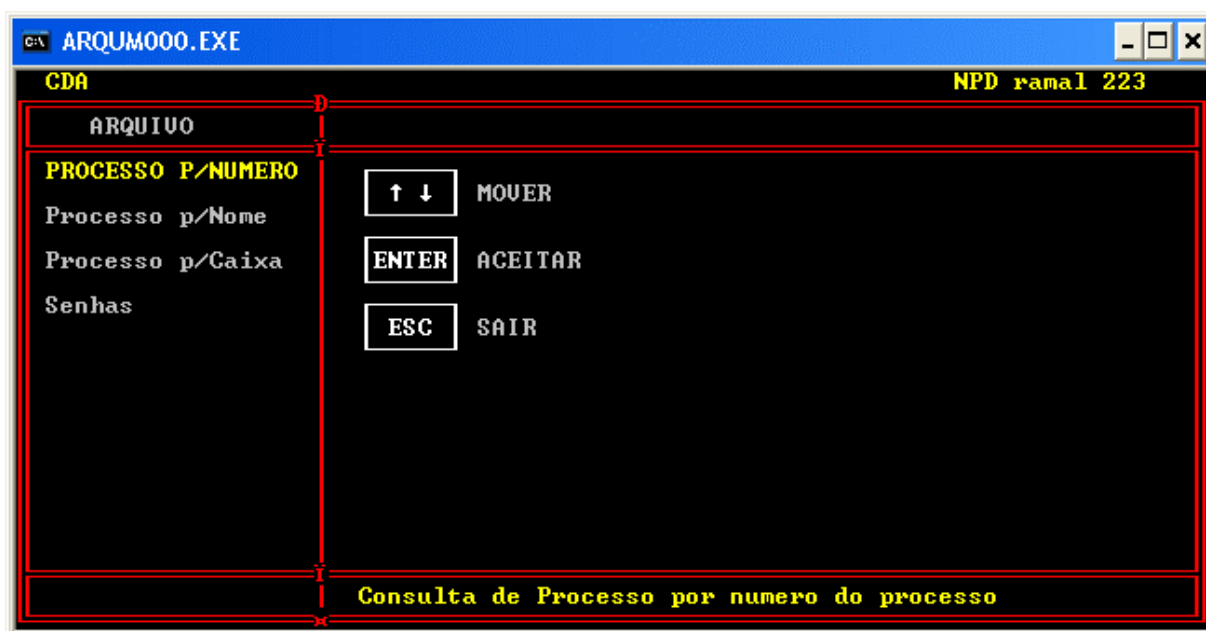
4.7 OS SISTEMAS DE GED INTEGRAM AS ATIVIDADES DE ARQUIVO DA CDA

O sistema de gerenciamento de documentos é uma ferramenta tecnológica desenvolvida para realizar atividades de forma rápida e eficiente relacionadas à geração, controle, armazenamento, compartilhamento e recuperação de informações existentes em documentos. Também pode ser aplicado na preservação de patrimônios históricos em seus mais diversos formatos. Podem ser acessados sem prejuízo da manipulação do seu original e de forma simultânea, desde que seguindo todas as suas etapas de organização eletrônica da documentação.

Os sistemas informatizados utilizados pelos setores da CDA para gerenciamento dos seus documentos, se constituiu em outra preocupação desse levantamento. Historicamente, a utilização desses sistemas está tão distorcida uma das outras, tanto quanto os próprios processos distribuídos nos diversos espaços setoriais da Coordenação e para os quais esses sistemas operam. Referimo-nos à condução, na utilização dos sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos existente da CDA, verificando a sua eficiência na recuperação das informações, ruídos e desconexões em suas diversas etapas de procedimentos que não foram realizados ou realizados alheamente às normas e orientações arquivísticas.

Durante o processo de identificação dos sistemas interligados e relacionados ao controle, recuperação e informações dos processos de títulos de terra, localizaram-se alguns já utilizados para gerenciar os fundos de arquivo do antigo INTERBA. No entanto, os mesmos possuem algumas limitações de uso na emissão de relatórios e igualmente se encontram fragmentados do ponto de vista operacional, em função da disparidade tecnologias ente eles, isto é, não se complementam entre si como deveria ser em uma cadeia de fluxo documental por utilizarem tecnologias incompatíveis como demonstrados a figura abaixo para cadastramento e busca de processo do Fundo INTERBA:

Figura 10: Sistema de Cadastramento Fundiário (SCF) também utilizado recuperação de processos



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nesta imagem recuperada por tela de computador identificamos mediante entrevista com seu idealizador que é um sistema elaborado pela linguagem de programação CLIPPER desenvolvido em ambiente DOS e com banco de dados D-BASE, já superado em muitos aspectos tecnológicos por outras linguagens de programação e ambientes mais avançados.

Outro exemplo de distorção entre os sistemas de recuperação de processos é o implantado para recuperação dos processos do Fundo CDA. Esse sistema foi desenvolvido com base numa planilha Excel anteriormente utilizada com o propósito

de localizar fisicamente os documentos e que deu origem ao sistema atual disponibilizado em rede como se vê na Figura abaixo.

Figura 11: Sistema intranet via web para pesquisa e recuperação de documentos

ID	Numeração	Nome Principal	Nome Secundário	Verso	Subgerência	Processo	Ações
1	1	Aprígio Alves Arruda Filho		Não	00	62221	🔍 ✎ ✕
2	2	Adelmo Alves Araújo		Sim	00	569917	🔍 ✎ ✕
3	3	Antonino Arcuri		Sim	00	24212	🔍 ✎ ✕
4	4	Ademir Alves de Almeida		Sim	00	64918	🔍 ✎ ✕
5	5	Alvino Alves de Almeida		Sim	00	6156	🔍 ✎ ✕
6	6	Aureliano de Andrade Sá		Sim	00	4541	🔍 ✎ ✕
7	7	Alzira Argollo		Sim	00	5398	🔍 ✎ ✕
8	8	Apolinário Alves		Sim	00	0	🔍 ✎ ✕
9	9	Almerindo Alves da Silva		Não	00	15873	🔍 ✎ ✕
10	10	Arsenio Ambrosio de Almeida		Não	00	7846	🔍 ✎ ✕

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A disparidade entre esses dois sistemas prova haver distorção na composição da sua rede computacional e de inconformidades tecnológicas que não atendam como poderiam as necessidades da Coordenação. Deste modo se faz necessário o desenvolvimento de uma reestruturação de um sistema único capaz de atender a todos os setores do órgão, de maneira que seja possível a interligação entre eles solucionando as incompatibilidades existentes. Essas incompatibilidades, provocam genéricas disparidades, acarretando maiores custo de manutenção.

Nesta etapa da reestruturação a equipe de informática e redes de sistema deverá estudar um modelo universalista que otimize os sistemas já existentes em funcionamento com o intuito de migrar para um sistema único de GED. Para isso, recomenda-se o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão

Arquivística de Documentos o e-ARQ Brasil. No qual estabelece requisitos mínimos para um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), independentemente da plataforma tecnológica em que for desenvolvido e/ou implantado, e Manual de Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes³.

4.8 IDENTIFICANDO OS FUNDOS DE ARQUIVO

a. Fundo documental INTERBA

A maioria do acervo físico do INTERBA encontra-se localizada nos contêineres do pátio poliesportivo da Coordenação. São cinco no total e mais um em fase de recuperação para recebimento de lotes residuais de arquivos setoriais, devendo estes, ser analisados e listados para descarte ou seguir junto aos outros processos já organizados. Além dos processos e títulos dispostos fisicamente nos contêineres, este fundo fechado dispõe de um acervo micrográfico de setecentos e oitenta e nove cartuchos de microfilmes.

b. Fundo documental CDA

Refere-se aos processos em andamento, ou em fase corrente e intermediária, cuja situação se encontra em procedimento de análise técnica. Também são aqueles processos, cujos títulos aguardam para serem entregues ou encaminhados à sua fase permanente.

Existem ainda muitos outros processos presentes nos arquivos fragmentados nas diversas dependências do CDA, onde os mesmos se encontram sob tratamento técnico especializado.

4.9 QUEM OU O QUÊ DETERMINA O ESPAÇO ARQUIVÍSTICO NA INSTITUIÇÃO

Ancorado-se nos conceitos de Corrêa e Marques (2002) a territorialidade no âmbito do espaço físico arquivístico refere-se à forma como as instituições arquivísticas ocupam e influenciam o espaço geográfico em que estão localizadas e o transformam em lugar de pertencimento. Isso envolve considerar diversos fatores, desde a escolha da localização física até a interação com a comunidade local.

³ Todos disponíveis em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>.

A identidade arquivística refere-se à forma como os arquivos são entendidos e definidos em uma organização ou sociedade, tanto do ponto de vista da sua função prática quanto simbólica, ou seja, é marca que sinaliza sua identidade (Corrêa; Marques, 2002).

Arquivos não são apenas conjuntos de documentos; eles carregam em si valores históricos, culturais e administrativos. A identidade arquivística mantém a evidência legal e operativa das atividades e decisões de uma organização ou indivíduo. São também um patrimônio cultural, preservando a memória e a história de uma comunidade ou entidade, ou seja, a identidade de um arquivo está ligada à sua integridade, garantindo que os documentos sejam autênticos e confiáveis (Miranda, 2008).

Os instrumentos simbólicos, no contexto arquivístico, referem-se aos elementos que vão além da funcionalidade prática dos arquivos, conferindo-lhes um caráter representativo e simbólico na sociedade devido seu caráter administrativo seja no âmbito público ou privado. Eles podem incluir selos, assinaturas, carimbos e outros marcadores visuais que atestam a autenticidade dos documentos arquivados. Além de Normas e Regulamentos que representam os instrumentos formais que conferem legitimidade e autoridade ao processo arquivístico. Representações visuais, como logotipos e insígnias de instituições arquivísticas, que possuem um valor simbólico forte na comunidade arquivística (Derrida, 1997).

Esses instrumentos simbólicos reforçam a ideia de que os arquivos são mais do que coleções de documentos; são também agentes de preservação de memória e símbolos de poder, autenticidade e identidade cultural (Brasil, 2010). Um espaço bem mantido e acessível pode reforçar uma imagem positiva.

Em 1999, tem início na CDA uma política de gestão nas ações agrárias do Estado da Bahia a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão vinculado a Secretaria da Agricultura, que fortaleceu a agricultura familiar, regularizou a posse de terras, democratizando o seu acesso ao pequeno produtor além de supervisionar as ações das comunidades rurais auxiliando em seus conflitos. Durante suas atividades, o órgão produz uma grande quantidade de dossiês que culmina na geração de processos de títulos que legalizam e legitimam a posse de terra pelo agricultor.

Em seu acervo documental de processo de títulos de terra, a CDA produziu entre 1999-2012 mais de trezentos metros lineares de documentos e duas centenas de cartuchos de microfilmes. Considerando-se a relevância ente desse patrimonial

intelectual, cultural e comprobatório, esta pesquisa vem fundamentar com conceitos e teorias para iniciar uma nova arquitetura gerencial dos arquivos da CDA.

O propósito é seguir como previsto e no exposto na Lei Federal n. 8.159/91, que orienta sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, como citado no art. 3º:

Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (Brasil, 1991).

Cabe ressaltar que, quando se trata de gerenciamento de documentos, não devemos considerar apenas a gestão dos aspectos físicos e documentais, mas considerar com igual atenção os sistemas eletrônicos de informação que a eles estão interligados. Essas são poderosas ferramentas tecnológicas de recuperação das informações contidas nos documentos físicos e que, em muitos casos, ajudam a preservar a integridade física dos documentos, respondendo de maneira rápida e eficiente ao atendimento das demandas dos expedientes.

Portanto, este estudo, através do levantamento e diagnóstico situacional dos fundos documentais do órgão, visa a implantação de uma política de preservação documental, na qual vem estabelecer melhorias ao gerenciamento da produtividade e do ciclo vital dos processos de títulos de terra.

A compreensão da territorialidade permite que as instituições arquivísticas identifiquem desafios e oportunidades locais específicos. Isso pode incluir questões como segurança, tráfego, acesso a recursos culturais, entre outros.

Além do espaço físico, a territorialidade no ambiente digital também é relevante. Instituições arquivísticas muitas vezes mantêm uma presença online que amplia sua influência para além das fronteiras físicas, conectando-se a um público global.

A territorialidade pode promover a colaboração entre instituições culturais locais, como bibliotecas, museus e centros de pesquisa, criando sinergias que beneficiam tanto a comunidade quanto as próprias instituições.

Ao considerar a territorialidade no contexto arquivístico, as instituições podem otimizar sua presença física para atender às necessidades da comunidade, promover o acesso à informação e contribuir para o desenvolvimento cultural e social local.

Little (2004, p. 254) com o propósito de “entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território”, valeu-se do conceito de

“cosmografia” destinado “aos saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”. De acordo com Little (2004, p. 254) “a cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele”.

Sob a ótica dessa pesquisa, que visa analisar e entender a territorialidade no espaço institucional, exige-se que se faça uma reflexão sobre: quem são os usuários desse espaço? Quem os domina e por quê?

Conforme exposto no decorrer desta pesquisa os conceitos de territorialidade e arquivologia pertencem a campos distintos do conhecimento, mas ambos têm importância na organização, controle e gestão de espaços, seja físico ou informacional.

Sendo a Arquivologia o campo do conhecimento que estuda os princípios e práticas relacionadas à gestão de arquivos e documentos. Ela envolve a criação, organização, preservação e acesso a informações registradas em diversos formatos, como papel, digital, audiovisual, etc. Os conceitos centrais da arquivologia incluem:

- **Proveniência:** Princípio que determina que os documentos de um mesmo produtor (pessoa ou instituição) devem ser mantidos juntos, refletindo sua origem e contexto de criação (Arquivo Nacional, 2005).
- **Organicidade:** Refere-se ao fato de que os documentos de arquivo são parte de um conjunto organizado que se desenvolve de maneira natural no decorrer das atividades do produtor (Santos, 2015).
- **Acessibilidade:** Envolve garantir que as informações sejam acessíveis e utilizáveis ao longo do tempo, respeitando os direitos de acesso e confidencialidade (Miranda, 2008).
- **Conservação:** Foca na preservação física e digital dos documentos para assegurar sua integridade e longevidade (Unesco, 2002).

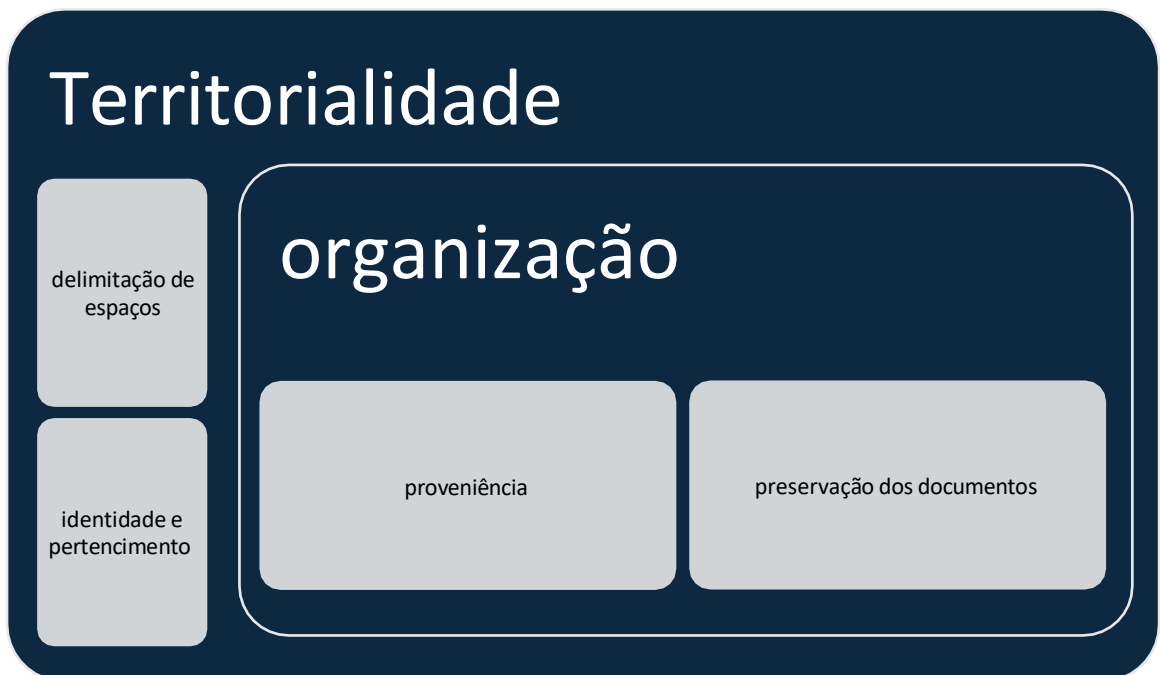
Traçando uma comparação entre os conceitos de territorialidade e arquivologia, observa-se que, ainda que a territorialidade e arquivologia aparentam ser conceitualmente distantes, ambos compartilham preocupações com organização, controle e gestão. Em um sentido metafórico, podemos pensar em “territorialidade” na

arquivologia como a gestão do espaço informacional. Assim, enquanto na territorialidade tem-se que delimitar espaços, no conceito de arquivologia temos a organização (Corrêa, Marques, 2002). Portanto, assim como a territorialidade delimita e organiza espaços físicos, a arquivologia organiza informações em sistemas de classificação, pastas e arquivos, criando “territórios” de dados.

O território tem arraigado identidade e pertencimento, em contrapartida, a arquivologia tem a proveniência na qual a identidade do produtor de documentos deve ser respeitada e preservada. O território tem o controle e gestão do território, a arquivologia detém a acessibilidade e conservação de documentos (Corrêa, Marques, 2002).

Cabe ressaltar que em ambos os casos há a preocupação com a administração eficaz dos recursos, seja um território físico ou um acervo documental, para garantir a sua integridade, uso e preservação ao longo do tempo.

Quadro 8: Comparativo entre os conceitos de Territorialidade humana e princípios da Arquivologia



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Embora oriundos de campos distintos, os conceitos de territorialidade e arquivologia possuem paralelos em termos de organização, controle e gestão. Territorialidade com espaços geográficos e sua administração, enquanto a

arquivologia se preocupa com o controle, preservação e gestão de informações registradas, garantindo sua preservação e acessibilidade. Ambos exigem uma abordagem estratégica para garantir que os “territórios” – sejam eles físicos ou informacionais – sejam bem administrados e protegidos.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentamos em detalhes a estratégia metodológica que orientou a investigação do fenômeno das territorialidades no contexto do acervo documental da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) da Bahia. A pesquisa combinou métodos qualitativos e quantitativos para examinar as relações entre a estrutura administrativa e a utilização do espaço físico do setor de arquivo. Os dados foram coletados por meio de um questionário semiestruturado, e a análise se concentrou nas tensões e na flexibilidade dessas relações, bem como em seus impactos na gestão arquivística e consequência para o setor de arquivo da SDA.

5.1 TIPO DE PESQUISA E ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa adota a metodologia de estudo de caso, uma ferramenta frequentemente utilizada em investigações qualitativas na área da Arquivologia e em campos afins. Segundo Furlanetto (2003), essa abordagem possibilita uma compreensão aprofundada da realidade específica de uma instituição, revelando dinâmicas e particularidades que seriam difíceis de identificar com métodos mais abrangentes. A escolha pelo estudo de caso se justifica pela necessidade de examinar detalhadamente o fenômeno das territorialidades no setor de arquivo da SDA. Essa metodologia permite analisar a complexidade das interações institucionais e sociais envolvidas na gestão documental, considerando a experiência individual dos participantes no espaço investigado.

5.2 TÉCNICA DE ANÁLISE: DE CONTEÚDO E DO DISCURSO

Para a coleta de dados, utilizamos um questionário semiestruturado (APÊNDICE A), com o objetivo de registrar as conexões entre a forma administrativa e a maneira como as pessoas e equipes utilizam e interagem com o espaço físico do arquivo.

A análise dos dados foi realizada em duas fases:

- **Análise de conteúdo:** Essa técnica foi utilizada para organizar e categorizar as informações coletadas, identificando padrões, repetições

e divergências nos relatos. De acordo com Beck e Esteves (2012), a análise de conteúdo reforça a confiabilidade da pesquisa, ao promover um tratamento sistemático dos dados, assegurando que os resultados representem mais do que simples descrições. Outrossim, pode-se afirmar baseado em Bardin (2011, p. 47), que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que busca, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, descrever o conteúdo das mensagens, onde o objetivo é obter indicadores, sejam eles quantitativos ou não, que possibilitem a inferência de conhecimentos sobre as condições em que essas mensagens foram produzidas e recebidas.

- **Análise do discurso:** Para desvendar as camadas de significado nos relatos e documentos, recorreu-se à análise do discurso. Essa perspectiva, conforme Orlandi (2009), possibilita a compreensão dos sentidos construídos por meio da linguagem, considerando o cenário histórico e social. A ferramenta viabiliza identificar não só os conteúdos diretos, mas também as nuances subentendidas e as imagens sociais existentes nas falas institucionais (Foucault, 2008). Nesse sentido, a análise do discurso extrapolou a dimensão linguística, integrando o ambiente cultural e institucional onde as manifestações foram elaboradas, expondo princípios, tensões e anseios que direcionam o gerenciamento documental (Patti, 2012).

6 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta secção a pesquisa examina a importância do desenho organizacional como um reflexo das relações territoriais no âmbito do Arquivo Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Estado da Bahia. Buscamos entender de que forma os modelos formais de organização, materializados no organograma, conseguem identificar as dinâmicas de poder, a definição das atribuições e o domínio de áreas departamentalizadas, indicando o processo de territorialização e desterritorialização do espaço arquivístico desta instituição. Nossa investigação também focou através de um questionário semiestruturado (APÊNDICE A) as ligações entre a forma administrativa e o modo como pessoas e equipes utilizam e interagem com o espaço físico setorial do arquivo, procurando entender as tensões e a maleabilidade dessas relações e suas consequências no âmbito da gestão arquivística

6.1 O ORGANOGRAMA COMO INSTRUMENTO INDICADOR DE TERRITORIALIDADES

De modo geral, a territorialidade, enquanto fenômeno de ocupação e desocupação humana, considerando um espaço específico e definido em uma escala institucional, não conta com um instrumento ou uma métrica estabelecida e prática capaz de realizar o monitoramento das suas apresentações em um determinado intervalo de tempo, ou seja, não possui um modelo de medidas quantificável, capaz de descodificar em valores mensuráveis seus movimentos. Nesse sentido, vislumbramos o estudo do espaço arquivístico da SDA como um ecossistema setorial e departamentalizado e, portanto, sujeito a locação e deslocamento; aumento e diminuição de suas atividades finalísticas dentro da sua estrutura organizacional, seja por meios deliberativos e/ou critérios próprios da alta administração (Coordenação Executiva – CE) da SDA. Com este entendimento, recorreremos a Chiavenato (2001, p. 251), que define o organograma como um gráfico que representa a estrutura formal de uma organização. Em outras palavras, o organograma é uma ferramenta visual que mostra como está, incluído seus departamentos, cargos e a relação hierárquica entre eles, portanto, contém elementos de territorialidade.

Do ponto de vista dos conceitos de relações de poder em relação aos espaços ocupados, o organograma, pode ter outros propósitos ao começar visualizar a territorialidade numa escala institucionalizada, mesmo que possuindo certas limitações, é capaz de ilustrar os limites do seu ecossistema e funções. Do mesmo modo, deve-se levar em consideração que a territorialidade está sujeita frequentemente a conexões informais de influência e parcerias que não são exatamente mostradas graficamente na sua estrutura oficial, como, por exemplo, novas figuras de liderança ou momentos de crise, de maneira que pode ser frequentemente modulada mesmo que o organograma não seja reestruturado de modo imediato.

Em suma, embora o organograma não seja uma medida "exata" da territorialidade na sua escala corporativa como uma equação, ele é, sem dúvida, um retrato visual essencial que facilita a dedução e a compreensão de como as áreas de poder, dever e ação são oficialmente demarcadas e dispersas dentro de um ecossistema setorizado, agindo como um primeiro passo vital para examinar a territorialidade institucional.

Baseando-se nesse entendimento coletamos junto a SDA, apesar das dificuldades, conseguimos dois organogramas (APÊNDICES B e C) mais precisamente dos anos de 2011 e 2025 respectivamente para investigar e analisar a frequência com que o deslocamento do seu espaço arquivístico ocorreu num determinado período de tempo.

Avaliando os dois organogramas onde o espaço arquivístico é representado pelo Núcleo de Arquivo, setor subordinado a Coordenação de Ação Fundiária (CAF) da SDA, percebe o seu desaparecimento no quadro funcional do organograma atual de 2025 (APÊNDICE C) e comparação ao de 2011 (APÊNDICE B), sinalizando a ocorrência de um processo de desterritorialização deste setor em um período de 14 (quatorze) anos. A ausência desse setor no organograma mais recente indica claramente uma mudança estrutural que impacta diretamente o lugar que ocupava na organização.

Esta análise alinhada com as ideias de Haesbaert (2009, p. 33) sobre o tema da desterritorialização está vinculada a um processo de exclusão socioespacial. Para Haesbaert (2009), a territorialidade não se limita ao espaço físico, abrangendo também espaços simbólicos, sociais e de poder. Ele defende que a desterritorialização é um processo complexo que envolve a perda de referências

espaciais, identitárias e de controle sobre um território específico, onde considera como “um processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais (como os “territórios-zona” e os “territórios-rede”), em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial” (Haesbaert, 2009, p. 32).

No contexto da SDA, a desterritorialização do Núcleo de Arquivo pode ser interpretada da seguinte forma:

- **Perda de Espaço Formal e Simbólico:**

A exclusão do Núcleo de Arquivo do organograma de 2025 não apenas indica a sua ausência física, mas também a perda de status formal e visibilidade dentro da organização. Isso representa uma desterritorialização em termos de reconhecimento, autonomia e, possivelmente, de importância estratégica informacional para tomada de decisões na SDA.

- **Reorganização do Poder e das Funções:**

O desaparecimento do Núcleo de Arquivo, anteriormente subordinado à CAF, levanta questões sobre o destino de suas funções e responsabilidades. Pode ter ocorrido uma centralização das funções arquivísticas em outro setor (talvez um departamento administrativo maior), uma terceirização ou uma diluição dessas funções entre outras áreas, fragmentando o território antes consolidado.

- **Implicações na Gestão da Informação e Memória Institucional:**

A desterritorialização de um núcleo arquivístico tem implicações profundas. O arquivo é o guardião da memória institucional e da base de informações para decisões futuras. Seu desaparecimento do organograma pode indicar uma menor prioridade dada à gestão documental e à preservação da história da organização, potencialmente impactando a transparência, a rastreabilidade e a eficácia das operações.

6.1.1 Análise Comparativa dos Organogramas

A comparação dos Apêndices B (2011) e C (2025) é a evidência que apoia a tese de que houve um significativo deslocamento e reestruturação do Núcleo de Arquivo da CAF ao longo deste período, com a mudança sazonal de novos gestores da alta administração da SDA indicam que estão mais focados nas demandas

finalísticas direcionadas a coordenação, orientação, acompanhamento de projetos, programas voltados para o desenvolvimento agrário do Estado da Bahia e não necessariamente com a preservação e gerenciamento da produção documental dessas atividades.

- **Organograma de 2011 (APÊNDICE B):** A presença explícita do Núcleo de Arquivo como um setor subordinado à CAF demonstra que, naquele período, a gestão arquivística possuía um lugar institucional reconhecido e formalmente delimitado dentro da estrutura. Havia uma clara atribuição de responsabilidades e uma posição hierárquica definida para as funções de arquivo.
- **Organograma de 2025 (APÊNDICE C):** nota-se que o Núcleo de Arquivo não figura mais, o que indicando uma possível perda de espaço. Várias questões podem ter levado a isso: talvez a administração tenha alterado suas prioridades, houve necessidade de reduzir despesas, algumas tarefas foram unificadas ou a forma de encarar a gestão de documentos mudou. Seja qual for o motivo, o resultado é que o setor perdeu visibilidade formal e, por extensão, um lugar definido dentro da estrutura da instituição para cuidar das atividades das atividades fins do arquivo.

Ao supormos essa desterritorialização, se fez pertinente explorar mais a fundo certos pontos cruciais:

- Em que áreas as atividades de arquivo foram integradas? Estão sendo realizadas atualmente? Caso afirmativo, por qual departamento ou pessoa? Isso nos mostraria para onde esse "território" foi transferido.
- Como essa alteração afeta a eficácia e a proteção dos dados? A extinção de uma unidade especializada pode resultar em perda de saber, problemas para encontrar arquivos e ameaças à segurança da informação.
- Ocorreu uma transformação na cultura da empresa no que diz respeito à administração de documentos? A desterritorialização pode indicar uma mudança na importância dada ao setor de arquivos.

Essa análise demonstra claramente como o organograma, embora seja um recurso formal, pode ser empregado para compreender dinâmicas mais complexas de poder, territorialidade e mudança institucional, confirmando a importância da ideia de desterritorialização de Haesbaert (2009) além do espaço físico. Após a análise dessas questões, concluímos que a coleta de dados qualitativos é fundamental para obter informações mais abrangentes e sustentáveis. Para isso, propomos a utilização de um questionário semiestruturado (APÊNDICE A), que mescla perguntas pré-estabelecidas, permitindo uma investigação mais aprofundada do tema por meio de entrevistas.

6.2 TERRITORIALIDADE E DESTERRITORIALIDADE NO ESPAÇO ARQUIVÍSTICO

A presente análise se propõe a desdobrar os insights obtidos a partir do questionário semiestruturado aplicado aos servidores da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Estado da Bahia. Este estudo de caso foca na territorialidade no espaço arquivístico, um fenômeno complexo que abrange a ocupação-desocupação, a identidade e as relações de poder dentro do ambiente onde se gerenciam os fundos documentais numa escala geográfica institucional setorizada. A territorialidade, conforme a definição de Santos (1997), transcende a mera ocupação física, envolvendo demarcação, identidade, locação e deslocação de atores e objetos, bem como as atividades e relações de poder intrínsecas a um território institucional. No contexto arquivístico da SDA, essa definição se torna ainda mais relevante, pois o espaço não é apenas um local de armazenamento, mas um ambiente dinâmico que reflete a importância dos documentos para a história fundiária da Bahia e para os direitos de seus cidadãos

A escolha de um questionário semiestruturado (APÊNDICE A) divididos em três módulos que caracteriza a territorialidade humana no território institucional, Módulo I – que investiga o deslocamento do espaço arquivístico; Módulo II – que investiga a identidade e as marcas que simbolizam as atividades da gestão de arquivo e Módulo III – que investiga as relações de poder que possuem o controle do espaço arquivístico. Esse modelo, permitiu a coleta de dados objetivos (perguntas fechadas) e, mais importante, a exploração aprofundada de percepções e experiências (perguntas abertas e comentários). As respostas fornecidas demonstram uma visão crítica e informada no discurso do respondente, especialmente nas seções de

comentários e nas perguntas finais, onde a verbalização dos desafios e a proposição de soluções ganham destaque nos três módulos que se seguem:

6.2.1 Perfil do Entrevistado e Contexto Institucional

Os respondentes num total de 03 (três), estão classificados como 02 (dois) servidores Técnicos Administrativos de Nível Médio, desempenhando um papel fundamental no dia a dia da SDA e por estarem passado um período muito superior a 10 (dez) anos de serviços e exercido atividades nas suas mais diversas seções acompanhando várias mudanças no órgão e Núcleo de Arquivo (NA) da Coordenação Fundiária (CAF). A outra respondente passou menos tempo de experiências, com (1 a 3 anos de serviço) como Técnico de nível médio e cargo comissionado. Em ambos os casos conferem uma perspectiva de quem ainda está observando as dinâmicas institucionais, e vivenciam os impactos diretos das políticas gerenciais e condições de trabalho disponibilizados pela alta administração (Coordenação Executiva – CE) da SDA. Essa posição da alta administração, identificamos como particularmente sensível às deficiências operacionais e à percepção da identidade do setor, uma vez que estes profissionais estão diretamente envolvidos na rotina de manipulação e acesso aos documentos do arquivo.

6.2.2 Módulo I: Ocupação-Desocupação – Um Espaço Sob Pressão

O primeiro módulo, que investiga a **ocupação e desocupação** do espaço arquivístico, revela um cenário de desorganização e precariedade. A descrição da organização física como "Pouco organizado" já sinaliza problemas estruturais e de gestão. Essa percepção é reforçada pelos principais desafios apontados: **"Falta de espaço físico"**, **"Má distribuição de recursos"** e **"Dificuldades de acesso aos documentos"**. Esses três elementos estão intrinsecamente ligados e formam um ciclo vicioso: a falta de espaço agrava a má distribuição, que por sua vez dificulta o acesso ao acervo. A resposta "Sim" à pergunta sobre processos de desocupação ou realocação é crucial. O impacto descrito – "Com a diminuição do quadro, que já era diminuto, dificultou os trabalhos em todos os sentidos" – aponta para uma falha crítica na gestão de recursos humanos e suas consequências diretas no ambiente arquivístico. A redução de pessoal qualificado (Arquivistas e técnicos de Arquivo) não

só sobrecarrega os remanescentes, mas também compromete a execução das tarefas essenciais de organização, preservação e acesso, impactando a territorialidade (demarcação) do espaço arquivístico ao dificultar a apropriação e o manejo adequado por parte dos profissionais. Essa desapropriação de mão de obra qualificada leva à desocupação funcional do seu espaço arquivístico, mesmo que fisicamente os documentos permaneçam, eles perdem sua acessibilidade e funcionalidade. Curiosamente, a resposta "Melhora a eficiência" sobre como a ocupação do espaço influencia as atividades arquivísticas, quando confrontada com as respostas anteriores, pode parecer contraditória. No entanto, é possível interpretar que a ocupação ideal (ou seja, quando o espaço é bem gerido e adequado) é que melhoraria a eficiência. O entrevistado, ao marcar essa opção, talvez esteja expressando o potencial inexplorado de um espaço arquivístico devidamente ocupado e organizado. Em outras palavras, um espaço arquivístico bem utilizado e planejado seria um vetor de eficiência, mas a realidade atual está muito distante desse ideal. A ausência de comentários adicionais nesta pergunta reforça a ideia de que a premissa de um espaço bem ocupado é que resultaria em eficiência, e não a situação atual de precariedade.

6.2.3 Módulo II: Identidade – Um Espaço Sem Reconhecimento

O módulo sobre identidade revela uma percepção de um espaço arquivístico funcional, mas que carece de uma marca distintiva ou de um reconhecimento adequado de seu valor intrínseco. A descrição "Funcional, mas sem identidade marcante" sugere que, embora o local cumpra sua função básica de guardar documentos, ele não é percebido como um centro vital da memória institucional ou um local de referência.

A resposta mais alarmante neste módulo é a de que os documentos e a organização do espaço "Não contribuem significativamente" para a memória institucional. Esta afirmação choca com a própria natureza de um arquivo, cuja principal função é preservar a história e facilitar o acesso à informação. A deterioração do acervo, mencionada nos pontos fracos da análise final, é a manifestação física dessa falta de contribuição. Se os documentos não são tratados com o devido cuidado, sua capacidade de servir como testemunhos históricos diminui drasticamente, impactando diretamente a memória da instituição e do estado.

A ausência de marcas ou símbolos que reforcem a identidade do espaço ("Não") também corrobora essa percepção de um ambiente despersonalizado. Placas de identificação, equipamentos adequados para preservação e busca e recuperação dos documentos e uma organização visual que valorize o arquivo são elementos que contribuem para a percepção de sua importância. A falta desses elementos visíveis pode indicar uma negligência institucional em relação ao reconhecimento e valorização do setor arquivístico.

A percepção de uma "Conexão moderada" entre o espaço arquivístico e a missão da SDA, por parte de funcionários e usuários, é um reflexo direto das deficiências identificadas. Se o espaço está desorganizado, o acesso é difícil e os documentos se deterioram, é natural que sua conexão com a missão de emissão de títulos fundiários e guarda do arquivo histórico seja enfraquecida. A missão da SDA, que é garantir a segurança jurídica da propriedade rural e preservar a memória fundiária, é diretamente comprometida pela precariedade do seu arquivo.

6.2.4 Módulo III: Relações de Poder – Um Espaço de Centralização e Restrição

As respostas do módulo sobre relações de poder ilustram uma dinâmica de tomada de decisão centralizada e com potenciais impactos negativos no acesso à informação e na gestão do espaço. A indicação de que as decisões sobre o espaço arquivístico são "Centralizadas por uma liderança (atual Superintendente)" sugere que o setor de arquivo pode ter pouca autonomia ou influência nas decisões que afetam seu próprio funcionamento. A falta de envolvimento de outros setores ou dos próprios profissionais de arquivo nessas decisões pode levar a soluções que não atendem plenamente às necessidades específicas do ambiente arquivístico.

A resposta "Não sei" sobre a existência de conflitos ou disputas pelo uso ou controle do espaço arquivístico pode ter duas interpretações. Primeiramente, o entrevistado, com seu tempo de serviço, pode genuinamente não ter presenciado ou tomado conhecimento de tais conflitos. Em segundo lugar, a centralização do poder pode inibir a manifestação aberta de disputas, ou as resoluções ocorrem em esferas decisórias superiores, sem o conhecimento dos profissionais da base.

A percepção de que as relações de poder "Restringem o acesso" aos documentos e à gestão do espaço arquivístico é um ponto crítico. Essa restrição pode ser resultado de vários fatores: a centralização das decisões, a falta de recursos que

limitam a organização e o acesso, ou até mesmo a ausência de políticas claras que democratizem o uso do acervo. Se o acesso é restrito, a funcionalidade do arquivo é comprometida, e sua utilidade para a pesquisa, para a gestão interna e para os cidadãos é severamente limitada.

Em relação às normas e políticas institucionais, a resposta "Há flexibilidade na aplicação das regras" pode ser vista sob duas óticas. Em um cenário ideal, a flexibilidade permitiria adaptações às necessidades específicas do arquivo. No entanto, no contexto das demais respostas que apontam para desorganização e falta de recursos, essa "flexibilidade" pode significar a ausência de regras claras ou de sua aplicação rigorosa, o que contribui para a deterioração e a falta de padronização nos procedimentos. A flexibilidade, neste caso, pode ser sinônimo de negligência ou de ausência de um plano diretor para o arquivo.

6.3 PONTOS FORTES, FRACOS E SUGESTÕES DE MELHORIA

As perguntas finais oferecem um resumo contundente da situação e propostas de solução.

- **Pontos Fortes:** *"Dispõe de acervo importante para a história das terras da Bahia."* Este é, sem dúvida, o principal ponto forte e o cerne da missão da SDA. O valor histórico e jurídico dos documentos é inegável e representa um patrimônio inestimável para o estado. No entanto, o desafio reside em como esse ponto forte está sendo negligenciado.
- **Pontos Fracos:** *"O acervo físico não é tratado com o devido valor e respeito que deveria."* Esta afirmação valida todas as percepções de desorganização e falta de identidade. A falta de tratamento adequado do acervo é a causa raiz de muitos dos problemas. "Parte significativa desse acervo se deteriorou e outra vem se deteriorando por falta dos cuidados técnicos e alojamento adequados." Esta é a consequência mais grave e imediata da negligência. A deterioração de documentos históricos representa uma perda irreparável da memória e da segurança jurídica.

6.3.1 Sugestões de melhorias apresentadas pelo servidor são um roteiro claro para a ação

Investimento em restauração, reorganização e, crucialmente, capacitação e aumento do quadro de pessoal. A falha em tratar o acervo com o devido valor não é apenas uma questão administrativa, mas um ataque à história da Bahia e aos direitos de seus cidadãos. A territorialidade do espaço arquivístico, nesse sentido, é um reflexo da prioridade (ou da falta dela) que a instituição e o poder público gestor conferem à sua própria memória e à justiça fundiária.

6.4 CONSIDERAÇÕES DOS ENTREVISTADOS

6.4.1 Aspectos Adicionais Destacados (Conclusões dos entrevistados)

A manifestação final do entrevistado é um grito de alerta, uma análise profunda e uma defesa apaixonada pela preservação do patrimônio. Ele reitera os desafios cruciais enfrentados pela SDA, especialmente a deterioração do acervo histórico de terras do estado e a aparente inação do poder público.

A crítica à demora na emissão de títulos fundiários, que pode fazer com que indivíduos "esperem uma vida inteira por sua documentação", conecta diretamente a funcionalidade do arquivo com os direitos dos cidadãos. Isso evidencia que a precariedade do espaço arquivístico não é apenas um problema administrativo, mas um obstáculo à justiça e à cidadania.

A raiz dos problemas, conforme o entrevistado, reside na insuficiência de investimentos em infraestrutura e recursos humanos. Ele propõe um plano de ação claro e eficaz:

- Investir em instalações arquivísticas adequadas: para deter a deterioração e garantir a preservação.
- Aumentar o quadro de funcionários e fornecer treinamento: para processar eficientemente os títulos de terra e gerenciar o acervo.
- Implementar sistemas e processos modernos: para otimizar operações e reduzir os tempos de espera.

A conclusão final dos entrevistados sintetiza a urgência da situação: "Resolver essas questões não é apenas uma questão de eficiência administrativa; é sobre defender os direitos dos cidadãos baianos e preservar uma parte vital de sua história coletiva." Essa frase encapsula a essência da territorialidade no espaço arquivístico da SDA: não é apenas um local físico, mas um espaço de poder, memória e garantia de direitos. A falta de cuidado com esse território gera impactos sociais (empregabilidade dos profissionais de arquivo) e históricos de grande magnitude (memória do Estado da Bahia).

6.5 IMPLICAÇÕES DA TERRITORIALIDADE

6.5.1 Considerações Finais e Implicações da Territorialidade

A análise das respostas do questionário sobre a territorialidade no espaço arquivístico da SDA revela um quadro complexo e preocupante. O conceito de territorialidade, com seus pilares de ocupação-desocupação, identidade e relações de poder, é vivenciado de forma desfavorável pelos servidores entrevistados.

- **Ocupação-Desocupação:**

O espaço está subutilizado em sua capacidade funcional devido à desorganização, falta de espaço físico e, principalmente, à desocupação de mão de obra qualificada. A diminuição do quadro dificulta a apropriação e o manejo adequado do acervo, transformando um local de guarda em um depósito de documentos em risco.

- **Identidade:**

A falta de reconhecimento e valorização do arquivo resulta em um espaço sem identidade marcante. A deterioração dos documentos impede que o arquivo cumpra sua função essencial de preservar a memória institucional, levando à percepção de que não contribui significativamente para a história da SDA. A ausência de elementos visuais que identifiquem e valorizem o setor agrava essa falta de reconhecimento.

- **Relações de Poder:**

A centralização das decisões na figura do Superintendente restringe a autonomia e a capacidade de influência dos profissionais de arquivo. Essa dinâmica de poder tem um impacto direto no acesso aos documentos, dificultando a pesquisa

e o uso do acervo. A "flexibilidade" na aplicação das regras, nesse contexto, parece mais um sintoma de desgoverno e negligência do que uma vantagem.

A SDA, como guardiã de um acervo histórico de terras do estado, tem uma responsabilidade social e legal imensa. O que emerge do questionário é que essa responsabilidade quanto a guarda da sua produção documental não está sendo cumprida adequadamente. Os pontos fracos superam em muito o ponto forte do valioso acervo, que está em risco de se perder.

6.5.2 As Consequências da Desterritorialização

A desterritorialização do espaço arquivístico da SDA tem consequências graves e de longo alcance e se caracterizam por:

- **Perda Irreparável da Memória Institucional e Social:**

Documentos deteriorados ou inacessíveis significam que a história das terras da Bahia, fundamental para a identidade cultural e econômica do estado, está se perdendo.

- **Prejuízo aos Direitos dos Cidadãos:**

A dificuldade na emissão de títulos fundiários, diretamente ligada à má gestão do acervo, impacta a segurança jurídica e a vida de proprietários rurais. O acervo, desterritorializado, falha em cumprir seu papel de garantia de direitos.

- **Ineficiência Administrativa:**

A falta de organização e acesso gera retrabalho, lentidão nos processos e frustração para servidores e usuários.

- **Desvalorização Profissional:**

O ambiente de trabalho precário e a falta de reconhecimento do valor do arquivo podem desmotivar os profissionais da área.

6.6 LOCAÇÃO E DESLOCAÇÃO

6.6.1 Análise da Locação e Deslocação no Espaço Arquivístico da SDA

A questão da locação e deslocação no espaço arquivístico da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) é um ponto central para entender a territorialidade

e, conseqüentemente, a eficiência e a preservação do acervo. Conforme o questionário e as respostas fornecidas, fica evidente que esse aspecto crucial da gestão documental apresenta sérios desafios, impactando diretamente a funcionalidade e a memória institucional.

A locação, no contexto arquivístico, refere-se à maneira como os documentos e o mobiliário são dispostos e organizados no espaço físico. Já a deslocação abrange os movimentos de documentos, equipamentos e até mesmo de pessoal dentro ou para fora desse espaço. Ambos os fenômenos, quando mal geridos, podem ser devastadores para a integridade de um arquivo.

6.6.2 Locação: Um Cenário de Desorganização e Precariedade

As respostas do Módulo I do questionário pintam um quadro claro sobre a locação atual do espaço arquivístico da SDA. O entrevistado descreve a organização física como "Pouco organizado". Essa é uma indicação primária de que a locação dos documentos, estantes, mesas e outros equipamentos não segue princípios arquivísticos adequados ou um planejamento eficiente.

A "Falta de espaço físico" e a "Má distribuição de recursos" são apontadas como os principais desafios relacionados à ocupação. Isso sugere que, mesmo que houvesse um esforço para organizar, a limitação física e a alocação inadequada de verbas ou materiais (como estantes apropriadas, caixas de arquivo, equipamentos de climatização) impedem uma locação eficaz. Um acervo valioso, como o da SDA, requer não apenas espaço, mas espaço adequado e planejado para a sua preservação e acesso. A má distribuição de recursos impacta diretamente a capacidade de adquirir e manter os suportes necessários para uma locação correta.

A consequência mais grave de uma má locação é a "Dificuldade de acesso aos documentos". Se os documentos não estão logicamente organizados, catalogados e fisicamente acessíveis, sua utilidade é drasticamente reduzida. O fato de o entrevistado ter marcado essa opção demonstra que a simples existência do acervo não garante seu uso. A localização confusa ou inacessível impede que servidores e usuários encontrem as informações de que precisam, comprometendo a missão da SDA de fornecer títulos fundiários e preservar a história das terras da Bahia.

6.6.3 Deslocação: O Impacto da Diminuição do Quadro

A questão da deslocação é vivida de forma mais aguda através da redução do quadro de pessoal. A resposta "Sim" à pergunta sobre processos de desocupação ou realocação no espaço arquivístico e o comentário "Com a diminuição do quadro, que já era diminuto, dificultou os trabalhos em todos os sentidos" são alarmantes. Ou seja, a diminuição de pessoal qualificado (aqui entendida como uma "deslocação" de recursos humanos do setor) tem um impacto multifacetado:

- **Dificuldade no Manejo Físico:**

Menos pessoas significam menos mãos para mover, organizar e recondicionar os documentos. Isso pode levar a que o acervo permaneça em locais inadequados, dificultando sua locação correta e aumentando o risco de deterioração.

- **Atraso na Organização:**

A desorganização se agrava, pois não há tempo ou pessoal suficiente para implementar processos de organização ou reorganização que permitiriam uma melhor locação dos itens.

- **Perda de Conhecimento Institucional:**

A saída de profissionais, especialmente aqueles com mais tempo de casa, representa uma "deslocação" de conhecimento prático sobre a localização e o conteúdo do acervo, tornando ainda mais difícil para os remanescentes manterem a ordem e acessarem informações específicas.

- **Impedimento de Novas Aquisições ou Transferências:**

A capacidade de receber e incorporar novos documentos ou transferir acervos obsoletos (uma forma de deslocação controlada) é comprometida pela falta de estrutura e pessoal, levando ao acúmulo e à desordem.

A percepção de que a "flexibilidade na aplicação das regras" (Módulo 3, pergunta 12) pode ser interpretada como a ausência de um protocolo rigoroso para a locação e deslocação de documentos. Sem normas claras e fiscalização, a organização do espaço torna-se subjetiva e inconsistente, contribuindo para a desordem e a perda de controle sobre o acervo.

6.6.3.1 Implicações da Má Locação e Deslocação

A análise do questionário revela que a má locação e a desordenada deslocação têm implicações profundas para a SDA:

- **Deterioração do Acervo:**

Quando os documentos não estão adequadamente armazenados (má locação) ou são manuseados incorretamente devido à falta de pessoal e treinamento (problemas de deslocação e manejo), a deterioração é inevitável. O ponto fraco "Parte significativa desse acervo se deteriorou e outra vem se deteriorando por falta dos cuidados técnicos e alojamento adequados" é um testemunho direto disso.

- **Restrição de Acesso:**

A dificuldade de acesso aos documentos, já mencionada, é uma consequência direta da má locação. As relações de poder, que "restringem o acesso", podem se manifestar também através da omissão em fornecer condições físicas e humanas para que o acesso seja efetivo.

- **Comprometimento da Missão Institucional:**

A incapacidade de gerenciar eficientemente seu acervo de terras impacta a emissão de títulos fundiários regulados pelo Estado e a preservação da memória, ou seja, as duas grandes missões da SDA. A locação e a deslocação inadequadas são gargalos que podem a médio e longo prazo impedir a instituição de cumprir seu papel social e legal de maneira plena.

- **Desvalorização da Identidade:**

Um arquivo desorganizado e inacessível transmite uma imagem de negligência, o que afeta a identidade do espaço arquivístico, percebido como "funcional, mas sem identidade marcante" e que "não contribui significativamente" para a memória institucional.

6.7 A DESTERRITORIALIZAÇÃO NO ESPAÇO ARQUIVÍSTICO DA SDA: PERDA DE VÍNCULO E FUNCIONALIDADE

A desterritorialização no contexto do espaço arquivístico da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) da Bahia, conforme inferido pelas respostas do questionário, não se manifesta como uma simples mudança física de local, mas sim como um fenômeno mais profundo de perda de vínculo e funcionalidade que os documentos e o próprio ambiente de arquivo têm com a instituição e seus propósitos. É a dissolução da "territorialidade" original, onde o espaço arquivístico deixa de ser um "território" significativo e coeso, tanto para os que o ocupam quanto para a instituição que deveria valorizá-lo. Essa desterritorialização não implica necessariamente que os documentos foram fisicamente removidos em sua totalidade ou que o espaço foi completamente abandonado. Pelo contrário, ela se revela na deterioração da relação entre o acervo, o espaço físico, os profissionais e a missão institucional.

6.7.1 Manifestações da Desterritorialização no Espaço Arquivístico da SDA

As respostas do questionário fornecem diversas evidências que apontam para um processo de desterritorialização, por meio da deterioração física e funcional do seu espaço arquivístico, analisados nos módulos seguintes:

- **"Pouco organizado" e "Desorganizado"** (Módulo I, Pergunta 1): A falta de organização do espaço físico e do acervo representa uma perda de controle sobre o território documental. Documentos desorganizados perdem sua referência espacial e, conseqüentemente, sua funcionalidade. A localização torna-se ambígua, desvinculando o documento de sua posição lógica e acessível.

- **"Parte significativa desse acervo se deteriorou e outra vem se deteriorando por falta dos cuidados técnicos e alojamento adequados"** (Perguntas Finais, Pontos Fracos): A deterioração física é a forma mais brutal de desterritorialização. Um documento deteriorado perde sua integridade física e informacional, tornando-se ilegível e inacessível. Ele "perde seu lugar" na história e na cadeia de informações da instituição. O alojamento inadequado simboliza a falta

de um "lar" seguro e estável para o acervo, desvinculando-o de um ambiente propício à sua preservação.

- **Perda da Identidade e Reconhecimento:**

- **"Funcional, mas sem identidade marcante" e "Despersonalizado"**

(Módulo II, Pergunta 5): Um espaço arquivístico desterritorializado perde sua identidade e seu significado simbólico. Ele é percebido apenas como um local de guarda, sem o reconhecimento de sua importância histórica e cultural. Não há uma "demarcação" simbólica que o distinga e valorize.

- **"Não contribuem significativamente"** para a memória institucional

(Módulo II, Pergunta 6): Esta é uma manifestação direta da desterritorialização. Se os documentos e o espaço não mais servem para preservar a memória, eles perdem seu propósito essencial e seu vínculo com a história e a identidade da instituição. O acervo, apesar de fisicamente presente, está desvinculado de sua função primordial.

- **"Não"** existem marcas ou símbolos que reforcem sua identidade

(Módulo II, Pergunta 7): A ausência de elementos visuais de identificação contribui para a despersonalização e, por extensão, para a desterritorialização. O espaço não se afirma como um território reconhecível e valorizado.

6.7.2 A Restrição de Acesso e Falta de Controle sobre o Espaço

- **"Falta de espaço físico", "Má distribuição de recursos" e "Dificuldades de acesso aos documentos"** (Módulo I, Pergunta 2): Embora pareçam problemas de ocupação, esses desafios contribuem para a desterritorialização ao dificultar o uso e o controle do próprio "território" arquivístico. Se os documentos não podem ser acessados, eles estão, de certa forma, "deslocados" de seu propósito de consulta.
- **"Com a diminuição do quadro... dificultou os trabalhos em todos os sentidos"** (Módulo I, Pergunta 3, Comentários): A falta de pessoal qualificado para gerir e manusear o acervo significa que o "território" documental não está sendo devidamente "ocupado" e "controlado" por seus guardiões. A

ausência de mão de obra capacitada desvincula o profissional do seu papel ativo na manutenção da integridade do arquivo.

- **Decisões "Centralizadas por uma liderança (atual Superintendente)" e "Restringem o acesso"** (Módulo 3, Perguntas 9 e 11): A concentração do poder decisório fora do setor de arquivo pode levar à despriorização das necessidades do espaço. Quando o acesso é restrito por questões de poder, o acervo perde sua natureza de bem comum e se torna um território controlado, mas não necessariamente funcional para todos os seus potenciais usuários. O vínculo entre o documento e o cidadão é fragilizado.
- **Perda do Vínculo com a Missão Institucional:**
 - **"Conexão moderada" ou "Pouca ou nenhuma conexão"** entre o espaço arquivístico e a missão da SDA (Módulo II, Pergunta 8): Esta é talvez a manifestação mais clara de desterritorialização. Se o espaço arquivístico não é percebido como intrinsecamente ligado à missão central da SDA (emissão de títulos fundiários e guarda do arquivo histórico), ele perde seu lugar fundamental na estrutura e nos propósitos da instituição. Ele se torna um apêndice, um fardo, em vez de um recurso vital.

6.7.3 As Consequências da Desterritorialização

A desterritorialização do espaço arquivístico da SDA tem consequências graves e de longo alcance e se caracterizam por:

Perda Irreparável da Memória Institucional e Social: Documentos deteriorados ou inacessíveis significam que a história das terras da Bahia, fundamental para a identidade cultural e econômica do estado, está se perdendo.

Prejuízo aos Direitos dos Cidadãos: A dificuldade na emissão de títulos fundiários, diretamente ligada à má gestão do acervo, impacta a segurança jurídica e a vida de proprietários rurais. O acervo, desterritorializado, falha em cumprir seu papel de garantia de direitos.

Ineficiência Administrativa: A falta de organização e acesso gera retrabalho, lentidão nos processos e frustração para servidores e usuários.

Desvalorização Profissional: O ambiente de trabalho precário e a falta de reconhecimento do valor do arquivo podem desmotivar os profissionais da área.

6.7.4 Reverter a Desterritorialização: Reter e Reterritorializar

Para reverter esse processo de desterritorialização, a SDA precisa empreender um esforço consciente de re-territorialização do seu espaço arquivístico. Isso implica em:

- **Investimento em Infraestrutura e Recursos:** Adequação do Espaço Físico: Criar um "território" físico seguro e adequado para o acervo, com condições ambientais controladas e mobiliário apropriado.
- **Reorganização Profissional:** Através da contratação de especialistas e capacitação do corpo técnico, reocupar o território funcional do arquivo, permitindo que os profissionais "demarquem" seu espaço de atuação e controle sobre o acervo.
- **Restauração e Preservação do Acervo:** Trazer os documentos de volta sob guarda de empresa terceirizada Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), de modo a restaurar à sua integridade física e informacional, re-localizando-os em um estado que permita seu acesso e uso. Isso é fundamental para que o acervo possa cumprir novamente sua função.
- **Fortalecimento da Identidade e Reconhecimento:** Promover a valorização do arquivo através de políticas institucionais claras, sinalização adequada e divulgação de sua importância. Fazer com que o espaço seja reconhecido como um "território" de conhecimento e memória, reforçando seu vínculo com a história da SDA e da Bahia.
- **Descentralização e Empoderamento:** Rever as relações de poder, garantindo que os profissionais de arquivo tenham voz e autonomia nas decisões que afetam seu "território". Isso permitirá que eles gerenciem o espaço de forma mais eficiente e que o acesso aos documentos seja facilitado, re-vinculando o acervo ao seu propósito de serviço. Portanto, a desterritorialização do espaço arquivístico na SDA é um sintoma claro de negligência e de uma subestimação da importância da memória institucional. Reverter esse processo é mais do que uma medida administrativa; é um imperativo social e histórico para garantir que

a SDA cumpra plenamente sua missão e que o patrimônio documental da Bahia seja preservado para as futuras gerações.

- Em síntese, desterritorialização do espaço arquivístico da SDA emerge como um ponto crucial, resultando em ambientes timidamente funcional, desprovido de identidade marcante e significado simbólico, onde essa ausência de “demarcação” faz com que o atual espaço arquivístico da SDA sejam percebido meramente como depósito de documentos sem controle gerencial. A falta de uma política na preservação da produção intelectual para tomada decisões e em transmitir sua importância histórica e cultural, demonstra que o atual espaço disponível na SDA não resguarda significativamente sua memória institucional. Os documentos localizados no espaço atual, antes Núcleo de Arquivo da CAF perderam seu propósito essencial e seu vínculo com a história da instituição quando tiveram toda sua Massa Documental Acumulada (MDA) terceirizada pela EGBA (APÊNDICE D). Além disso, falta de marcas ou símbolos que reforcem sua identidade no território institucional da SDA agrava essa despersonalização, impedindo que o seu lugar se estabeleça como um espaço arquivístico reconhecível e valorizado. Em suma, a locação e a deslocação no espaço arquivístico da SDA no decorrer dos últimos anos, como demonstrado pelos respondentes no questionário, são sintomas de uma negligência mais ampla. A sazonalidade de mudanças de coordenadores da alta administração e a falta de investimento em infraestrutura, recursos humanos e políticas claras de preservação de documentos leva a um ciclo de desorganização e deterioração das demandas arquivísticas, ou seja, o controle da produção documental, seu espaço para armazenamento e a retirada e falta de pessoal técnico especializado para cuidar desse espaço também são fatores de desterritorialização. Abordar esses problemas não é apenas uma questão de melhoria administrativa, mas uma medida urgente para salvaguardar a história de terras do Estado da Bahia e garantir os direitos de seus cidadãos a cumprir com a missão de regularização fundiária que trata do processo de reconhecimento legal e formal de áreas ocupadas de forma irregular, seja em áreas urbanas ou rurais, visando garantir o direito à moradia, a inclusão social e a segurança jurídica da posse ou propriedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje a SDA tem seu espaço arquivístico desconfigurado pela ausência de profissionais capacitados de arquivo afetando diretamente na gestão da sua produção documental que envolve tanto os documentos em suportes físicos quanto os digitais e microfilmicos gerando diversos problemas afetando sua preservação e quem precisa dela. A desterritorialização do espaço arquivístico provocada pela ausência dos profissionais arquivistas e técnicos no espaço arquivístico na SDA, tornou a gestão dos documentos instável. A falta profissionais qualificados leva problemas na organização, classificação e preservação dos documentos, suas atividades finalísticas e guardiã. A busca por informações ficou mais difícil, uma vez que os instrumentos de pesquisas disponíveis da instituição foram descontinuados (Figura 11), impedindo o acesso rápido das informações e restringindo as tomadas de decisões. Os documentos se acumulam sem controle, sem descarte adequado ou um plano de organização, tornando o acervo confuso e difícil de usar. A memória da instituição se perde sem esses profissionais, resultando na perda de documentos importantes, apagando parte da história e da identidade da instituição. A fragilidade da gestão ainda deixa o acervo mais vulnerável a manipulações, perdas ou danos, além de não cumprir as leis e normas vigentes representada pela Lei nº 8.159/91 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, estabelecendo princípios e diretrizes para a gestão documental. Atualmente, o lugar da gestão de arquivos da SDA, ou seja, o seu espaço arquivístico, foi intencionalmente ou não precarizado e, portanto, desvalorizado, diminuindo sua importância dentro da instituição sem nenhuma previsibilidade de novos investimentos. A gestão da informação da SDA carece hoje de uma liderança arquivística forte, mas, mesmo respaldado pela sua legislação (Lei nº 6.546/1978 que dispõe sobre a regulamentação das profissões e atividades de Arquivista e de Técnico de Arquivo), as condições oferecida hoje pela SDA são precárias ou inexistente (APÊNDICE D) dificultando a recuperação de seus documentos impactando para quem solicita os seus serviços, sejam funcionários em suas tarefas cotidianas, pesquisadores ou quanto o direito de acesso à informação dos cidadãos. Por consequência, a falta de um sistema de recuperação de informação confiável causa desorientação e insegurança, gerando retrabalho e afetando a produtividade e a qualidade dos serviços. A ausência de documentos organizados também dificulta a comprovação de atos, direitos e deveres, acarretando em

problemas legais e administrativos. Além disso, os servidores precisam se ajustar uma tendência das instituições públicas a sazonalidade, ou seja, a de novas lideranças ou estruturas de poder, o que pode ser um processo complicado e desgastante de adaptabilidade quando não visa interesse na gestão documental. Assim com a ausência de liderança em um espaço arquivístico, a ausência de uma gestão eficiente e reconhecida no ambiente institucional da SDA causa instabilidade, desordem e perda do seu valor informacional, comprobatório e histórico comprometendo a tomada de decisões administrativas e a garantia de direitos para todos os interessados.

Reterritorialização do espaço arquivístico ao território da SDA, significa restituir a ele sua funcionalidade, relevância e reconhecimento, revertendo o cenário de desconfiguração e por conseguinte sua precarização. Não se trata apenas de organizar sua produção documental, mas de reconstruir o "território" dos fundos de arquivos em suas dimensões físicas, informacionais e, crucialmente, recuperar empregabilidade de seus profissionais. A reterritorializar o espaço arquivístico é, portanto, uma decisão consciente que combina a expertise técnica dos arquivistas e técnicos de arquivo, investimento de recursos institucional e uma compreensão mais profunda das dinâmicas de territorialidade e do senso do seu senso pertencimento institucional. Ao fazer isso, a instituição não apenas resgataria o controle dos processos de gerenciamento de sua produção documental, mas reafirmaria sua própria memória, identidade e capacidade de decisão.

Ampliando um pouco mais as considerações, a complexa e polifacética relação entre território e territorialidades, quando examinada sob as lentes da geografia e da etologia, apresenta um desafio notável para as abordagens tradicionais da Arquivologia, Ciência da Informação e das teorias da Administração. Historicamente, essas áreas têm se focado na eficiência dos sistemas de controle e gestão de recursos materiais e humanos, frequentemente subestimando a dinâmica sutil e intrínseca das territorialidades em seu contexto institucionalizado e organizacional. Entretanto, visualizamos nesse estudo que as organizações devem considerar **o sentido de território** nas suas mais diversas complexidades de suas apresentações (territorialização – desterritorialização – reterritorialização), onde nessa nova forma de pensar incluiria o senso psicossocial e espacial, focando em como as pessoas interagem com o espaço e lugar nos exercícios de suas atividades administrativas, em seus aspectos psicológicos, sociais e comportamentais. Essas ideias, podem agregar valor não tão somente para a gestão de arquivos, mas, para a Administração

Geral como um todo, se considerarmos como resultado uma maior consciência dos indivíduos em relação ao seu espaço de trabalho. Desse modo, entender como indivíduos e grupos se conectam com os aspectos físicos e simbólicos de uma organização é enxergar que é possível aperfeiçoar a cooperação e fortalecer o sentimento de fazer parte do lugar para melhor desempenhar seu papel dentro da organização.

Considerar “o sentido de território” pode trazer vantagens e dar lugar a um novo modelo de administração ao incluir as ideias do comportamento animal e a territorialidade humana, em outras palavras, mesmo a partir de um estudo de caso embrionário e interdisciplinar com foco na gestão arquivística como este, elas podem ser validadas. Isso exigiria uma mudança de paradigma que valorizasse os aspectos subjetivos do contexto territorial departamentalizado – como exemplificado aqui neste estudo de caso – mas, igualmente aplicáveis em outros setores (lugares) da administração (bibliotecas, museus, centros de documentação, etc.) e dessa maneira, criar abordagens que misturem diferentes áreas unindo ideias e técnicas da geografia, etologia, da sociologia e da antropologia para investigar o senso de território em ambientes de trabalho.

Dentre outras questões que envolvem o comportamento de territorialidades e que foram abordados neste estudo de caso, foi possibilidade de consideramos uma métrica, ou seja, formas de medir o senso de território num contexto setorial levando em conta coisas como identidade, sentimento de pertencimento, uso do espaço e suas relações de poder, onde Brown (2005) em sua tese sobre a teoria da mensuração da territorialidade nas organizações teoriza através de cálculos estatísticos complexos o fenômeno da territorialidade dos indivíduos em seu ambiente de trabalho. Nesse estudo vislumbramos essa possibilidade através da análise comparativa dos organogramas da SDA (APÊNDICES B e C) em distintos períodos de tempo, onde podemos notar a fenomenologia do senso de território ou a falta dele no deslocamento e conseqüentemente desterritorialização do espaço arquivístico da SDA. Outrossim, uma análise métrica ou comparatória das territorialidades e senso de território nas instituições e/ou organizações quando aplicada de maneira eficaz em um território setorialmente ocupado, poderia atuar como uma ferramenta para evidenciar a distribuição de recursos, sejam eles de natureza pública ou privada. Portanto, lançamos aqui um desafio quando nos apropriamos dos conceitos de territorialidades e iniciamos uma nova forma de apresentação: a instrumentalidade. Ou seja, de modo

pragmático, os conceitos de territorialidades poderiam por exemplo, e, conforme seja o caso, servir como ferramenta metodológica; um meio utilizável para identificar indícios de irregularidades, fornecendo materialidade num processo de sindicância investigativa.

Em suma, ao reconhecer e dar valor à dinâmica dos diferentes sentidos e dimensões de território departamentalizados e setorizados podem criar ambientes mais eficientes, colaborativos e inclusivos, promovendo tanto o bem-estar dos indivíduos quanto o sucesso geral da administração fazendo-se cumprir a missão das organizações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosângela. **Território e territorialidade**: abordagens contemporâneas. São Paulo: Contexto, 2017.

ARAÚJO, Carlos A. A. O conceito de informação na ciência da informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BALDAM, Roquemar de Lima. **GED**: Gerenciamento eletrônico de documentos. São Paulo: Editora Érica, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BATEKO, Bob Bobutaka. Arquivística e Arquivologia: esclarecimento epistemológico. Tradução de Marcelo Antonio Chaves e Márcio Amêndola de Oliveira. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano VII, n. 14, p. 89-102, jun. 2022. Disponível em: https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/45/16. Acesso em: 24 nov. 2023.

BAUTIER, Robert-Henri. Les archives et le droit internationale. *In*: MANUEL d'archivistique. Paris: Association des Archivistes Français, 1970.

BECK, Maurício; ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. Análise de conteúdo: uma proposta de categorização. **Revista de Administração**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 45-60, jul./dez. 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística**: fundamentos e princípios. São Paulo: UNESP, 2008.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos**: estudos e reflexões. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer, 8).

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela. **Geografia**: espaço e cidadania. São Paulo: Saraiva, 2003.

BORKO, Harold. Information science: what is it? **American Documentation**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011.

BRASCHER, Marília; CAFÉ, Lígia. **Organização da informação**: competência, desafios e estratégias. Brasília: Thesaurus, 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 3. ed. Brasília, DF: MTE: SPPE, 2010. Disponível em: https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/CBO2002_Liv3.pdf Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jul. 1978. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6546.htm. Acesso em: 3 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8159.htm. Acesso em: 3 dez. 2023.

BROWN, Graham. **Territoriality in organizations**: theory and measurement. 2005. Thesis. (Doctor of Philosophy) – Faculty of Graduate Studies, University of British Columbia, Vancouver, 2005.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARAMASCHI, Erica P.; SCARANO, Fábio R.; MONTEIRO, Ricardo F. **Populações, comunidades e conservação**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

CASANOVA, Eugenio. **Archivística**. 2. ed. Siena: Stab. Arti Gráfico Lazzeri, 1928.

CAVALHEIRO, Marcos U.; SANTOS, Cibele A. C. M. dos. Ciência da Informação e Arquivologia: (Re) aproximações conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 136-160, jan./mar. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COIMBRA, Kary E. R.; SARAIVA, Luiz A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento quarteirão do soul. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 29, n. 86, maio/ago. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/4757915/Territorialidade_em_uma_organiza%C3%A7%C3%A3o_cidade_o_movimento_quarteir%C3%A3o_do_soul. Acesso em: 30 dez. 2023.

CORRÊA, Fernando G. **Contribuições do Princípio da Territorialidade para a resolução de contenciosos arquivísticos**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angelica Alves da Cunha Marques.

CORRÊA, Fernando G.; MARQUES, Angelica Alves da C., Territórios da Arquivologia a partir do Princípio da Territorialidade. R. **Bibliomar**, São Luís, v. 20, n. 2, p. 12-30, jan./jun. 2002.

DAVANZO, Luciana; VITORIANO, Maria Cristina C. P.; MOREIRA, Walter. Representação descritiva e representação temática na arquivologia: uma aproximação necessária. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 15, n. 1/2, p. 74-102, abr./ago. 2021.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: una impresión freudiana. Madrid: Editorial Trotta S. A., 1997.

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Ciências e Técnicas do Patrimônio**: Revista da Faculdade de Letras, Porto, série I, v. V-VI, p. 141-151, 2006-2007.

DURANTI, Luciana. Diplomática: Novos usos para uma antiga ciência (Parte V). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 196-215, 2015.

EDUARDO, Márcio F. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006.

FERREIRA, Danilo de S.; BRITO, Ana Caroline do N. Avaliação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no arquivo de um escritório de advocacia. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 8., 2018, João Pessoa. **Anais [...]**; **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 267-285, out. 2018. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT03_0267-0285.pdf. Acesso em 30 dez. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília, DF: Plano, 2005.

FREITAS, Lidiane M.; ALBUQUERQUE, Ana C. Concepções acerca da classificação arquivística a luz da teoria do conceito. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/456/314>. Acesso em: 2 out. 2021.

FROHMANN, Bernd. **Defining documentation**. Lanham: Scarecrow Press, 2006.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela. S. L.; MARTELETO, Regina M.; LARA, Marilda L. G. de. (org.). **A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p.19-34, 2006.

FURLANETTO, Maria Marta. Estudo de caso em pesquisa qualitativa. **Revista Educação e Pesquisa**, [São Paulo], v. 29, n. 2, p. 221-236, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Marília P. A. **Um mar de histórias**: memória, identidade e territorialidade no Poço da Draga. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40270>. Acesso em: 20 dez. 2023.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. 2004. Conferência. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: UFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério *et al.* O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual metodológica. *In*: OLIVEIRA, Tito C. M. de. (org.). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2005. p. 87-112.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general**: teoría y práctica. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1993.

JARDIM, José Maria. **Administração de arquivos**. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. *In*: MATTAR, Eliana. (org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 37-45.

JENKINSON, Hilary. **A Manual of archive administration**. 2. ed. London: Percy Lund: Humphries and Co., 1965.

JERÔNIMO, Rosa N. T.; SOUZA, Rosimeri V. C. Psicologia ambiental: um estudo acerca da resistência frente a mineração em Içara, SC. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 80-86, abr. 2015.

KHINCHIN, Aleksandr I. **Mathematical foundations of information theory**. New York: Dover, 1957.

KOBASHI, Nair Y.; TÁLAMO, Maria de F. G. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, p. 7-21, set./dez. 2003. Edição especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/SZ5RXSnjnDcjhZ9ykPpCHHw/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LIMA, Gillian L. de Q. **As formações discursivas da Gestão Arquivística e a difusão do conhecimento nos OPSAS**: uma análise a partir das práticas de tratamento e organização das informações orgânicas em saúde. 2018. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Orientador: Prof. Dr. Hernane Barros de Borges Pereira e Coorientador: Prof. Dr. Francisco José Aragão Pedroza Cunha.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 28, n.1, p. 251-290, 2004. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 06 maio 2018.

LLANES PADRÓN, Dunia. **La descripción archivística em los tempos posmodernos**: conceptos, principios y normas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

LODOLINI, Elio. **Arrivística**: principios y problemas. Madrid: Editorial La Muralla, 1993.

LOPES, Luís Carlos. Vers une archivistique internationale à l'ère de l'information. **Archives**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 45-64, 1997-1998.

LOWRY, James. **Displaced archives**. New York: Routledge, 2017.

MACEDO, Roberto S. **Etnopesquisa crítica/etnopesquisa-formação**. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

MAIA, Augusto M. **A Construção do Curso de Arquivologia da UNIRIO**: dos primeiros passos à maturidade universitária. 2006. Dissertação (Mestrado em

Pedagogia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw K. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. [S. l.: s. n.], 1997.

MARQUES, Angelica A. da C. **Interloquções entre a Arquivologia nacional e internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

MELAZZO, Everaldo S.; CASTRO, Cloves A. A Escala Geográfica: noção, conceito ou teoria? **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 29, p. 133-142, 2007. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/244>. Acesso em: 14 maio 2024.

MELOT, Michel. **Arquivos**. Lisboa: Dom Quixote, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.); GOMES, Suely F. D. R. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MIRANDA, Antonio. **Arquivística e memória: desafios da informação na sociedade contemporânea**. Brasília, DF: UnB, 2008.

MONTE-MÓR, Patrícia. **Territorialidade e espaço urbano**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

MONTE-MÓR, Roberto L. A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2.; PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL, MESTRADO E DOUTORADO, 2004, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul, 2004. p. 1-26.

MORENO, Nádina A. A informação arquivística e o processo de tomada de decisão. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.1, p.13-21, jan./abr. 2007.

MOSER, G. Psicologia Ambiental no novo milênio: Integrando a dinâmica cultural e a dimensão temporal. *In*: TASSARA, Eda T. De O. (org.). **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC, 2001.

MOTA, Sara dos S. Espaço(s) e territorialidades: da apropriação do espaço geográfico à apropriação da/na língua pela escrit(ur)a. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL FRONTEIRAS E IDENTIDADES, 2., 2014, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas, 2014. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/eifi/anais-ii-eifi-2014/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan A.; FRUIN, Robert. **Manual de arranjo e descrição**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan A.; FRUIN, Robert. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Salvador: EDUFBA, 2005.

NORA, Pierre. **Entre a Memória e História**: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: [s. n.], 1993. Projeto História.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Território, poder e conflito**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PATTI, Ane Ribeiro. Análise do discurso como método de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 37, n. 1, p. 45-58, jan./mar. 2012.

PAZIN VITORIANO, Marcia C. De C. Centros de memória como estratégia de preservação e acesso à informação retrospectiva. **Revista do Arquivo**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 87-102, out. 2019.

PAZZINI, Rafael; JERÔNIMO, Gabriel. **Arquivística contemporânea**: reflexões e práticas. São Paulo: Senac, 2009.

PINHEIRO, Lena V. R. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, Mirian de A. (org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 61-86.

POLÍCIA MILITAR (Pará). **Governo realiza lançamento dos Novos Totens de Segurança Pública**. Belém, 21 fev. 2024. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80-blog/news/5881-governo-realiza-lancamento-dos-novos-totens-de-seguranca-publica.html?Itemid=437>. Acesso em: 2025.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília. São Paulo: Atica, 1993.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 2009.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: Conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

REZENDE, Amaury J.; DALMÁCIO, Flávia Z. Práticas de Governança Corporativa e Indicadores de Performance dos Clubes de Futebol: uma Análise das Relações Estruturais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 105-125, 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/38299/http://www.spell.org.br/documentos/ver/38299/praticas-de-governanca-corporativa-e-indicadores-de-performance-dos-clubes-de-futebol--uma--análise-das-relações-estruturais/i/pt-br>. Acesso em: 02 jan. 2024.

REZENDE, Marília G. G.; FRAXE, Therezinha de J. P.; WITKOSKI, Antônio C. Territorialidade, organização social e Governança Ambiental na reserva de

desenvolvimento sustentável Igapó Açu (Amazonas, Brasil). **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 72-90, 2018.

RODRIGUES, Ana Célia. **Identificação arquivística**: fundamentos, métodos e instrumentos. Niterói: EDUFF, 2008.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução de Magda Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

RUSSELL, E. S. **The behaviour of animals**. London: Edward Arnold & Co, 1986.

SACK, Robert David. **Territorialidade humana**: teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, Marcos A. **Por uma geografia das territorialidades**. São Paulo: Outras Expressões, 2010.

SCHEIN, Edgar H. **Organizational Culture and Leadership**. 4. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2010.

SCHMIDT, Maria do Rosário; SMITH, Elizabeth. **Arquivística**: princípios e conceitos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

SANTOS DA SILVA, Joédna E. **Da Arquivologia Clássica a Arquivologia Contemporânea**: desafios do Arquivista do Século XXI frente às Tecnologias da Informação. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2019. Orientadora: Prof.^a Ma. Esmeralda Porfírio de Sales.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Vanderley B. dos. **Arquivística contemporânea**: teoria e prática. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2015.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SHUMAKER, S. A.; TAYLOR, R. B. Toward a Clarification of People-Place Relationships: A Model of Attachment to Place. *In*: FEIMER, N. R.; GELLER, E. S. (org.). **Environmental Psychology**: Directions and Perspectives. New York: Praeger, 1983. p. 219-251.

SHUTTERSTOCK. **Fotos de Vancouver**. [S. l., 2025]. Disponível em: <https://www.shutterstock.com/pt/search/vancouver>. Acesso em: 2025.

SILVA, Jefferson H. da; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth B. C. de. A organização e representação na Arquivologia: o fio de Ariadne dos arquivos. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 68-94, jul./set. 2020.

SILVA, João Carlos; HERNANDEZ, Maria. **Arquivos institucionais e governança da informação**. Recife: UFPE, 2019.

SILVA, Armando B. Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1998. (Biblioteca das Ciências do Homem, Série Plural, 2).

SILVA, E. DA S.; ORRICO, E. G. D. Estado da arte na institucionalização do campo Arquivístico no Brasil. *In*: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. (org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino de arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile Editorial, 2012. p. 99-113.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; DEPONTI, Cidonea Machado (org.). **Desenvolvimento regional**: processos, políticas e transformações territoriais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

SOARES, Ana Paula A.; PINTO, Adilson Luiz; SILVA, Armando M. O Paradigma Pós-custodial na Arquivística. **Páginas a&b**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 22-39, 2015.

STAKE, Robert E. **The art of case study research**. Sage, 1995. (Foco em educação e ciências sociais).

STURZA, E. R. Fronteiras, Línguas e Sujeitos. *In*: COSTA, E.; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. (org.). **Fronteiras em foco**: v. 1. Campo Grande, MS: UFMS, 2011. p. 93-107. (Série Fronteiras).

SUMAI UFBA. **Reinauguração do DCE**. Salvador, 20 nov. 2023. Instagram: @sumaiufba. Disponível em: https://www.instagram.com/sumaiufba/p/DBeich6pP3M/?img_index=3. Acesso em: nov. 2023.

THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16. jan./jun. 2006.

TOGNOLI, Natalia B. A Arquivística Funcional e sua contribuição para o desenvolvimento de uma disciplina contemporânea. **Ágora**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 19-35, 2012.

TOGNOLI, Natália B; RODRIGUES, Ana Célia; GUIMARÃES, José Augusto C. Definindo o conhecimento arquivístico: estruturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 2, p. 58-75, maio/ago. 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perpesctiva da experiência. Tradução de Livia de oliveia. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitues e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

UNESCO. **Diretrizes para a preservação do patrimônio documental digital**. Paris, 2002.

VALENTIM, Marta Ligia Pomim. **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

VASKE, J.; KOBRIN, K. Place Attachment and Environmentally Responsible Behavior. **The Journal of Environmental Education**, Philadelphia, v. 32. p. 416-421, 2001.

VIANA, Maria das Graças A.; BARRETO, Líz M. de S.; CORRÊA, Diego C. Espaço, lugar e territorialidade: análises sobre apego emocional ao lugar com o filme Aquarius (2016). **Revista Espacialidades**, Natal, v. 16, n. 2, p. 271-288, 2020.

VITORIANO, Márcia Cristina de C. P. Uma aproximação entre a Arquivologia e Ciência da Informação: o uso dos conceitos de informação orgânica e informação arquivística. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 11, n. 4, p. 57-66, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7509>. Acesso em: 14 jun. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLA, Liane Carly. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. Ed. Florianópolis: UFSC, 2013.

APÊNDICE A – Questionário semiestruturado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA INFORMAÇÃO
 Av. Reitor Miguel Calmon, s/nº Vale do Canela (parte superior)
 Campus Universitário do Canela, Salvador, BA CEP 40110-100
 +55 (71) 3283-7748 / 3283-7752
www.posici.ufba.br / posici@ufba.br / www.facebook.com/ppgci



QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o impacto e as consequências do fenômeno da territorialidade numa escala de âmbito institucional, tendo como objeto da sua investigação o espaço arquivístico da SDA - Superintendência de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia.

Estudo de Caso - Territorialidade no Espaço Arquivístico: O Caso dos Fundos Documentais da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Estado da Bahia

O Espaço arquivístico é área ou localização física onde são desenvolvidas e executadas as atividades administrativas pertinentes as competências do profissional de arquivo onde estão constituídos e distribuídos todo aparelhamento e suportes necessários para o desempenho e execução de suas funções dando-lhe forma e identidade que caracterizam suas atividades.

A territorialidade é um fenômeno social de ocupação/desocupação, demarcação/identidade, locação/deslocação dos atores e seus objetos fixos e fluxos Santos (1997), suas atividades e relações de poder dentro de um determinado território numa escala institucional.

O questionário é dividido em três módulos que caracterizam ações de territorialidade: ocupação-desocupação/identidade /relações de poder.

PERGUNTAS AOS SERVIDORES

Questionário qualitativo

A pesquisa sobre a territorialidade no espaço arquivístico da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) da Bahia. O questionário está dividido em três módulos, conforme proposto: **ocupação-desocupação, identidade e relações de poder**. As perguntas são abertas, permitindo respostas descritivas e reflexivas por parte dos participantes

Questionário semiestruturado

A pesquisa sobre a territorialidade no espaço arquivístico da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) da Bahia foi concebido num formato semiestruturado combina perguntas fechadas (para coleta de dados objetivos) e abertas (para explorar percepções e experiências em profundidade). Ele está organizado em três módulos: **ocupação desocupação, identidade e relações de poder**.

Questionário Semiestruturado: Territorialidade no Espaço Arquivístico da SDA

Instruções:

Este questionário busca compreender as dinâmicas de territorialidade no espaço arquivístico da SDA. As perguntas incluem opções de resposta e espaços para detalhamento. Sinta-se à vontade para complementar suas respostas com exemplos e reflexões.

Perfil do entrevistado

1. Qual sua função na SDA?

- Técnico de nível superior
- Técnico administrativo nível médio
- Estagiário
- Usuário externo (pesquisador)

2. Qual seu tempo de serviço na SDA?

- até 01 ano
- de 01 até 03 anos

- entre 04 até 10 anos
- mais de 10 anos

Módulo I: Ocupação-Desocupação (trata-se de como ocorre a apropriação e desapropriação - entrada/saída - dos profissionais de arquivo e de suas ferramentas de trabalho no espaço arquivístico da SDA)

3. Como você descreveria a organização física do espaço arquivístico da SDA atualmente?

- Muito organizado
- Organizado
- Pouco organizado
- Desorganizado

Comentários: _____

4. Quais são os principais desafios relacionados à ocupação do espaço arquivístico?

- Falta de espaço físico
- Má distribuição de recursos
- Dificuldades de acesso aos documentos
- Outros: _____

Comentários: _____

5. Houve processos de desocupação ou realocação no espaço arquivístico da SDA no período em que exerceu suas atividades na SDA?

- Sim
- Não
- Não sei

Se sim, descreva como isso impactou as atividades do setor _____

6. Como a ocupação do espaço influencia a eficiência das atividades arquivísticas?

- Melhora a eficiência
- Não impacta
- Prejudica a eficiência

Comentários: _____

Módulo II: Identidade (como o espaço arquivístico da SDA é identificado, localizado e reconhecido pelos seus usuários e servidores)

7. Como você descreveria a identidade do espaço arquivístico da SDA?

- Fortemente ligada à história da instituição
- Funcional, mas sem identidade marcante
- Despersonalizado
- Outros: _____

Comentários: _____

8. De que forma os documentos e a organização do espaço contribuem para a memória institucional?

- Preservam a história da SDA
- Facilitam o acesso à informação
- Não contribuem significativamente
- Outros: _____

Comentários: _____

9. Existem marcas ou símbolos (placas de identificação, aparelhos e maquinários que identifiquem suas atividades) no espaço arquivístico da SDA que reforçam a sua identidade de modo satisfatório?

- Sim
- Não
- Não sei

Se sim, descreva: _____

10. Como os funcionários e usuários percebem a relação entre o espaço arquivístico e a missão da SDA?

- Forte conexão
- Conexão moderada
- Pouca ou nenhuma conexão

Comentários: _____

Módulo 3: Relações de Poder

11. Como as decisões sobre o espaço arquivístico são tomadas?

- Centralizadas por uma liderança (atual Superintendente)
- Decisões coletivas (há chamada de outros setores para opinar)
- Influência de setores específicos (há chamada dos profissionais do arquivo para opinar)
- Outros: _____

Comentários: _____

12. Existem já houveram conflitos ou disputas pelo uso ou controle do espaço arquivístico da SDA?

- Sim
 Não
 Não sei

Se sim, descreva: _____

13. Como as relações de poder impactam o acesso aos documentos e a gestão do espaço arquivístico?

- Restringem o acesso
 Facilitam o acesso
 Não impactam

Comentários: _____

14. De que forma as normas e políticas institucionais da SDA influenciam a dinâmica do seu espaço arquivístico?

- Há flexibilidade na aplicação das regras
 Há rigidez na aplicação das regras
 Não há influência significativa

Comentários: _____

Perguntas Finais

15. Na sua opinião quais são os principais pontos fortes e fracos do espaço arquivístico da SDA em relação à territorialidade?

Pontos fortes: _____

Pontos fracos: _____

16. Que mudanças ou melhorias você sugeriria para o espaço arquivístico da SDA?

17. Há algum outro aspecto relacionado à territorialidade no espaço arquivístico que você gostaria de destacar?

APÊNDICE B – Organograma da CAF/CDA 2011



APÊNDICE C – Organograma da CAF/SDA 2025



APÊNDICE D – Diagnóstico Situacional da Sala de Arquivos da CAF/SDA 2025

14/07/2025, 16:00

Email – Alberto Araújo – Outlook



ARQUIVO DE PROCESSOS DE TITULOS DE TERRA

De Alberto Araújo <albertoalga@hotmail.com>

Data Ter, 26/03/2024 14:40

Para Gabinete SDA <gabinete@sda.ba.gov.br>

Prezada Rafaela,

Boa tarde!

Em virtude do que foi dito na último e-mail e da necessidade da superintendência em avaliar as condições do Arquivo da SDA e após conversar com o servidor Antonivaldo chegamos a seguinte conclusão:

1. Nota-se o retrocesso quanto a gestão da documentação dos processos de títulos terra da SDA exigindo desse modo à necessidade da contratação de um profissional Arquivista e técnicos para gerenciar, a documentação do setor de arquivo;
2. Nota-se a negligência no acompanhamento do procedimento **transferência e recolhimento de documentos (consultar os manuais do CONARQ e do Arquivo Público da Bahia)** dos títulos entregues a guarda à empresa EGBA;
3. Da necessidade em cobrar da empresa EGBA a realização um levantamento (QUANTITATIVO E QUALITATIVO) de toda documentação da SDA existente sob sua guarda;
4. Concomitantemente, ao item anterior, exigir dessa mesma empresa e/ou colocar como item de obrigações contratuais além da guarda, à recuperação do instrumento de pesquisa para fácil localização das caixas e dos processos neles contidos;
5. A SDA deve ter acesso a este instrumento de pesquisa para solicitação e consulta desses processos sob a guarda da EGBA;
6. Caso, os itens 3 e 4 sejam recusados pela empresa EGBA e esgotados os recursos jurídicos para analisar os recursos contratuais, necessário se fará abrir termo de referência para prestadora de serviço de empresa especializada que assim o faça e de preferência no local onde já se encontra a documentação, ou seja, na própria EGBA.
7. Os microfimes exigem maiores cuidados no que refere ao seu estado de conservação e preservação que se encontram em situação lastimável devido ao seu valor histórico e comprobatório exigindo os mesmos procedimentos semelhantes ao processo textuais e de empresas que realizem esse tipo de serviço especializado.
8. Quanto a contratação das empresas poderia se consultar ao setor de contratos da SDA para verificar os contratos anteriores desses serviços e elaborar um novo termo de referencias;
9. Por fim, deixo claro que essa avaliação é extra-oficial e à pedido do seu superintendente sem maiores interesses senão ajudar e colaborar para o BEM da administração pública do Estado da Bahia.

Aproveito para lembrar que aguardo as minhas solicitações de dados sobre minhas pesquisa descritas no e-mail anterior.

Atenciosamente,

Bel. Alberto L. G. Araújo
Mestrando do PPGCI/UFBA
WhatsApp: 071991657162

APÊNDICE E – Ofício de solicitação de pesquisa

Salvador, 01 de Março de 2024.

À Superintendência de Desenvolvimento Agrário — SDA/SDR

A/C.: Dr. Gustavo Eduardo Rocha Machado - Coordenador Superintendente

Ref.: Autorização para pesquisa e entrevista

Prezado Superintendente,


Sou aluno matriculado (nº 216122924) no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGI) do Instituto de Ciências da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA) na linha de pesquisa Políticas, tecnologias e uso da informação com o projeto **"TERRITORIALIDADE NO ESPAÇO ARQUIVÍSTICO: O CASO DOS FUNDOS DE ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA) DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR) DO ESTADO DA BAHIA"**.

Como é de conhecimento desta coordenação, prestei serviços no setor de Arquivo e microfilmagem como gestor (Mat. 10.520.137-7) por 04 (quatro) anos (vide anexo), tendo a oportunidade de exercer e aplicar meus conhecimentos na área com resultados relevantes para a administração da CAF. Hoje, pretendendo com a ajuda desse órgão do Estado, estabelecer uma ampliação deste trabalho dentro de uma nova etapa profissional, orientada sob uma perspectiva acadêmica com base epistemológica, que acarretará resultados significativos para a administração pública do Estado da Bahia.

Sendo assim, venho solicitar de V.Sa., autorização e colaboração para realizar entrevistas com os profissionais ao Setores de Arquivo e T.I afim de obter dados e informações para validação dessa pesquisa.

Certos de podermos contar com sua colaboração, agradecemos antecipadamente.


 Alberto Luis Gomes Araújo
 Bel. em Arquivologia
 Mestrando do PPGCI-UFBA
 Arquivista do IFS - Instituto Federal do Estado de Sergipe

Protocolo SDR/CDA Nº 077.1647.2024.001335-21
 Recebido em 01/03/2024
 Hora: 15:20
 Telefone: (3116-7283) - 

ZAP: (71) 9-9165-7162
 albertoalga@hotmail.com
 alberto.araujo@ifs.edu.br

APÊNDICE F – Atestado de comparecimento



ATESTADO DE COMPARECIMENTO

Atestamos para os devidos fins, que o Senhor **Alberto Luís Gomes Araújo**, CPF: **537.090.805-25**, compareceu a esta Superintendência de Desenvolvimento Agrário – SDA, no dia 18 de Março de 2024 às 15h.

Salvador - BA, 18 de Março de 2024.

Gustavo Eduardo Rocha Machado
Superintendente

APÊNDICE G – Comunicação Interna de Chefia do Núcleo de Arquivo 2011

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária.

Projeto Especial

**COMUNICAÇÃO INTERNA N° 041/2011**

DATA: 15/07/2011

ORIGEM: Raimundo Leopoldo Frota Mont'Alverne
Coordenador de Ação Fundiária

DESTINO: Coordenador Executivo/COAF/CRA e Todos os Setores

Informamos que o Sr. Alberto Luiz Gomes Araujo, arquivista, está respondendo pelo Setor de Arquivo desta Coordenação.

Leopoldo F. Mont'Alverne
Coordenador de Ação Fundiária